

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGHIS)**

PEDRO ANTONIO SARAIVA DE CARVALHO PEREIRA FRANCEZ

**A educação e o Milagre econômico do Rio Han na Coreia do Sul
(1961-1990)**

Vitória

2021

PEDRO ANTONIO SARAIVA DE CARVALHO PEREIRA FRANCEZ

**A educação e o Milagre econômico do Rio Han na Coreia do Sul (1961-
1990)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, na área de concentração em História Social das Relações Políticas. Orientador: Prof. Dr. Rogério Arthmar.

Vitória
2021

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

F815e Francez, Pedro Antonio Saraiva de Carvalho Pereira, 1991-
A educação e o Milagre econômico do Rio Han na Coreia do
Sul (1961-1990) / Pedro Antonio Saraiva de Carvalho Pereira
Francez. - 2021.
120 f. : il.

Orientador: Rogério Arthmar.
Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do
Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Ásia. 2. Coreia. 3. Educação. 4. Olimpíadas. 5. Urbanização.
- I. Arthmar, Rogério. II. Universidade Federal do Espírito
Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

Pedro Antonio Saraiva de Carvalho Pereira Francez

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, na área de concentração em História Social das Relações Políticas.

Aprovado em 27 de agosto do ano de 2021.

Comissão examinadora:

Prof. Dr. Rogério Arthmar

Universidade Federal do Espírito Santo

Orientador

Prof. Dr. Edelson Geraldo Gonçalves

Universidade Federal do Espírito Santo

Examinador Interno

Prof. Dr. Helvécio de Jesus Junior

Universidade Vila Velha

Examinador Externo

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, visto o ano pandêmico de 2020 que passei ileso, bem como todos os meus familiares. Apesar de todos os problemas de saúde que tive repentinamente este ano, como pedra nos rins e a operação do joelho esquerdo, a recuperação de ambos está encaminhada e em boas mãos.

Os agradecimentos na vida de um acadêmico são a todos que diretamente e indiretamente contribuíram para que este momento acontecesse. Início então pelo meu orientador, Prof. Dr. Rogério Arthmar, que através de aulas e diretrizes, pavimentou os caminhos para que minha jornada intelectual se concretizasse. Seu empenho, profissionalismo e cobrança foram essenciais para a consecução e finalização deste trabalho.

Também agradeço a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em História, que com suas aulas, recomendações de leituras, dicas e toques, também influíram diretamente para o resultado deste trabalho. Em lembrança especial ao Prof. Dr. Edelson Geraldo Gonçalves, que além de ministrar aulas sobre o Japão, tema correlato, também dedicou tempo para me indicar leituras e textos, além das orientações verbais que complementaram e enriqueceram este trabalho e ao Prof. Dr. Helvécio de Jesus Jr., docente da Universidade Vila Velha, responsável por me encaminhar aos estudos asiáticos, tema ao qual anseio seguir carreira, durante minha graduação em Relações Internacionais.

Aos servidores do PPGHIS e demais prestadores de serviços da UFES, que são responsáveis por proporcionarem um ambiente propício para o desenvolvimento acadêmico, a CAPES pela bolsa, bem como a todos os meus colegas de classe que instigaram debates e discussões produtivas para a minha formação acadêmica, também presto meus profundos agradecimentos.

Por fim, venho a agradecer a meus pais, Maria Lucila Saraiva de Carvalho Francez e Moacyr Pereira Francez, pela criação e exemplo que foram dentro de casa, responsáveis máximos pela formação de meu caráter. Agradecimento em especial a minha saudosa avó, Maria da Conceição Saraiva de Carvalho, que me ensinou a ler, escrever e desenhar em tenra idade, sem a qual este artigo não seria possível de ser escrito.

E a minha noiva, Luciana Tanzi Barcellos, pelo incentivo, apoio e inspiração diários, e que a cada dia não mede esforços para construir um futuro feliz e lar próspero ao meu lado.

Muito obrigado a todos que fizeram desta jornada mais prazerosa, todos são um pedaço de minha formação e não teria conseguido sem o esforço e a dedicação de vocês.

Tentei não vacilar; cometi erros ao longo do caminho. Mas descobri o segredo que depois de se escalar uma montanha, só se descobre que há muitas outras montanhas para escalar. Tomei um momento aqui para descansar, para apreciar a visão gloriosa que me rodeia, para olhar para trás e admirar a distância que percorri. Mas só posso descansar por um momento, pois com a liberdade vêm as responsabilidades, e não ousou me demorar, pois a minha longa caminhada ainda não terminou.

Nelson Mandela

RESUMO

Este estudo tem a ênfase de elucidar o milagre econômico coreano, denominado como Milagre do Rio Han no período de 1960 até 1990. A compreensão e análise da história coreana faz-se necessária para a melhor percepção do fato proposto. O reflexo do domínio japonês (1910-1945) sobre a península coreana trouxe consequências sociais extremamente indesejadas para a população, como analfabetismo, privação de liberdades, atraso estudantil, além de perseguições e mortes. Como reflexo da derrota na Segunda Guerra Mundial (1940-1945) os japoneses perderam o domínio da península coreana. Mas apenas cinco anos após a Coreia estar livre das atrocidades cometidas pelo Japão, ocorreu uma guerra civil ideológica denominada como Guerra da Coreia (1950-1953), que vitimou cerca de cinco milhões de pessoas e dividiu o país dando origem a Coreia do Norte e a Coreia do Sul, alvo deste estudo. Totalmente devastada socialmente, culturalmente, politicamente e economicamente, os sul-coreanos tiveram a árdua missão de reerguer o país. Assolados pela fome, desemprego e analfabetismo, conseguiram através de anos de investimento massivo em educação, realizar um projeto à longo prazo, que após duas décadas já evidenciava a mudança de paradigma sul-coreano, de uma nação destruída e falida para um país próspero e superavitário. Fica também evidenciado que a descentralização da educação dos grandes centros urbanos auxiliou ao desenvolvimento e urbanização das zonas rurais, minimizando os danos do êxodo rural e criando oportunidades nos campos.

Palavras-chave: Coreia do Sul; Educação; Desenvolvimento; Milagre Econômico do Rio Han; Park Chung Hee.

ABSTRACT

This study has the emphasis on elucidating the Korean economic miracle, called the Miracle of the Han River from 1960 to 1990. Understanding and analyzing Korean history is necessary to better understand the proposed fact. The reflection of the Japanese Domination (1910-1945) over the Korean peninsula brought extremely undesirable social consequences for the population, such as illiteracy, deprivation of liberties, student backwardness, in addition to persecutions and deaths. As a reflection of the defeat in World War II (1940-1945), the Japanese lost control of the Korean peninsula. Regardless of, just five years after Korea was freed from the atrocities committed by Japan, an ideological civil war called the Korean War (1950-1953) took place, which killed about five million people and divided the country, giving rise to North Korea and South Korea, target of this study. Totally devastated socially, culturally, politically and economically, the South Koreans had an arduous mission to rebuild the country. Plagued by hunger, unemployment and illiteracy, through long years of massive investment in education, they achieved a long-term project that, after two decades, already showed the change in the South Korean paradigm, from a destroyed and bankrupt nation to a prosperous and surplus country. It is also clear that the decentralization of education in large urban centers has helped the development and urbanization of rural areas, minimizing the damage from the rural exodus and creating opportunities in the countryside.

Keywords: South Korea; Education; Development; Miracle of the Han River; Park Chung Hee.

LISTA DE SIGLAS

COI	Comitê Olímpico Internacional
EUA	Estados Unidos da América
ICA	Agência de Cooperação Internacional
FMI	Fundo Monetário Internacional
KCIA	Agência de Inteligência da Coreia do Sul
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
U.S.	United States

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 CAPÍTULO I: A IMPORTANCIA DA EDUCAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO COREANO (1960-1990).....	17
1.1 Contexto histórico e educacional da Coreia do Sul pré 1960.....	17
1.1.1 O Domínio Japonês	17
1.1.2 O pós-Segunda Guerra Mundial e o governo de Syngman Rhee.....	21
1.2 O governo de Park Chung Hee (1962-1979).....	26
1.2.1 O princípio do governo.....	26
1.2.2 A mudança do paradigma coreano no governo de Park Chung Hee (1962-1979).....	30
1.2.3 O investimento em educação no governo Park Chung Hee.....	35
1.3 A guinada no investimento educacional coreano (1963-1970).....	39
2 CAPÍTULO II: EDUCAÇÃO, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: LIÇÕES DA EXPERIÊNCIA COREANA (1970-1980).....	47
2.1 A década de 1970 e seus avanços na Coreia do Sul.....	47
2.2 A valorização da educação na Coreia do Sul.....	54
2.3 A importância da educação para o desenvolvimento de uma nação..	58
2.3.1 A relevância do capital humano no desenvolvimento de um país.....	58
2.3.2 Como o desenvolvimento das metrópoles auxiliou o progresso dos campos na Coreia do Sul?.....	67
2.3.3 Os benefícios da educação formal nos campos sul-coreanos (1970-1990).....	74
3 CAPÍTULO III: A DÉCADA DE 1980 E O RETROSPECTO DO INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO.....	79
3.1 A Coreia do Sul no início dos anos 1980.....	79

3.2 A história do modelo de educação hakwon e sua proibição nos anos 1980.....	85
3.3 As Olimpíadas de Seul de 1988 e o Soft Power como política externa.....	90
3.3.1 O governo de Chun Doo Hwan (1980-1988), os protestos estudantis e o Soft Power.....	92
3.3.2 As Olimpíadas de Seul como fonte de Soft Power coreano para o mundo.....	99
4 CONCLUSÃO.....	109
5 REFERÊNCIAS.....	118

INTRODUÇÃO

A Coreia do Sul é um país localizado no sudeste asiático. Com 51.715.162 milhões de habitantes, a nação coreana possui 81,4% das suas cidades já urbanizadas. Conta com uma alta taxa de alfabetização, visto que a população sul-coreana acima de quinze anos que conseguem ler e escrever são 98% no país (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2021, p.1). Estando ainda entre os dez maiores produtores de riquezas, contendo o maior PIB (Produto Interno Bruto) do mundo, quando somados os valores dos produtos e serviços produzidos no país (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2021, p, 1).

A história nos mostra, porém, que nem sempre foi assim. Na década de 50, tínhamos como panorama mundial a Guerra Fria (1947-1991), conflito iniciado pós-Segunda Guerra Mundial entre a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), hoje Federação Russa, e os Estados Unidos da América. O nome Guerra Fria originou-se, pois, ambos os países competiam entre si para testar forças, à fim de manter e/ou ampliar o *status quo territorial* (MORGENTHAU, 2003, p. 87-97), que, com o cenário mundial vivenciando uma polarização entre as duas potências, havia um conflito de ideias e ideais entre o capitalismo americano e o socialismo russo. Embora não tenham sucedido conflitos armados entre as duas potências diretamente, ocorreram vários embates entre Estados Unidos e Rússia indiretamente, através de apoios em lados opostos em diversas guerras e pedidos de independência dentre o período que permaneceu a polarização da Guerra Fria, como por exemplo, a Batalha de Yom Kippur (1973), Guerra do Vietnã (1955-1975), Guerra do Afeganistão (1979-1989), Guerra da Coreia (1950-1953), dentre outras.

A Guerra da Coreia foi um dos conflitos mais marcantes do mundo pós-Segunda Guerra Mundial. Desde seu início até a assinatura do armistício de Panmunjon, ocorrido no dia 27 de julho de 1953, e o cessar-fogo, que perdura até os dias atuais, em torno de 5 milhões de mortos foram registrados, entre civis e soldados neste conflito (HISTORY, 2009, p.1). Neste cenário, temos um país que estava devastado de destruição no início da década de 50. Vale ressaltar que grande parte da tensão política que ocorria à época incidiam devido ao

Armistício assinado entre Coreia do Norte e Coreia do Sul, não significar o fim da guerra, e sim, promover um cessar-fogo dos conflitos armados. De fato, as coreias nunca assinaram um tratado de paz definitivo, estando legalmente em guerra desde 1950 até hoje, porém o cessar-fogo assinado em 1953 nunca foi violado, encerrando o embate armado, ao menos até esta presente data.

O pós-guerra ficou marcado como uma era de reconstrução. O contexto de bipolaridade entre capitalistas e socialistas era notório na península coreana. Além do conflito armado, a localização geográfica perto de China, Rússia e fronteira com a Coreia do Norte também contribuía para que as relações ficassem tensas. Um desafogo para a Coreia do Sul seguir o modelo capitalista, foi a proximidade com o Japão, que auxiliou através de investimentos diretos estrangeiros, o desenvolvimento nacional sul-coreano.

O presidente da Coreia do Sul, Syngman Rhee, comandante do país desde 1948 foi reeleito novamente por três vezes consecutivas, em 1952, 1956 e em 1960, esta última com noventa por cento dos votos, o que gerou uma suspeita de fraude eleitoral, colocando sobre Rhee uma pressão interna intensa, desencadeando uma revolta civil apoiada por diversos segmentos da sociedade, principalmente de estudantes, fato que ficou conhecido como “A revolução de 19 de Abril”, durante o qual 142 estudantes foram mortos pela polícia enquanto protestavam contra o governo. Como resultado, Syngman Rhee não suportou a pressão e renunciou poucos dias depois, 26 de abril de 1960. (SAVADA; SHAW, 1997, p. 34)

O governo de Syngman Rhee, que atravessou a guerra, tinha um claro alinhamento automático com os Estados Unidos. Como o próprio definia, “O comunismo é cólera. E você não pode se comprometer com a cólera” (FIELDS, 2017, p. 1), esta frase nos elucida o viés anticomunista em que a Coreia do Sul estava mergulhada até mesmo antes da guerra, visto que Syngman Rhee era o governante desde 1948.

Com influência dos dois lados da moeda, EUA e URSS, a península coreana estava dividida, tendo o lado norte atrelado ao *status quo* soviético e o lado do sul seguindo o viés capitalista.

Os indicadores econômicos, assim como em outras áreas, na Coreia do Sul devastada após a guerra, que se encerrou em 1953 eram alarmantes. Mesmo sete anos depois, em 1960, a recuperação coreana em tempos do Armistício de Panmunjom, que cessou o fogo na península coreana entre o norte e o sul, não havia surtido efeito pleno. Temos como exemplo o nível do Produto Nacional Bruto per capita que era apenas de 93,82 dólares por habitante em 1961 e flutuou entre este valor e 150 dólares até meados de 1967 (BANCO MUNDIAL, 2019), o que nos evidencia o estado de pobreza em que se encontrava o sul da península coreana mesmo mais de uma década após a paralisação da guerra com a assinatura do armistício.

Para colocarmos em termos técnicos e realizarmos uma comparação simples, no ano de 2018, o Produto Nacional Bruto per capita na Coreia do Sul bateu incríveis marcas de 26.761,90 dólares, e figura o grupo seletivo dos países com PNB per capita acima de 25 000 dólares, onde estão presentes os países do mundo com melhor qualidade de vida para se viver, como por exemplo, Noruega, Suécia, Luxemburgo, Suíça, dentre outros. Já na contramão destes, temos o Burundi, com o PNB per capita de 210,80 dólares apenas, a República Centro Africana, com 384,80 dólares, Níger, com 398,50 dólares e o Congo, com 418,70 dólares. (TRADING ECONOMICS, 2018).

Com os exemplos citados acima, vemos que a Coreia do Sul até meados de 1970, em números brutos, tinha o PNB per capita menor que o Burundi, e, de fato só passou a marca do Congo, em 1973, quando obteve 430 dólares de PNB per capita (BANCO MUNDIAL, 2019). Sendo assim, temos a Coreia do Sul no pós-guerra, como um típico caso de “Estado Falido”.

Para Jackson, um ‘Estado Falido’ é um Estado que não consegue prover a mínima condição civil para sua população, como por exemplo, lei e ordem, paz doméstica, governança e etc. (1990, p. 296). Temos a Coreia do Sul enquadrada

nestes termos, pois, com o PNB per capita em níveis baixíssimos no pós-guerra, não era possível para o Estado coreano salvaguardar plenamente direitos básicos para sua população como, saúde, educação, empregos e, logicamente afetando diretamente a qualidade de vida dos sul-coreanos.

Neste viés, Jackson afirma que “alguns estados falidos são claramente consequências do final da Guerra Fria” (1990, p. 296). O pós-guerra com 5 milhões de mortos, a situação de terra arrasada, a qualidade de vida baixa, a instabilidade e a tensão política ratificam a ideia de que a Coreia do Sul de 1950-1973 encontrava-se em situação de “Estado Falido”.

Já iniciando a década de 1960, contamos com a renúncia de Syngman Rhee, em meados de abril. O partido de Rhee foi acusado de cometer várias práticas no dia da eleição, como por exemplo, a votação em grupo, votar com mais de uma cédula por pessoa e de remover as cédulas de votação do opositor, Chang Myon (BRAZINSKY, 2007, p. 107). Com o conturbado resultado nas urnas, que o reelegeram com 88,7 por cento dos votos válidos e após a suspeita de fraude, aconteceram protestos, principalmente por parte dos estudantes e dos trabalhadores.

A derrocada do governo de Rhee começou quando após a conturbada eleição, a polícia atirou em um grupo pequeno de apoiadores do Partido Democrático, matando 8 na cidade de Masan. Logo após, na mesma cidade, no dia 11 de abril, o corpo de um estudante que foi torturado pela polícia foi encontrado no porto. Por consequência destes eventos e dos protestos em Masan, estudantes universitários se lançaram, no dia 18 de abril, às ruas pacificamente contra a violência policial e demandando novas eleições, estes protestos ficaram popularmente conhecidos como Revolução de Abril e ocasionaram o suicídio do vice-presidente eleito Yi Kibung, que não aguentou a pressão popular, e a queda de Syngman Rhee da presidência da república coreana.

Após o final precoce do mandato de reeleição de Syngman Rhee em 1960, Coreia do Sul ficou em poder do primeiro-ministro Heo Jeong como

presidente interino, e este período foi marcado por desgoverno e corrupção, estas últimas características também presentes na administração passada. Os movimentos estudantis enchiam as ruas e o Partido Democrata igualmente não conseguia fazer as reformas demandadas pelos estudantes. Havia uma crise entre a lei e a ordem, pois principalmente graças ao descrédito da polícia durante o final do governo de Syngman Rhee, e este cenário interno foi um campo fértil para um golpe militar, que aconteceu no dia 16 de maio de 1961, onde o major-general Park Chung Hee formou o Comitê Militar Revolucionário e em conjunto com o chefe do Estado-maior do exército, Chang Do-young, lideraram um golpe militar que ocasionou a derrocada da chamada “Segunda República Coreana”.

CAPÍTULO I: A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO COREANO (1960-1990)

1.1 Contexto histórico e educacional da Coreia do Sul pré 1960.

1.1.1 O domínio japonês (1910-1945)

Para fins de contextualização, há necessidade de conhecermos o que se sucedeu na península coreana antes dos anos 1960. Perguntas de como o país iniciou a sua Era de Desenvolvimento, qual era o panorama regional e qual era a situação em que a Coreia do Sul entrou na década de sessenta, são indagações pertinentes ao caso.

A península coreana esteve sob domínio japonês desde 1910 até 1945, quando ocorreu o final da Segunda Guerra Mundial. Enquanto esteve em domínio japonês, principalmente durante a guerra, a base de sua economia era a agricultura e produtos manufaturados, sobretudo para suprir as demandas e necessidades de um Japão industrializado. Tanto é que

Tóquio considerava a Coreia um importante fornecedor de alimentos, um produtor de arroz para um Japão em industrialização. O Estado coreano obteve grande parte de sua receita tributando agricultores.

Isso também se aplicava ao regime colonial, mas com uma diferença. Tradicionalmente, o Estado coreano tributava a produção agrícola, o governo colonial tributava a terra. (SETH, 2011, p. 289)

Apesar de o domínio japonês ser considerado oficializado em 1910 através do tratado de Anexação da Península Coreana pelo Japão, temos exemplos de que anos antes, já havia interferência externa nipônica na política interna coreana. O Japão sempre manifestou interesse nos territórios coreanos, por motivos diversos, que vão desde estratégia de defesa até fonte de recursos naturais. Em 1905 os dois países assinaram o tratado de Eulsa, onde o Império Coreano se tornou um protetorado do Japão, o que significava diretamente que a defesa do território coreano era garantida pelo Império Japonês. (MASIERO, 2000, p. 10)

Durante este período, a península coreana foi estimulada, para não dizer 'forçada', a suprir as necessidades do exército japonês, principalmente no final dos anos 30, quando a ênfase industrial japonesa foi para as indústrias pesada e químicas (CHAPONNIERE, 1985, p. 129) o que, de certa forma, acarretou em benefícios para a península, gerando empregos e trazendo tecnologia para o país. Além destes produtos, temos um país extremamente rural no domínio japonês. Durante quase todo o período de dominação (1910-1945), um em cada quatro coreanos tiravam seus proventos da agricultura, eram diretamente fazendeiros, ou trabalhavam ligados a este ramo (SETH, 2011, p. 289).

Temos como contraponto ao suposto benefício dos empregos gerados, a falta de liberdade dos coreanos, que não possuíam autonomia sequer sobre seus pensamentos. Mesmo que o Japão aparentasse estimular a economia, na verdade, ele aniquilava a criatividade e concorrência dos coreanos, que produziam quase que exclusivamente para exportar aos japoneses, neste período. Havia fiscalizações sobre publicações de jornais, onde os coreanos não poderiam atuar livremente em questões de imprensa, ou sequer atuarem politicamente, ou em grupos de intelectuais (MASIERO, 2000, p. 10).

Como podemos imaginar, estas restrições de pensamentos não estavam limitadas apenas à esfera política, mas em todas as outras. Os japoneses ansiavam deter o controle da península coreana, bem como de seus cidadãos, e, para tal, restringiam liberdades e direitos fundamentais como método de controle. Para termos um panorama econômico da situação, tínhamos um país exportador de matéria-prima onde suas empresas eram quase que em sua totalidade japonesas, além da taxa de juros cobrada aos possíveis empreendedores coreanos ser maior da que cobrada aos japoneses que investissem na península. (MASIERO, 2000, p. 10).

Por conseguinte, temos um governo japonês na península coreana com características altamente centralizadoras. Subdividiu a Coreia em treze províncias, com aproximadamente 200 condados e municípios (SETH, 2011, p. 266). Para os japoneses, esta centralização do governo coreano em seus domínios era necessária para manter o país sob sua tutela, sem divergências de rumo para o futuro. Os japoneses esperavam manter os objetivos coreanos alinhados com os próprios, para que a Coreia não destoasse do plano que o Japão tinha para a península.

Para manter esta presença japonesa forte, os nipônicos dispuseram de vários aparatos e pessoal para enviar à península coreana, em prol da governabilidade à seus moldes. Logo em 1910, já se tinham cerca de 10 mil pessoas em cargos de poder no Governo Geral da Coreia, e este número cresceu mais de oito vezes em apenas 27 anos, chegando à incrível marca de 87.552 mil oficiais do Governo Geral em 1937 (SETH, 2011, p. 266).

Temos então o domínio japonês restringindo a liberdade dos coreanos em diversas esferas, até mesmo na educacional. Os coreanos eram privados da educação formal em sua própria língua, bem como muitas vezes, de falá-la em público (YOON, 2014, p. 178). A razão desta medida dura imposta pelos japoneses é justamente de que os nipônicos, para dominá-los e evitar revoltas, tinham que entender o que os coreanos falavam, então, por anos, foi forçado o japonês como língua na península, até por conta também da anexação do território, visto que, se tecnicamente a Coreia era oficializada como uma região

japonesa, teria que seguir os costumes e culturas da ilha nipônica, e isto inclui a língua, pois não fazia sentido na cabeça dos japoneses possuírem um território que não falasse seu idioma. De fato, haviam cerca de 708.418 mil japoneses na península coreana em 1940, onde cerca de 40% destes, trabalhavam direta e indiretamente para o governo (SETH, 2011, p. 266), o que nos dá a dimensão do domínio japonês na península.

Tendo isto em vista, se haviam 40% trabalhando direta e indiretamente para o governo, temos a informação de que havia uma imigração japonesa muito grande para a Coreia em busca de oportunidades e crescimento, o que não se pode ignorar. E é claro, que para cuidar de seus cidadãos além-mar, os japoneses despenderam militares e criaram uma polícia civil. Os números destas forças somaram aproximadamente 60 mil homens em 1941 (SETH, 2011, p. 266).

Com este efetivo todo empenhado em fiscalizar e garantir que os costumes japoneses imperassem na península, durante os 35 anos de domínio japonês, os coreanos de fato foram reprimidos tanto politicamente, quanto culturalmente, o que se decorreu naturalmente uma quebra da identidade nacional que outrora se tinha, misturando-se com a identidade recém-chegada japonesa.

A península coreana durante o período de governança japonês não tinha um sistema político construído, até porque os nipônicos almejavam que o sistema que gerisse a Coreia fosse o deles, e não que emergisse uma forma de governo das entranhas do povo, como geralmente ocorre. A polícia na Coreia, por exemplo, não tinha apenas a competência de segurança que lhes é lógica. Também era atribuído às forças de segurança outras diversas funções que fogem teoricamente de sua competência, como por exemplo: coletores de impostos, supervisionar irrigações e controle de água, supervisionar construções de estradas e manutenções, aplicar regulamentos de saúde, também atuavam como oficiais públicos de informação, uma espécie de inteligência japonesa para saber o que acontece na península, além de deterem o poder de julgar e sentenciar presos por pequenos delitos (SETH, 2011, p. 266).

Os japoneses utilizaram esta força policial e militar por 35 anos consecutivos, para não precisarem despender de recursos para a península coreana. Instalar um Estado e sua burocracia custaria muito dinheiro e um investimento que poderia ser perdido em caso de uma declaração de independência. Os japoneses, em tese, governaram a península coreana como se fosse um território japonês, incorporado ao território original, porém, podemos ver que a falta de investimento em um sistema de justiça, ou governantes sem serem militares, além do alinhamento direto para produzir o que a ilha japonesa precisasse, nos dá a visão clara de que a península coreana não era utilizada pelos japoneses como uma parte do Japão que fora agregada, como explanam os documentos e tratados, mas sim, uma colônia de exploração.

Como consequência lógica, a quebra da identidade nacional coreana com seus antepassados acabara ocorrendo. A não utilização de seu idioma, a supervisão intensa dos japoneses, a não liberdade de pensamento e de reunião, bem como a falta de participação política sobre o futuro da península, enfraqueceram os laços culturais propositalmente como forma de domínio, pois os japoneses já haviam traçado um plano para a península coreana, que era servir o Japão.

Esta quebra e perda da identidade coreana por mais de 35 anos trouxeram reflexos nas gerações pós-Segunda Guerra Mundial (1945), quando o Japão fora derrotado pelos Aliados (EUA, Inglaterra, França e URSS) e a Coreia liberta de seus domínios.

1.1.2 O pós-Segunda Guerra Mundial e o governo de Syngman Rhee

A Coreia enfrentou crises terríveis, saiu do pós-Segunda guerra devastada, com milhões de mortos no conflito e a situação financeira, assim como a economia, era péssima. O objetivo aqui é justamente analisar os fatores que alavancaram um país precário à notoriedade e referência mundial em qualidade de vida.

Para esta guinada de Estado Falido até se tornar um país desenvolvido, a educação teve papel de destaque na Coreia do Sul. Os índices educacionais sul-coreanos da década de 60 eram alarmantes, pois, até 1945, a península coreana estava em poder dos japoneses, que por conta deste período de domínio, os sul-coreanos utilizavam e até falavam japonês.

Como o Estado era agrário, o desafio de erradicar o analfabetismo na Coreia era desafiador. Após 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial, onde o Japão fora derrotado, a península sul-coreana foi submetida a uma divisão em duas zonas de influências, uma ao sul, majoritariamente controlada pelos Estados Unidos, que inclusive literalmente governou a ilha nos primeiros três anos de divisão através de seus quartéis gerais e a parte do Norte da península era zona de influência soviética (YOON, 2010, p. 27-38). Por conta deste 'generalato' americano, a Coreia do Sul seguiu até meados de 1950 em clima de tensão, dado através da guerra fria.

Em decorrência do domínio japonês até 1945, o maior desafio para a reconstrução coreana era voltar a ter a sua cultura, visto que, pós-Segunda Guerra Mundial, mais de 80% de sua população sequer usava o coreano como língua em livros didáticos ou até falado. (YOON, 2014, p. 178). Esta medida refletia diretamente na perda de identidade coreana como tal, sendo assim, o presidente em exercício à época, Syngman Rhee, iniciou investimentos na educação tratando-a como um recurso para devolver a identidade nacional dos sul-coreanos.

O presidente Syngman Rhee, juntamente com a população ansiava que as crianças coreanas pudessem ter diplomas e credenciais que permitiriam que seus filhos explorassem as diversas oportunidades negadas para os coreanos por conta do domínio japonês, que não permitia que os coreanos tivessem acesso livre à educação (AMSDEN, 1989, pág. 219), e o retrospecto de privar pessoas à educação é nocivo para uma nação, pois, mata o empreendedorismo da mesma, bem como dificulta a produção de quaisquer produtos e/ou serviços, sendo assim, os coreanos foram submetidos à subsistência e, muitas vezes à servidão neste período de domínio nipônico na península (1910-1945).

O domínio e influência japonesa na península era tanto que, por conta de uma medida tomada a partir de 1940, todos os empregados governamentais, famílias com crianças na escola, dentre outros exemplos, foram pressionados a trocarem o nome coreano para um japonês, visto que a guerra estava se iniciando e alguns nomes coreanos lembram um pouco os chineses, que estavam em conflito com o Japão. Há de se imaginar que, em uma sociedade tão tradicionalista, perder seu nome de família era uma desonra para os coreanos e, principalmente, para a memória de seus antepassados. Estima-se que 84% da população da península coreana mudaram seus nomes para entrarem em conformidade com os japoneses (SETH, 2011, p. 296).

Apesar do domínio do império japonês até 1945 na península coreana não deixar lembranças boas por conta das atrocidades cometidas, alguns costumes ficaram para trás quando os nipônicos se foram, como por exemplo, a organização e o jeito de administrar dos japoneses, que juntamente com ideais americanos, que penetraram na cultura local no pós-guerra, pautaram os pilares da revolução educacional sul-coreana. (YOON, 2014, p. 179)

Em princípio, o governo coreano pós-domínio japonês

Estava interessado principalmente em garantir a existência de uma força de trabalho na Coreia que possuísse a educação rudimentar necessária para executar ordens de gerentes de fábricas, que eram em sua maioria, japoneses. E os japoneses demonstraram pouco interesse em desenvolver até mesmo a educação industrial para os coreanos além do mais alto nível primário. (ECKERT, 1986, pág. 296-297)

Por se tratar de um país pouco industrializado no pós-Segunda Guerra Mundial, a Coreia dependia dos japoneses para comandar suas pouquíssimas fábricas, e outros ramos onde era necessária uma mão de obra qualificada, pois a população coreana, em esmagadora maioria, não obtinha uma escolaridade satisfatória para tais cargos. A proximidade geográfica e o idioma japonês, que era bem falado pela população coreana, até por conta da administração que

exerceram na península até meados de 1945, facilitaram este domínio dos japoneses em posições de poder, em detrimento dos coreanos. Sendo assim, havia a facilidade de comunicação entre os nativos e os nipônicos. Apesar de sofrer uma grande melhora, a Coreia na década de 1950 ainda estava aquém do mercado internacional, seja em desenvolvimento, seja em educação.

A dificuldade de se desvencilhar da mão de obra qualificada dos japoneses era justificada pelo seu passado. Por conta do domínio japonês, o capital nipônico é que decidia os rumos econômicos da península coreana, desde onde seriam aplicados os investimentos até os objetivos da península no mercado internacional eram direcionados pelos japoneses. Para se ter uma ideia da magnitude do domínio, em 1931, aproximadamente 95 % das exportações coreanas eram direcionadas ao Japão e 80 % dos importados na península era de origem nipônica (ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, 1998, p. 93), o que tornava difícil da Coreia se desvencilhar do Japão. Neste quesito, a derrota japonesa na Segunda Guerra Mundial diminuiu a influência dos nipônicos na península, conseqüentemente aumentando a influência dos Estados Unidos, que se sagraram vitoriosos da guerra.

Principalmente por conta do contexto ideológico da guerra fria, exportar democracia pelo globo era um dos objetivos dos Estados Unidos da América, e a Coreia do Sul foi beneficiada com isto, pois, a etimologia da palavra democracia vem de *dēmokratía*, do grego, que significa poder ao povo. Syngman Rhee percebeu que para reerguer a Coreia do Sul após a Segunda Guerra Mundial precisava dar ‘uma cara’ a seu povo, uma identidade e um sentimento de nacionalidade e foi isso que foi feito.

Depois das adversidades que a Coreia do Sul enfrentou na Guerra da Coreia (1950-1953), o país continuou com sua mentalidade de investir em educação como ponto chave para a prosperidade, o problema agora era a falta de recursos, gastos na guerra, que inviabilizaria o cumprimento das metas educacionais à curto prazo.

A ampliação do acesso à educação feita por Syngman Rhee não fora suficiente, visto que a Coreia do Sul havia, em sua maioria, partes rurais em seu território, que, também eram paupérrimas. Apesar da educação se tornar gratuita, os livros e os serviços diversos, como transporte para as escolas, não eram, o que acabava excluindo as famílias mais distantes dos grandes centros urbanos e das escolas. (AMSDEN, 1989, pág. 219)

O capital com que a Coreia do Sul realizava seu investimento educacional era advindo principalmente de procedência americana, que auxiliava com doações financeiras para reconstruir o país pós-Guerra da Coreia (1950-1953), já que possuir um país aliado e forte na região do sudeste asiático, em proximidade de China e Rússia no contexto bipolar da Guerra Fria, apeteceu os Estados Unidos como investidor, além de poder frequentar militarmente o país, fato que o faz até esta presente data.

Então temos o acesso ampliado à educação pelo presidente Syngman Rhee feito majoritariamente através de doações externas, principalmente americanas. Era interessante para os Estados Unidos ter países se reconstruindo e prosperando de maneira capitalista por conta do contexto da Guerra Fria, visto que além de um futuro aliado comercial bem localizado e próximo de seus inimigos, a Coreia do Sul poderia ser mais um exemplo de nação que prospera seguindo o modelo americano, este que não era bem difuso na Ásia à época.

Por conseguinte, era de interesse americano reerguer o país pós-guerra, então em diversas áreas ocorreram parcerias e investimentos destinados a expandir e reerguer a Coreia não para o patamar que estava antes das guerras, mas além, tornando-a próspera. Logo após a Guerra da Coreia (1950-1953), a Coreia do Sul iniciou o plano de introduzir o modelo americano de administração pública em seu território, em muitos casos até copiando o modelo americano fielmente. Para realizar esta tarefa, a Coreia do Sul precisava ser assistida de perto por instituições americanas para guiá-la e alocar a ajuda estrangeira, esta majoritariamente americana, em zonas de interesse para introduzir o modelo de

administração pública americana na Coreia do Sul (KIM; MYEONG, 2014, p. 677).

A ajuda americana era diversificada, não somente retida à doação direta de capital, tendo outros segmentos também abarcados e sido privilegiados, como por exemplo a prestação de assistência técnica especializada em ramificados setores, onde a educação fora um dos segmentos contemplados. No ano de 1954, a Universidade Nacional de Seul recebeu suporte técnico e educacional da Agência de Cooperação Internacional (ICA) e da Universidade de Minnesota. Esta ajuda continha equipamentos auxiliares para desenvolver as áreas de medicina, engenharia, agricultura e administração pública (KIM; MYEONG, 2014, p. 677). Este incentivo um ano após a Guerra da Coreia auxiliou a formação e qualificação de profissionais nas áreas supracitadas, tão necessárias e consideradas estratégicas para desenvolver inicialmente o país no pós-guerra.

1.2 O governo de Park Chung Hee (1962-1979)

1.2.1 O princípio do governo de Park Chung Hee

O que esperar da Coreia do Sul na década de 1960? Um país recém-criado, que emergiu através de Guerras e no contexto da Guerra Fria se dividiu ao meio, ficando com a considerada pior parte da península? O mundo não estava otimista com a independência da parte sul da Coreia. Um exemplo disto é que em 1961, a independência da Coreia do Sul estampou as páginas do renomado jornal americano *The New York Times* com o artigo *Outlook dreary for South Korea: Crowded Nation Has Few Resources – Long Reliance on U.S. Held Inevitable* – Perspectivas preocupantes para Coreia do Sul: Nação superpopulosa tem poucos recursos – Longa dependência dos Estados Unidos é inevitável. (ROSENTHAL, 1961, tradução nossa).

A preocupação americana com a dependência sul-coreana era real, pois o capital que fora empenhado na Segunda Guerra, bem como na Guerra da Coreia ajudando o lado do Sul, não havia previsão de retorno. De fato, já se

aceitava até um não retorno, porém, por conta do contexto da Guerra Fria, os Estados Unidos não podiam abrir mão da localização geográfica da Coreia do Sul e expandir suas zonas de influências capitalistas ao redor do mundo.

Entretanto, tudo tem um preço a se pagar, e a Coreia do Sul cada dia mais se configurava demasiadamente dispendiosa, sem projeção de melhora a curto prazo. O artigo de Rosenthal ainda dizia que “A metade mais pobre de um dos países mais pobres do mundo está tentando existir como uma nação com muita gente e poucos recursos” (1961, p. 12).

Realmente é uma combinação perigosa para a prosperidade de um país com apenas sete anos de independência proclamada ter uma população inchada e poucos recursos para mantê-la. Os Estados Unidos ajudavam com doações com caráter humanitário e estas, eram as principais fontes de renda do país.

Todavia, no princípio do governo de Park Chung Hee (1963), a Coreia do Sul experimentou um amargo declínio da ajuda estrangeira, principalmente advinda dos Estados Unidos, seu maior parceiro. O socorro financeiro começou a vir através de créditos (ILYOUNG, 1984, p. 64-89), que obviamente teriam que ser pagos com juros ao governo americano. Ainda tendo uma economia instável devido à Guerra da Coreia, pegar dinheiro emprestado à juros era um remédio amargo, porém necessário, para custear a manutenção do país.

Quando a Coreia do Sul vê que precisa recorrer à empréstimos estrangeiros, a mentalidade do governo é de que o empréstimo não poderia ser em vão, pois, se não gerasse frutos, o país necessitaria de mais empréstimos, tornando os sul-coreanos mais deficitários no cenário internacional, fazendo um efeito ‘bola de neve’ no déficit, devendo cada vez mais até um ponto onde não conseguisse pegar mais empréstimos pois a dívida estaria tão grande que a Coreia do Sul não seria considerada como um país com credenciais de ‘bom pagador’. Além disso, o presidente Park também tinha como objetivo uma Coreia do Sul independente, respeitada, livre e democrática, o que não seria possível dependendo majoritariamente dos Estados Unidos (SETH, 2011, p. 384).

Por mais que a Coreia do Sul tivesse o amparo financeiro dos Estados Unidos, era necessária uma mudança de paradigma para iniciar a era de crescimento. O capital estrangeiro investido diretamente no país estava cada vez mais escasso e empréstimos à bancos e fundos, principalmente americanos, eram recorrentes.

A mudança de paradigma veio justamente no investimento em educação. Mesmo em crise, o salto no investimento na educação denota a clara intenção do início do governo de Park Chung Hee (1963). No ano de 1951, também por ventura da Guerra da Coreia estar em curso, o governo sul-coreano investia apenas míseros 2,5% do seu orçamento total. Essa porcentagem saltou para 17% em 1966 (MASIERO, 2000, p. 6), sendo assim, observamos que quase um quinto do Produto Interno Bruto da Coreia do Sul foi investido em educação, o que rendeu benefícios.

Pela quantidade de mão de obra que possuía o governo sul-coreano, observou-se uma vantagem comparativa, onde, se a Coreia do Sul qualificasse sua população, grandes empresas viriam para utilizar esse contingente especializado, que aos poucos, com o passar dos anos, emergiu-se o país, haja vista o investimento massivo em educação.

Entre os anos 60 e 70, o número do quantitativo de professores das Escolas Elementares na Coreia do Sul mais que dobrou, saindo de 13.053 para 31.207 mil, bem como das Escolas Médias, que saltou de 9.627 para 19.854 mil pessoas, também mais que dobrando e, acompanhando o ritmo, temos a quantidade de professores de ensino superior, crescendo de 3.808 para 10.435. (EDUCATION IN KOREA, 2006, p. 16)

O investimento crescente do Produto Interno Bruto sul-coreano em educação começou a render resultados. As instituições de ensino aumentaram em quantidade, abrangendo mais a população coreana, chegando até os interiores, onde o ensino formal muitas vezes não chegava. A capacitação destas pessoas, fez com que a qualidade de vida aumentasse, visto que com a reforma

agrária e o conhecimento, conseguia-se mais instrução até mesmo para a população camponesa, que tirava mais proveito das próprias terras.

O crescimento em educação coreano no período deu-se por conta, também, da alta econômica que se fazia presente na Coreia do Sul por conta do viés exportador que o país adotara. Esta performance exportadora do país estava atrelada a uma mudança econômica completa, que teria sido “assentada nos custos salariais relativamente baixos vigente no país, decorrente da abundância de mão de obra, da fraqueza dos sindicatos e da urbanização.” (SILVA, 2007, p. 41 e 42)

Dito isto, a Coreia do Sul estava de fato se tornando um campo fértil para o crescimento de empresas. Já com presença americana na península, os baixos salários e a grande massa de trabalhadores disponíveis, leia-se desempregados, eram convidativos para companhias de países, principalmente ao seu redor, como, mais tarde, companhias japonesas iriam perceber e usufruir de tais condições coreanas.

Esta mudança econômica foi resultado de um plano de governo de Park Chung Hee chamado Plano Quinquenal, que tinha como principal ponto “a nacionalização de todos os bancos comerciais e a reorganização do sistema bancário para dar ao Estado controle sobre o crédito”. (SETH, 2011, p. 385)

Tendo isto em vista, o presidente Park, de primeiro momento visava controlar onde os investimentos seriam feitos na Coreia do Sul, ou seja, designar com mais eficácia os setores agraciados por investimentos e créditos bancários. As áreas de interesse a serem desenvolvidas pela Coreia do Sul, à princípio, eram as indústrias leves, justamente visando a exportação.

Com a industrialização emergindo na península coreana, mesmo que tardia em relação aos países mais desenvolvidos do mundo, a modernização trouxe à Coreia do Sul uma nova gama de empregos, que, de fato, fizeram com que houvesse um deslocamento da criação de empregos, da zona rural para a urbana (KUZNETZ, 1977, p. 53-56, 87 e 88).

O trabalho urbano, em suma, exige mais capacitação e treinamento que o trabalho rural, que por essência e à época, era mais braçal, onde o conhecimento presente no trabalho rural, (que não é pouco, haja vista que não estamos comparando o mérito de ambos, e sim a formalidade do ensino) está atrelado a prática e não à escola formal. Logo, migrando a vocação econômica do país aos poucos de rural para industrializado, foi-se emergindo empregos cuja necessidade era de uma mão de obra capacitada.

Ou seja, a urbanização da Coreia do Sul trouxe consigo uma mudança de paradigma, de outrora um país cujo potencial econômico era majoritariamente agrícola, para uma realidade industrial, ainda que modesta, já na década de 1960.

Temos então como cenário um país recente com a urbanização se aflorando no sudeste asiático e com as receitas do fracasso: desemprego; pós-guerra; tensão bélica (haja vista que um tratado de paz definitivo com a Coreia do Norte nunca foi assinado até a presente data, somente um Armistício para ambas cessarem fogo, este que poderia ser quebrado a qualquer tempo); crise econômica; empréstimos recorrentes; população analfabeta; pobreza, etc. Apesar das iniciações que tivemos de melhora nos governos passados, o que alavancou a Coreia do Sul, de um verdadeiro Estado Falido a uma potência mundial referência em qualidade de vida?

1.2.2 A mudança do paradigma coreano no governo Park Chung-Hee (1963-1979)

Pós-Segunda Guerra Mundial (1940-1945) e antes da Guerra da Coreia (1950-1953), a Coreia, ainda como península, investia massivamente em educação, principalmente básica, visto que a batalha global entre os Aliados e o Eixo deixou rastros de sangue e destruição em todo o mundo, e na Península Coreana não foi diferente. Então, o governo coreano, à época, possuía uma população em atraso escolar, graças ao Domínio Japonês (1910-1945) e que

fora agravado massivamente pela eclosão da Segunda Guerra Mundial (1940-1945).

Qualquer conflito bélico em um território traz consigo reflexos indesejados. Um destes reflexos é o atraso escolar. Por óbvio, quando um território está em constantes ataques ou diretamente envolvido em uma guerra, alguns serviços essenciais são deixados de lado, e a educação na Coreia do Sul fora um deles, que, quase cessada pelos japoneses que dominavam a península, justamente por conta de que a Coreia estava diretamente envolvida com a Segunda Guerra e precisava trabalhar para prover o Japão de mantimentos, além de ser base aérea e militar por diversos momentos. Sendo assim, não havia espaço e nem segurança para ministrar aulas regulares, por exemplo.

Pós-Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos, bem como a URSS, ambos vitoriosos na ocasião, atracaram na península coreana com o contexto de libertar a população local das opressões do Governo Japonês que lá controlava. O Japão abriu mão dos territórios conquistados e governados por ele que não fossem seu território original, ao assinar a Declaração de Potsdam, o tratado internacional também conhecido como o tratado que explanava os termos da rendição japonesa.

Na administração pós-Segunda Guerra, os vitoriosos tinham como missão reerguer os países destruídos. Não por benevolência, apenas, mas sim para obterem um mínimo de controle e/ou influência no território agora liberto. O mundo após a Segunda Guerra Mundial entrou em um conflito ideológico, entre capitalismo e comunismo, mais precisamente, o capitalismo americano e o comunismo soviético. Apesar dos conflitos de ideias e tipos de governança, a península coreana estava recebendo ajuda para se reerguer e investir, e grande parte dos investimentos eram alocados em educação.

Quando a Coreia começara a ver algum avanço educacional pós-Segunda Guerra, veio a Guerra da Coreia, em 1950, onde o Norte da península lutou contra o Sul, deixando em torno de 5 milhões de mortos, dentre civis e soldados em apenas três anos de guerra (HISTORY, 2009, p.1). Este conflito foi

decorrente da bipolaridade mundial que pairava sobre a Guerra Fria, esta última, uma guerra de ideologias, onde o Norte da Coreia, influenciado pela URSS e China, lutou contra o Sul, que obtinha os Estados Unidos da América como aliado de primeira ordem. A batalha ideológica destes gigantes resultou de uma disputa global entre capitalismo x socialismo/comunismo em vários países ao redor do globo. Na Coreia, o resultado foi a divisão da península em dois países distintos. Lado norte, influenciado pelos soviéticos e lado sul, pelo capitalismo americano. Como podemos ver, apesar de o conflito entre os Estados Unidos e URSS ser ideológico entre eles, dividiram e criaram-se conflitos bélicos terríveis durante o tempo em que imperou o contexto da Guerra Fria. Ambos os países não se enfrentaram diretamente, mas sim através de apoios sempre em lados distintos em diversos conflitos pelo globo, e a península coreana foi alvo de um destes conflitos.

Dito isto, a recém-criada Coreia do Sul nasce no sudeste asiático, porém, sob influência americana, e não podia ser diferente, visto que a Guerra Fria estava se estendendo por todo o globo, os Estados Unidos necessitavam de aliados para, dentre outras coisas, comercializar e manter o *status quo* de potência mundial.

Apesar dos países em desenvolvimento experimentarem de uma cooperação mundial no pós-Segunda Guerra Mundial, a transferência de tecnologias ainda era deficitária e evidenciava a disparidade entre os países menos afetados e mais afetados com a guerra, até porquê, por si só a guerra não afetou apenas os países que sofreram com conflitos armados dentro de seus territórios. Comércio e relações foram prejudicadas dentre os países, mesmo que não inseridos diretamente nas guerras, é custoso, difícil e arriscado fazer comércio em mares, terras e céu onde há conflitos armados, além da dificuldade de se manter neutro em uma guerra de escala mundial ser praticamente impensada.

Por este motivo, a troca de tecnologias dentre os países fora afetada durante a Segunda Guerra Mundial. Esta que já era deficitária antes, pois, apesar de ter seus momentos de ganho mútuo e cooperação, os países que tiveram um

desenvolvimento tardio, como o Brasil e a Coreia do Sul, em relação aos ditos desenvolvidos da época, como os Estados Unidos, Reino Unido e França, que eram vistos como potências mundiais e exemplos a serem seguidos, possuíam desvantagens nessas trocas de tecnologias, pois, tinham entraves como a distância geográfica, altos custos, dificuldades de empregar a tecnologia obtida, dentre outros (AMSDEN, 2001, pág. 69).

O estudo do desenvolvimento econômico e social partiu da constatação da profunda desigualdade, de um lado, entre os países que se industrializaram e atingiram elevados níveis de bem-estar material, compartilhados por amplas camadas da população, e, de outro, aqueles que não se industrializaram e por isso permaneceram em situação de pobreza e com acentuados desníveis sociais. (SANDRONI, 1999, p. 169)

Não por coincidência, a guinada para desenvolvimento pós-Segunda Guerra Mundial (1940-1945) em diversos países fora acompanhada por mudanças, muitas vezes até bruscas, do sistema político vigente. Diversos países pós-Segunda Guerra Mundial conseguiram sua independência, seja reobtida ou criada, o que muitas vezes mudava o paradigma do país de subserviente para nacionalista. O objetivo de obter o desenvolvimento vinha atrelado com a finalidade de se superar o suposto 'atraso histórico' almejando o bem-estar social dos países tidos como 'desenvolvidos' naquela época. (SANDRONI, 1999, p. 169)

Apesar de diversos outros fatores influenciarem na busca pelo desenvolvimento, como por exemplo, a posição geográfica mais privilegiada, o passado histórico, a densidade populacional, a cultura do país, os recursos naturais e a extensão territorial,

De maneira geral, contudo, as mudanças que caracterizam o desenvolvimento econômico consistem no aumento da atividade industrial em comparação com a atividade agrícola, migração de mão de obra do campo para as cidades, redução das importações de produtos industrializados e das exportações de produtos primários e menor dependência de auxílio externo. (SANDRONI, 1999, p. 169)

Porém, quando a Coreia começou a retomar os rumos da troca de tecnologias pós-Segunda Guerra Mundial (1940-1945), apenas em um pequeno intervalo de cinco anos, eclodiu outro conflito armado no território, a Guerra da Coreia (1950-1953), o que dificultou ainda mais a troca de tecnologias neste período, além de fornecer também os revezes de um pós-guerra, como desemprego, analfabetismo, terra arrasada, milhões de mortos e etc.

Numa nova reestruturação pós-guerra, sete anos após o fim da Guerra da Coreia, na década de 1960, a Coreia do Sul ainda experimentou um declínio na ajuda externa, quando a ajuda americana foi gradativamente substituída por assistência ao crédito, subentendiam-se empréstimos. Esta diferença é grande, pois, em uma doação de bom grado, uma ajuda, não há necessidade do ajudado pagar, já em um crédito bancário, como o proposto pelos Estados Unidos, sim, além das consequências, caso não seja honrado o valor acordado, bem como as prestações dentre as partes, como sanções, não obtenções de créditos futuros, confiabilidade internacional de bom pagador, dentre outros. Esta decisão americana de substituição da ajuda por crédito tomou-se, pois, a Coreia do Sul estava se tornando um ônus financeiro para a economia dos EUA (YOON, 2014, p. 180) após quase uma década de ajuda à reestruturação, então, os Estados Unidos, apesar de ajudar em créditos com boas condições, no início, queriam algum retorno, pois demandavam de divisas urgentemente, visto que a Guerra Fria estava cada vez mais parelha em todo o globo e esta disputa americana com os soviéticos estava demandando dinheiro.

Em decorrência desta ação americana, o Presidente Park concentrou-se, em seu início, no crescimento econômico de longo prazo, e não nas prioridades das políticas educacionais da década de 1950, estabelecendo um “Plano Econômico, que habilitou uma economia orientada para a exportação através de mão de obra barata e qualificada” (YOON, 2014, p. 180).

Este plano econômico tinha como objetivo aos poucos reduzir a dependência do capital externo da Coreia do Sul, visto que era um país importador e com uma economia pautada nos mercados externos. A Coreia do

Sul utilizou de sua vantagem comparativa qualificando pessoas para serem utilizadas como mão de obra dentro de seu país, o que começara a dar frutos, tendo em vista que as empresas internacionais americanas e, principalmente japonesas, que estavam geograficamente próximas, iniciaram a ver a Coreia do Sul como um país para se investir, resultando em um crescente fluxo de capital estrangeiro na península.

1.2.3 O investimento em educação no governo Park Chung Hee

Em setembro de 1961, o presidente Park Chung Hee decidiu promulgar o, conhecido como, “Ato de Educação Temporária”, que estabelecia que em cada província nacional na Coreia do Sul houvesse pelo menos uma faculdade, além de inaugurar a primeira escola técnica do país, com cursos de duração de cinco anos (YOON, 2014, p. 181). Tais medidas foram de extrema importância, pois, haviam distritos e províncias sul-coreanas desprovidas de ensino superior em suas proximidades, e, com a abertura de faculdades, a educação superior qualificada foi tomando os interiores pouco a pouco.

Antes desta medida, qualquer coreano que almejava obter grau de um ensino superior, necessitava visar a capital Seul como seu destino único, o que trazia reflexos para a cidade, superlotando-a, causando desempregos e piora da qualidade de vida, que já não era boa, porém, infinitamente melhor que no interior agrário da península. Com a decisão do presidente Park Chung Hee, foram criadas opções de obtenção do ensino formal em nível superior mais perto dos interiores, onde, por consequência, surgiram-se aos poucos uma mão de obra qualificada no local.

Além desta medida, também houve esforços para formar estudantes de diversas maneiras. A palavra ‘formar’ foi utilizada acima, pois as guerras decorridas em períodos não tão distantes criaram uma população atrasada em seus estudos, e que, em um país tão pobre à época, lutavam pela sobrevivência. Dito isto, temos que perceber que a prioridade destas pessoas não era de retomar os seus estudos, mas sim, sobreviver, subsistir, trabalhar e sustentar suas famílias.

Claro que a criação de ao menos uma faculdade em cada província e a expansão do ensino técnico auxiliou a disseminar o ideal educacional pretendido por Park, também disseminando e facilitando o acesso à educação para os coreanos, porém, esta medida estaria longe do suficiente. As províncias coreanas detêm muitos vilarejos, apesar de ser um país pequeno. Os meios de transportes na Coreia do Sul não eram tão desenvolvidos quanto hoje e, mesmo tendo uma opção de faculdade próxima, o custo de cursá-la envolvia tempo de locomoção (que poderia ser usado trabalhando), transporte, preço, dentre outros problemas, que dificultavam a inserção da população mais pobre, esmagadora maioria no pós-Guerra da Coreia, em um sistema de ensino formal.

Por conseguinte, o presidente Park Chung Hee fez um programa de governo que ficou conhecido como *Educational Welfare*, em tradução livre, seria 'o bem-estar educacional'. O foco desta medida era promover a educação à distância, bem como fornecer uma grade especial de ensino às pessoas que trabalhavam (YOON, 2014, p. 183). Estas escolas adaptadas às necessidades da população facilitaram ainda mais o ingresso dos coreanos nos ensinos em geral, visto que a educação não se tornava mais um 'estorvo' para o cidadão que dependia de seu trabalho e teria que optar entre ter qualidade de vida e se sustentar ou se educar. Com as grades curriculares especiais e a educação à distância, era possível para o trabalhador coreano fazer ambos, trabalhar e estudar.

A importância do ensino à distância para a Coreia do Sul foi justamente que, apesar do investimento em educação estar massivo à medida do possível, era uma educação que consistia em custos baixos, ou seja, era mais econômico para o governo manter um ensino à distância do que um presencial, tanto para o aluno, que economizava em tempo, transporte e mensalidades, quanto para o Estado, que não precisava dispor de atenção com prédios físicos e gastos que se tem quando se possui a educação presencial, como por exemplo material, segurança e professores residentes.

Pensando nas vantagens expostas, o governo sul-coreano estabeleceu a *Korea Air & Correspondence University* no ano de 1972, em prol de promover educação nos diversos níveis e em fácil acesso. A universidade foi a primeira instituição de ensino nacional a encorajar trabalhadores atuantes e graduados no segundo grau a continuarem seus estudos ao ensino superior através da distância. Diversos treinos vocacionais utilizando o mesmo modo também eclodiram na Coreia do Sul (KWON, 2011, p. 526), o que facilitou a capacitação vocacional em diversos níveis, não só no nível superior, visto que treinamentos e cursos básicos e, futuramente técnicos, também podiam ser ministrados à distância, engrandecendo o currículo e capacitando o trabalhador que os fizessem.

Em 1977, o governo Park estabeleceu a criação do Colégio Politécnico, em Changwon, visando expandir o ensino técnico voltado à formação profissional. O que nos chama atenção é que a cidade que fora escolhida para abarcar o projeto é no extremo sul do país, oposta à Seul, que fica ao norte. Este fato também nos elucida o plano direcional de Park Chung Hee intervindo diretamente em prol de incentivar regiões consideradas menores a crescer. De fato, Park almejava que Changwon fosse um pólo industrial e as políticas do governo direcionaram e impulsionaram a região para tal. O objetivo do Colégio Politécnico era estar alinhando habilidades no campo teórico e prático, possibilitando os trabalhadores a estudarem e adquirirem conhecimento educacional, além de terem acesso à equipamentos tecnológicos presente no Colégio, sendo capacitados com o que havia de mais moderno na tecnologia do trabalho de maneira constante. (KWON, 2011, p. 526)

O governo trabalhava para incentivar o desenvolvimento das cidades além da capital do país, o que fez com que diversas outras regiões também prosperassem, diminuindo o êxodo rural em busca de empregos e oportunidades destinado a Seul, distribuindo à outros polos urbanos que foram emergindo em diversas localidades do país, como Changwon, Busan, Daegu, dentre outras. O benefício de se desenvolver outras regiões também estava caracterizado no acesso à educação, permitindo pessoas de diversas localidades a terem experiências urbanas próximas, mesmo morando longe da capital do país. Com

a urbanização de diversas localidades, vieram consigo as oportunidades de estudo, diversidade de empregos, bem como vagas de trabalho e necessidade de capacitação de mão de obra nas localidades, promovendo a educação formal além-Seul.

Sendo assim, tem-se na Coreia do Sul, inicialmente na década de 1960 e com uma continuidade e evolução na década de 1970, uma promoção da educação, onde a população, mesmo a trabalhadora, não importava a faixa etária, possuía um acesso facilitado à educação, podendo iniciar ou retomar seus estudos de forma que os compromissos educacionais não conflitassem com os empregatícios, ou ao menos que os conflitos fossem minimizados. Contudo, este investimento que estava sendo promovido na educação sul-coreana necessitava de capital para ser realizado e mantido. Então o crescimento educacional teria que andar paralelamente com o crescimento econômico, pois, sem uma economia estável, seria impossível manter os programas educacionais, por óbvio, visto que custavam elevadas divisas.

Os treinamentos aos trabalhadores também se fizeram presentes na Coreia do Sul na década de 1960. O governo sul-coreano investia pesado em capacitação de sua força de trabalho já existente para adaptá-la às novas tecnologias que estavam, pouco a pouco, chegando ao país. Vale ressaltar que o governo Park Chung Hee possuía um viés autoritário, então, em primeiro momento, a busca pela capacitação profissional não fora advinda da população, mas sim através das corporações e do governo. (KWON, 2011, p. 526)

Por conta deste controle estatal rígido e do baixo poder de escolha direta do cidadão, temos os direitos dos trabalhadores suprimidos entre os anos 1960-1970, pois os sindicatos tinham uma atuação extremamente limitada (KWON, 2011, p. 526). Este plano de qualificar a mão de obra da população sob a batuta do governo começou a entregar resultados, visto a qualidade de vida dos sul-coreanos, bem como os índices econômicos, cresciam paulatinamente comparados com os anos anteriores. Porém, a forma autoritária em que Park Chung Hee conduzia o país não passou isenta de protestos, majoritariamente encabeçados por estudantes e trabalhadores, como por exemplo em 1970, onde

um jovem não abarcado pela capacitação trabalhista conduzida pelas corporações e pelo governo, suicidou-se ateando fogo sob o próprio corpo em protesto à repressão que Park Chung Hee fazia aos movimentos democráticos, estes, que almejavam a ampliação dos direitos dos trabalhadores. O suicídio iniciou um protesto de proporção nacional, que pressionou o governo a tomar medidas para acalmar a situação através de repressão e propaganda, além de realizar reformas educacionais para canalizar as necessidades reprimidas dos trabalhadores, direcionando-a para os objetivos educacionais do governo (KWON, 2011, p. 526). Mesmo realizando esta manobra à fim de conduzir a revolta contra sua diligência, o governo teve que ceder diversas vezes aos anseios dos revoltosos em protestos e greves para sanar as revoltas populares, que, de tempos em tempos, aconteciam na Coreia do Sul por conta do viés autoritário do governo de Park Chung Hee.

1.3 A guinada no investimento educacional coreano (1963-1970)

A preocupação da Coreia do Sul em se desenvolver para caminhar com ‘as próprias pernas’ no cenário internacional era notória. O presidente Park Chung Hee começou a desenvolver a indústria pesada no país e deu um papel de destaque para as exportações, aumentando-as drasticamente logo no primeiro ano de mandato (1963) onde, traduzindo em números, significavam 61,1% do Produto Interno Bruto da Coreia do Sul. Um aumento realmente significativo de aproximadamente trinta por cento em relação ao ano anterior, que figurava em 31,7% do PIB. (AMSDEN, 1989, p. 66).

Por conseguinte, este aumento nas exportações sagrou-se determinante para que a Coreia do Sul caminhasse para cumprir seu objetivo de virar um país exportador. Era importante que o país exportasse mais do que importasse, visto que o objetivo final da Coreia do Sul era ser um país industrializado, ou seja, os produtos que eram importados, precisavam ser produzidos em solo sul-coreano para não haver a necessidade de importação, baixando os custos dos produtos, além de fomentar empregos.

Talvez por conta de sua história e da herança japonesa do valor do trabalho, no final da Guerra da Coreia (1953), para reconstruir o país, foi colocada em vigor a Lei Básica do Trabalho na Coreia do Sul, onde previa que os empregados deveriam trabalhar oito horas diárias em um mínimo de 48 horas (MASIERO, 2000, p. 7), o que significa que, ao contrário dos países ocidentais, na Coreia do Sul havia apenas um dia de folga durante a semana para cumprir a carga horária prevista em lei. Pode-se dizer que um dia a mais de produção por semana em todo o país contribuiu, em conjunto com as outras medidas tomadas, com a recuperação pós-guerra do país.

Um trabalhador produzindo um dia a mais, significava um aumento do quantitativo produtivo do país, seja em produtos ou em serviços, o que alavancou justamente o aumento das exportações, visto que onde há mais produto, há mais excedente, e com esta lógica, pouco a pouco encaminhou a Coreia do Sul inserindo-a gradativamente dentre os países mais exportadores asiáticos, por terem produtos em preços razoáveis.

Com as exportações em alta representando mais da metade do PIB sul-coreano, teve-se o início de uma alavancada, ainda que traduzida em números e valores absolutos, pequena, porém, a mudança de mentalidade e o projeto ao longo prazo se iniciara. Mesmo a Coreia do Sul sendo uma das nações que sofreram com a industrialização tardia, ou seja, o país começou a investir massivamente em fábricas pesadas, mudando o paradigma agrícola exportador, e mesmo este investimento vir anos após várias outras nações do mundo já terem realizado, os sul-coreanos ainda conseguiram sucesso.

Sobre a política de promoção de exportações, o presidente Park Chung Hee, adotou

As políticas 'corretas', mediante liberalização das importações, adoção de taxa de câmbio 'realista' e provisão de incentivos à exportação; acima de tudo, teria conseguido estabelecer os preços corretos para os fatores de produção, de modo que sua economia pudesse crescer alinhada com sua vantagem comparativa; confiança nas forças do mercado e integração à economia mundial gerariam resultados

superiores à proteção e dissociação da economia mundial. (SCHMITZ, 1984, p.9, adaptação nossa)

Dito isto, temos então a Coreia do Sul, ascendendo sua economia através da política de substituição de importação após os Estados Unidos da América comutar a ajuda que mandava em créditos e empréstimos.

A política de substituição de produtos importados foi essencial à época para o fortalecimento das indústrias nacionais, visto que as mesmas possuíam um contingente grande de público alvo para seus produtos, que era a população coreana, sem a concorrência da qualidade e preço baixo do importado, concorrendo apenas com seus pares. Esta medida fortalecia as indústrias coreanas também em outro aspecto, que é a melhora dos produtos nacionais. Ora vejamos que era mais fácil competir com as empresas coreanas do que com as gigantes multinacionais japonesas ou americanas já estabelecidas no mercado. Fomentava-se também o empreendedorismo na Coreia do Sul, além claro de paralelamente ter-se um fomento em mão de obra qualificada, que se traduzia em necessidade de investimentos em educação.

Porém, por mais que a política vigente no território sul-coreano fosse de substituição de importações, não foram barradas as importações, somente substituindo a importação de produtos que tinham similares nacionais, o que não causou indisponibilidade com seu maior parceiro comercial, que era os Estados Unidos da América, maior interessado no desenvolvimento sul-coreano, porém, que também zelaria pelas suas empresas. Este plano coreano de não proibir as importações de produtos que não fabricavam deveras se traduziu em uma excelente jogada, visto que um país que não possui uma vantagem comparativa ou quaisquer outras vantagens para produzir um determinado produto ou prestar um serviço não conseguirá competir em qualidade e preço baixo com o que possui a facilidade de produzir o tal produto ou serviço. De fato, é mais barato importar o que não se consegue fazer com eficiência do que dispor de grandes montantes de capital para fazer algo que sairá mais caro e com menos qualidade do que o outro país. (RICARDO, 2001, p. 85-104)

Concomitantemente, com o aumento gradativo do PIB e a alavancada econômica que se iniciara na Coreia, a qualidade de vida no país, que no pós-guerra era caótica, também ascendeu, graças às medidas tomadas em relação à educação.

Como modelo de comparação, em 1938, quando a península coreana não tinha se dividido, ou seja, só existia uma Coreia, a porcentagem da população matriculada na escola era de apenas 4%, o que destoava de vários países. O México, por exemplo, possuía 5% de sua população matriculada na escola em 1887, ou seja, a população coreana de 1938 possuía menos estudo formal do que a população mexicana de cinquenta anos atrás (AMSDEN, 1989, pág. 217). O acesso à educação foi severamente prejudicado devido ao domínio japonês e as constantes guerras e conflitos de poder no território coreano. Todavia, em 1954, o quantitativo de pessoas matriculadas no ensino formal da Coreia do Sul alcançou incríveis 17%, ultrapassando o México, que possuía 12% e também sobrepondo países renomados e ditos desenvolvidos, como Alemanha, com 13% e Inglaterra, com 15% de sua população matriculada nas escolas. (AMSDEN, 1989, pág. 217). Sendo assim, observamos que apenas um ano após o fim da Guerra da Coreia (1950-1953), que destruiu o país, já temos a retomada dos investimentos em educação em massa, mostrando que era essencial educar uma população inchada, como a da Coreia do Sul à época detinha, para concretizar o plano de crescimento do país.

A pauta educacional entrou em evidência na Coreia do Sul, visto que o governo almejava educar a população em idade escolar e tirar o atraso dos adultos que tiveram o ensino prejudicado por conta dos conflitos armados, para fim de erradicar o analfabetismo no país. E este investimento em educação foi realizado justamente com o dinheiro proveniente do aumento das exportações e a mudança, aos poucos, do paradigma agrícola que imperava outrora na península, para um país que, por mais que tardio, começava a se industrializar.

Entre os anos 60 e 70, o número do quantitativo de professores das Escolas Elementares na Coreia do Sul mais que dobrou, saindo de 13.053 para 31.207 mil, bem como das Escolas Médias, que saltou de 9.627 para 19.854 mil

peças, também mais que dobrando e, acompanhando o ritmo, temos a quantidade de professores de ensino superior, crescendo de 3.808 para 10.435 profissionais em todo o país. (EDUCATION IN KOREA, 2006, p. 16)

O investimento crescente do Produto Interno Bruto sul-coreano em educação começou a mostrar resultados práticos. As instituições de ensino aumentaram em quantidade, abrangendo mais a população coreana, chegando nos interiores, onde o ensino formal outrora não chegava. A capacitação destas pessoas, fez com que a qualidade de vida, inclusive no campo, aumentasse, visto que, com a reforma agrária e o conhecimento, conseguia-se mais instrução até mesmo para a população rural, que tirava mais proveito de suas próprias terras.

Dito isto, foi dado início a um tímido êxodo rural tardio. Os sul-coreanos, agora não mais subsistindo, iniciaram a procura pelos centros urbanos em busca de melhores qualidades de vida, como por exemplo, melhores escolas e faculdades para seus filhos, além de oportunidades de trabalho mais bem remuneradas. Comparando a Coreia do Sul aos países desenvolvidos, esse êxodo foi tardio, pois, apenas em 1977 que a população empregada no setor agrícola coreano chegou aos 40% da população total o país. O campo, outrora que era o maior gerador de empregos, estava migrando, pouco a pouco, para os grandes centros urbanos, mudando a característica da Coreia do Sul de um país agrícola para um país industrializado. E esta mudança de mentalidade agroexportadora para desenvolvimentista, apesar de tardia, alcançou números expressivos de êxodo rural nos anos seguintes, chegando a apenas 16% dos trabalhadores do país nos campos em 1991, passados apenas 14 anos (PARK; KIM. 1998). Com o êxodo rural se sacramentando na Coreia do Sul, o acesso à educação também teve que acompanhar o desenvolvimento urbano em prol de uma evolução harmoniosa e progressiva, e assim o fez, como podemos notar na tabela a seguir que analisa a média do tempo de estudos da população sul-coreana e a taxa de matrícula nos diferentes níveis educacionais do país.

Tabela 1 – Indicadores selecionados da Educação na Coreia do Sul 1961-1993.

	1961	1966	1972	1981	1987	1993
Média do tempo de estudo da população	-----	5 anos	6,1 anos	7,8 anos	9 anos	10 anos
Taxa de matrícula no Ensino Fundamental*	97%	103%	107%	103%	102%	101%
Taxa de matrícula no Ensino Médio*	30%	36%	49%	59%	65%	99%
Taxa de matrícula no Ensino Superior por 10 mil habitantes	54	57	65	192	305	355

* Indica o percentual de alunos matriculados em relação à população na faixa etária adequada ao nível escolar. Note que o resultado pode ser maior que 100% devido ao atraso escolar.

Fonte: Banco Mundial: *Korea: Four Decades of Equitable Growth*. Washington, Case Studies in Scaling Up Poverty Reduction, 2004.

Como conseguimos observar, a taxa de matrícula nas escolas, tanto no nível médio quanto no superior estiveram em constante crescimento entre 1963 a 1993, muitas vezes ultrapassando até a marca de 100%. Este fenômeno se deu por conta das sucessivas guerras, e suas consequências, como a extrema pobreza e o desemprego, que tiveram como consequência o atraso escolar e o analfabetismo da população coreana.

Mesmo com essas dificuldades, após a reforma agrária, onde deu-se uma pequena estabilidade a Coreia do Sul para resolver o problema da fome que assolava a península pós-Segunda Guerra Mundial, os sul-coreanos, pouco a pouco, voltaram à escola para retirar o atraso escolar. Mesmo com a estabilidade que a reforma agrária de Syngman Rhee proporcionou ao país, as mudanças na mentalidade desenvolvimentista sul-coreana teriam que continuar. A reforma agrária por si só não era o suficiente para retirar o país da pobreza, mas sim, da extrema pobreza e da situação de fome em que se encontrava a população devido à situação de terra arrasada que assolava o país. A medida foi um dos pilares para a Coreia do Sul conseguir protagonizar uma guinada em seus índices que, até hoje, são admirados por todos os países. Todavia o governo sul-coreano não poderia fazê-la desta o resultado principal e único de seu governo,

que não apenas herdou a reforma agrária de sucesso sob a inspiração americana, que fez a Coreia do Sul perseverar, como foi iniciado a partir da década de 70 um esforço concentrado na educação, principalmente de base, aos moldes japoneses (CANUTO, 2004), deixados como herança dos tempos que estavam sob domínio do Império do Japão. Iniciou-se a Era da Educação na Coreia do Sul. Na tabela acima também vemos que o tempo médio dos estudantes nas escolas aumentou consideravelmente, de período a período, o que significa, na prática, que as taxas de evasão escolar vieram diminuindo.

Diversos fatores contribuem para a evasão escolar, desde as crianças precisarem trabalhar para ajudar em casa, até a fome. Como podemos ver em Silva (1978), ressaltando que a

Desnutrição pregressa, mesmo moderada, é uma das principais causas da alteração no desenvolvimento mental, e mau desempenho escolar. As crianças desnutridas se tornam apáticas, solicitam menos atenção daqueles que as cercam e, conseqüentemente, por não serem estimuladas, têm seu desenvolvimento prejudicado. (SILVA, 1978, p. 4)

E, com a Coreia do Sul devastada pós-Segunda Guerra, temos o cenário de desnutrição pregressa descrito por Silva, como um dos fatores contribuintes para a evasão escolar sul-coreana. A devastação da península era tanta que os jovens, para garantirem a subsistência das famílias, trabalhavam nas terras recém obtidas através da reforma agrária, sacrificando a própria educação. Por este motivo, víamos na Coreia do Sul um número de taxa de matrícula no ensino fundamental muitas vezes superior a 100% da população existente com faixa etária escolar.

Este fenômeno ocorria, pois a população sul-coreana fora da idade escolar estava motivada a voltar à escola e ter o ensino formal concluído, então, acarretaria em diversos anos os dados de matrícula nas escolas acusarem mais de 100% dos matriculados em idade escolar justamente por conta dos adultos que estavam regressando à escola para concluir seus estudos.

Por conseguinte, temos a população sul-coreana motivada a estudar e o governo precisava fazer com que a educação fosse cada vez mais acessível para todos, além de vantajoso, visto que educação tem custos diretos e indiretos, mesmo que seja apenas o tempo despendido do aluno, este tempo poderia ser utilizado trabalhando e provendo sustento para suas famílias, então fazia-se necessário políticas educacionais incentivadoras e que valessem à pena o estudando despendendo seus esforços e direcioná-los, ao menos uma parte do seu dia, para a educação.

Dito isto, o governo sul-coreano precisava fazer com que a educação fosse vista não só como obrigatória, mas sim como um investimento no futuro dos educados. Teria que se criar uma demanda no país de profissionais educados, letrados, com faculdades e etc., para a população perceber a necessidade da educação e também encará-la como uma oportunidade de melhora de vida, onde, despendendo do tempo de seus filhos para educá-los seria o melhor caminho e o mais fácil para sair da pobreza.

Dito isto, o esforço governamental sul-coreano para crescer fora direcionado para a educação. Nos anos 60, além da taxa de adesão das pessoas em idade escolar estar alta, tivemos a também dos atrasados escolarmente, que tiveram seus estudos prejudicados em decorrência da guerra. A Coreia do Sul identificou a vantagem comparativa que tinha em relação aos outros países, que era a mão de obra barata e em abundância que tinha, graças ao grande nível populacional e pobre de seu país, e começou a capacitá-la para atrair empresas e, conseqüentemente, gerar empregos, melhorando a qualidade de vida da população.

E obtiveram resultados positivos, visto que apenas sete anos após a guerra que deu surgimento ao país, a Coreia do Sul

Já era comparada favoravelmente a outros países em desenvolvimento em termos gerais de níveis de atendimento educacional (apesar de não necessariamente em termos de proporção da população matriculados nos níveis primários, secundários e superiores). Tanto em 1960 quanto em 1965, o nível educacional geral

coreano excedeu o que se esperava do seu PIB per capita e os recursos nacionais da nação foram percebidos como abundantes e bem equilibrados. (AMSDEN, 1989, pág. 219)

Os investimentos educacionais responsáveis que foram feitos na Coreia do Sul renderam frutos bem antes do esperado, pois já se via a procura da própria população pela educação quando fora facilitada ao acesso à mesma pelo governo. O empenho da Coreia do Sul de capacitar sua população para ter mão de obra qualificada foi tamanho que a mentalidade penetrou nos anseios da população, fazendo com que quem estivera com os estudos atrasados devido às guerras, procurassem a escola, para se capacitar, buscando uma melhoria de vida.

Com a Coreia do Sul se desenvolvendo, diversas empresas emergiam, nos campos e nas cidades, demandando mão de obra especializada, onde se encontravam os maiores salários. A população sul-coreana iniciava uma nova perspectiva educacional de não olhar o ensino formal apenas como uma obrigação, mas sim como um investimento, que se mostrava cada vez mais eficaz em proporcionar uma vida melhor, com maiores recompensações financeiras e menos trabalhos braçais, além de menor esforço físico para tal.

Sendo assim, temos a Coreia do Sul emergindo exponencialmente no cenário global como atrativa à investimentos devido a sua mão de obra abundante, que iniciara a se capacitar.

2 CAPÍTULO II: EDUCAÇÃO, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: LIÇÕES DA EXPERIÊNCIA COREANA (1970-1980)

2.1 A década de 1970 e seus avanços na Coreia do Sul

Com a Coreia do Sul investindo cada vez mais em educação e industrialização de seu território, temos como os primeiros frutos da política semeada - desde o nascimento do país - o desenvolvimento urbano, este que chegava aos poucos às áreas rurais, principalmente nos anos 1970. Tendo a

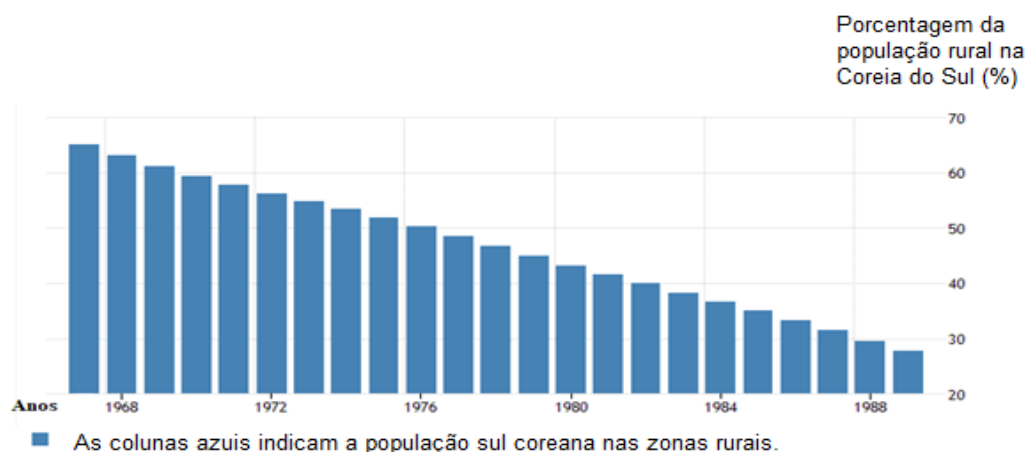
Coreia do Sul cada vez mais rumando para a industrialização de seu território, as primeiras cidades a serem afetadas foram as grandes metrópoles, que obtiveram investimentos e retornos, fazendo com que prosperassem primeiro do que as zonas rurais. Com o progresso urbano atrasado no interior em relação às grandes metrópoles, a população rural, em grande maioria pobre, visto o pós-guerra, viu oportunidades surgindo nas cidades já urbanizadas que não haviam em suas próprias localidades.

Empregos dos mais variados estavam surgindo, bem como, oportunidades de crescimento. Apesar dos esforços da Coreia do Sul em ampliar o acesso à educação, naturalmente era muito mais fácil ter acesso à serviços essenciais em uma cidade já urbanizada do que em um interior, por conseguinte, em um país com uma população grande como a Coreia do Sul e com o viés agrário que tinha, a mudança de paradigma para a industrialização trouxera alguns problemas, e um deles era o êxodo rural. A população rural sul-coreana estava migrando para as grandes cidades por motivos diversos, seja por emprego, melhoria na qualidade de vida, acesso à educação, adquirir bens materiais, oportunidades de se desenvolver profissionalmente, dentre outros. Não havia apenas um motivo para a migração populacional das zonas rurais para as urbanas na Coreia do Sul e o foco do governo estava em diminuir os impactos deste fluxo migratório de pessoas para as grandes cidades.

Apesar dos esforços governamentais para frear o êxodo rural, a população urbana sul-coreana dobrou de quinze por cento no ano de 1945 para incríveis 30 por cento em 1960 (SETH, 2011, p. 375), o que nos mostra que no pós-Segunda Guerra Mundial, a Coreia era um país majoritariamente agrário, e entrou na década de sessenta também nesta condição. Em apenas quinze anos, dobrar a população urbana nas grandes cidades causou preocupação ao governo sul-coreano, pois necessitava de infraestrutura para acompanhar este crescimento populacional. A maneira do governo de tentar minimizar os efeitos da migração populacional sul-coreana para as grandes metrópoles era melhorar seus interiores em qualidade de vida, educação, saúde, emprego e até mesmo acesso às cidades, com melhorias nos transportes e rodovias, para melhor escoamento de produtos e pessoas, permitindo com que o sul-coreano pudesse

morar no interior e trabalhar nas grandes metrópoles, reduzindo assim a necessidade do sul-coreano, mesmo de áreas rurais, precisar se estabelecer fora de sua cidade natal. Com as oportunidades de emprego e mobilidade sendo oferecidas aos poucos nas zonas rurais, o êxodo de pessoas para as grandes metrópoles foi minimizado, mas ainda, progressivo, como podemos analisar no gráfico na página seguinte:

Gráfico 1: População rural na Coreia do Sul (1967-1989)



Fonte: TRADING ECONOMICS. **South Korea Rural Population**. Disponível em:

<<https://tradingeconomics.com/south-korea/rural-population-percent-of-total-population-wb-data.html>>

Como pudemos observar, temos uma Coreia do Sul recém independente com uma população, bem como sua economia, majoritariamente agrária alcançando em 13 anos de sua independência a igualdade entre população rural e urbana. Como o gráfico acima nos elucida, fora na década de 70, mais precisamente em 1976, que a Coreia do Sul tivera 50% de sua população urbanizadas e a outra metade ainda remanesce nas zonas rurais do país. Por mais que os números nos mostrem que o êxodo rural foi contínuo, também vemos uma constância no aumento do mesmo. Não houve picos abruptos que indicaram uma debandada em massa da zona rural para a urbana em qualquer período analisado no gráfico. Isso nos mostra que os esforços dos governantes sul-coreanos em melhorar a qualidade de vida dos interiores, mesmo que aquém do suficiente para evitar o êxodo rural, minimizaram seus efeitos. Apesar dos

esforços de melhorias de qualidade de vida e acessibilidade nos interiores darem resultados, como por exemplo o já citado do programa de governo intitulado *Educational Welfare*, que possibilitava a educação à distância para os que não obtinham o privilégio de viver em proximidade com centros educacionais, diversas outras medidas foram feitas para minimizar o êxodo rural sul-coreano e, bem como, desenvolver as regiões do interior do país.

Entre os anos 1971 e 1972, por exemplo, o presidente Park lançou o programa intitulado *New Village Movement*, que tinha como o objetivo mobilizar a população rural em direção ao progresso urbano. De fato, o programa conseguiu alguns êxitos. A comunicação com os governos locais introduziu programas para educar os agricultores e modernizar suas fazendas e/ou plantações (SETH, 2011, p. 392). A educação dos agricultores fez com que suas terras ficassem mais produtivas e variadas, visto que novos conhecimentos eram aprendidos através de incentivos governamentais. Tirando mais proventos de suas terras, a situação de pobreza que assolava os campos sul-coreanos começara a mudar de patamar, dando espaço, dada as devidas proporções, à prosperidade rural. As vantagens de se investir em educação desde o pós-guerra da Coreia com o presidente Syngman Rhee até a era de Park Chung Hee estava dando retorno no início dos anos 70. Com a pobreza diminuindo, a Coreia do Sul conseguia realizar cada vez mais aportes em diversificados segmentos que não fossem para sanar o problema da miséria. Apesar de não deixar o tema de lado, havia cada vez menos demanda de capital e atenção para o combate à pobreza, visto que a população estava cada vez menos pobre e conseguindo sair desta condição devido aos reflexos advindos das atitudes governamentais em direção ao progresso no pós-Guerra da Coreia.

Apesar dos acertos imediatos, assim como todo programa implementado, não houve um sucesso absoluto no programa *New Village Movement*. Duras críticas foram feitas ao programa governamental e suas intervenções no modo de vida rural. Existia um intervencionismo exacerbado por parte do governo para direcionar a população interiorana em direção ao progresso, como por exemplo forçar o cultivo de diversas variedades de arroz de alta qualidade e tipos variados, mesmo que os consumidores preferissem o arroz tradicional (SETH,

2011, p. 392). Também temos como exemplo de intervenções estatais advindas do *New Village Movement*, a obrigação da troca dos tradicionais telhados de palha das residências rurais por telhas, visto que as telhas são à prova de incêndios, logo, mais seguras. Porém, trocar um telhado demanda de capital, e as famílias pobres se contentaram em trocar a palha por um telhado de metal corrugado e pintá-lo de cor de telha (SETH, 2011, p. 392).

Estas medidas nos mostram que a preocupação do governo em mudar a aparência das zonas rurais era uma prioridade. Contudo, o governo de Park foi acusado pela população de interferir na cultura das zonas rurais bem como nos costumes de seus habitantes. O governo achava necessário tal interferência no modo de vida e liberdade da população interiorana para modificar o paradigma rural do país, guiando o mesmo para a industrialização e urbanização, mas, como pudemos analisar, nem todas as intervenções estatais deram certo como planejado. Porém, analisando como um todo, os programas governamentais, bem como suas interferências, obtiveram um saldo positivo ao incentivar o desenvolvimento rural através do ensino formal, pois a educação dá liberdade ao educado de empreender e produzir. Apesar de algumas diretrizes estatais de Park, uma população cada vez mais educada, tem o leque ampliado de possibilidades em uma Coreia do Sul que, na década de 1970 já caminhava à passos largos rumo à industrialização. A chegada da urbanização em massa nos campos sul-coreanos trouxe consigo muitos reflexos. Há quem diga que houve impactos negativos, haja vista a perda cultural do modo de vida agrário, pautado nas tradições tanto de vestimentas quanto de utensílios, tipos de construções e necessidades que estavam aparecendo, outrora destoantes com o ambiente rural, porém, o ganho ao sair da pobreza extrema é maior do que a ‘contestada’ perda cultural.

O termo ‘contestada’ usado acima alude ao fato de que as tradições locais de uma determinada região ao contato com outras culturas e costumes podem adquirir características externas às suas advinda de outros povos. No caso, esta aculturação reflete em uma cultura geralmente subordinada adquirindo características da cultura dominante (BURKE, 2003, p. 44). De fato, havia na Coreia do Sul na década de 1970 uma cultura dominante, influenciada pelos

moldes capitalistas americanos que estavam sendo implementados desde sua fundação. Analisando internamente, no país sul-coreano temos como diferença o modo de vida dos vilarejos rurais e das grandes cidades. O governo tinha como objetivo um crescimento da urbanização por todo o país, elucidando-nos que a cultura dominante seria justamente a das grandes cidades. Apesar da mudança de hábitos, as cidades do campo não perderam sua cultura e costumes adotando *ipsis litteris* as tradições urbanas que estavam vigorando nas grandes cidades sul-coreanas, mas sim houve uma hibridização cultural entre os costumes urbanos e rurais, onde se teve 'perda' cultural dos dois lados, porém, formando culturas e costumes totalmente novos, variantes de regiões para regiões (BURKE, 2003, p. 112-116). Dito isto, houve sim uma perda cultural, porém, o interior sul-coreano não ficou refém dos costumes das grandes cidades, mas sim, adaptou-se ao novo paradigma do país, se adequando aos requisitos e criando costumes culturais totalmente novos, não equivalentes aos das grandes metrópoles, tampouco ao de seu passado. Então, pode-se concluir que a perda cultural foi minimizada graças ao hibridismo decorrido do choque e convívio das regiões distintas da Coreia do Sul, que buscaram uma convergência para melhor conviverem em sociedade, facilitando o sentimento de pertencimento para ambos.

O governo sul-coreano na década de 1970 não foi intervencionista apenas na zona rural. Park Chung Hee almejava aumentar seu controle perante a população, fortalecendo um viés nacionalista em seu governo. Por conta disso, em 17 de outubro de 1972 o presidente Park proclamou uma lei marcial que suspendia a constituição, dissolvia a Assembleia Nacional, bem como os partidos políticos e proibia as atividades políticas de qualquer espécie, com restrições até em liberdade de expressão dos cidadãos sul-coreanos, dentre outras restrições de liberdade (SETH, 2011, p. 428). Com esta medida, o fim da Terceira República estava decretado. O presidente Park perdeu lugar oficialmente para o déspota Park. Com o governo cada vez mais autoritário, houve uma nova constituinte que marcou o início da chamada Quarta República. Park Chung Hee nesta quarta república não foi eleito diretamente por eleitores, como numa democracia, mas por um denominado Conselho Nacional Unificado, este que era um corpo criado sob liderança e influência do próprio presidente

para realizar a votação de maneira indireta, ou seja, “na prática, elegeu a si mesmo”. (SETH, 2011, p. 408)

Tanto o presidente Park, termo utilizado apenas figurativamente nesta época, quanto a Coreia do Sul passaram por instabilidades políticas. Graças ao regime autoritário que estava vigorando, insurgências começavam a florescer contra o governo vindas da população reprimida. Estudantes e trabalhadores começavam a se organizar, com extrema dificuldade, pois Park realmente governava reprimindo qualquer tipo de rebelião, escorando principalmente seu autoritarismo e controle populacional na ameaça que a Coreia do Norte representava ao modelo sul-coreano. Na década de 1970, o cenário mundial da Guerra Fria ainda vigorava, o que potencializava a disputa entre Norte e o Sul da península. Diversas manifestações, atos e até atentados ocorreram na Coreia do Sul na década de 1970, um dos mais relevantes deles, foi o atentado que visava o próprio presidente Park, em 1974, mas acabou vitimando sua esposa, Yuk Yong Soo, com um tiro na cabeça. Park, também motivado pela fatalidade, endureceu ainda mais as medidas governamentais que visavam reprimir cada vez mais protestos e expressões populares. A linha de governo da Coreia do Sul sob o regime de Park Chung Hee era autoritária, supressora de liberdades individuais e objetivava padronizar os cidadãos alinhados com o governo.

Para tal, Park Chung Hee investiu pesado em educação para se ter a obediência da população. Os estudantes no governo do general Park Chung Hee detinham a obrigatoriedade de utilizar uniformes no estilo militar, típico de generalatos espalhados pelo mundo. Além disto, o governo também se preocupava com detalhes visuais dos estudantes, como por exemplo a obrigatoriedade de se manter o cabelo baixo, nos padrões que o governo julgava moralmente corretos e aceitos pela sociedade. Mas as restrições não pairavam apenas na esfera estudantil. Pelo rádio, pontualmente às cinco horas da tarde, era reproduzido o hino nacional coreano, e era dever de todo cidadão parar o que estivesse realizando e ficar em estado de atenção até a total execução do hino (SETH, 2011, p. 415). Esta falta de liberdade e maximização da presença do Estado nas individualidades dos cidadãos marcaram o governo do general Park Chung Hee, pois a década de 70 é tida como a década do milagre

econômico e educacional promovido pela Coreia do Sul, mas também é marcada por diversas repressões às liberdades individuais, tentativas de atentado terrorista e tentativas de assassinatos de líderes do governo. O presidente Park Chung Hee considerava a educação um dos pilares para o crescimento e mudança de paradigma coreano. Os investimentos em educação iniciaram através do aumento dos números das instituições de ensino de todos os níveis educacionais, desde o primário até o superior. O aumento foi gradativo, de acordo com a capacidade do país e de acordo com a demanda, aliás, muitas vezes a demanda ultrapassava a oferta, devido ao atraso escolar na Coreia do Sul graças aos conflitos armados que perduraram até 1953.

2.2 A valorização da educação na Coreia do Sul

Desde o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, o número de instituições de ensino de todos os graus, bem como o número de professores na Coreia do Sul aumentaram consideravelmente. O investimento em educação feito nas décadas de 1950 e 1960 começou a ser mais notório, em questão de resultados, em meados dos anos 1970, onde a Coreia do Sul, outrora vista como país agrário, inicia seu reconhecimento no mercado internacional como país exportador e potencial industrial, tudo isto graças ao investimento em educação feito após as sucessivas guerras. Nota-se na tabela da página seguinte que o número de instituições de ensino de todos os graus cresceu em todos os períodos de tempo analisados, com exceção das Escolas de Alfabetização entre os anos 1980 e 1990, que decaiu em 100, porém esta queda é justificada, pois a população da Coreia do Sul dentre este período já praticamente havia erradicado o analfabetismo, o que é surpreendente, pois há menos de quarenta anos, mais de três quartos da população coreana era analfabeta (KUZNETS, 1977, p. 47), e por conta disto, o número de instituições que decaíram não fazia-se mais necessário para o desempenho sul-coreano. Esta grande queda no índice de analfabetismo auxiliou os habitantes da Coreia do Sul a conseguirem empregos, bem como a empresas se estabelecerem no país, tanto nacionais emergirem quanto internacionais investirem no país, haja vista que com uma população alfabetizada, tem-se mais mão de obra qualificada no mercado de

trabalho, além de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos alfabetizados, é claro. Em meados de 1970, a Coreia do Sul deixava aos poucos de ser uma ‘aposta de risco’ que fora outrora e se concretizava como atrativa aos investimentos diretos estrangeiros no cenário global. Os sul-coreanos acenavam para o mercado internacional com uma vasta mão de obra capacitada ao longo dos anos através da educação, além da geografia favorável, principalmente marítima, pois o sul da península possui acesso ao mar e o país está entre gigantes asiáticos, como China, Japão e Índia.

A importância do aumento do número de instituições, bem como o de professores na Coreia do Sul também foi derradeiro para difundir a educação, outrora concentrada na capital Seul e nas cidades maiores, para o interior, mais agrário, o que dificultava as pessoas que moravam longe de cidades mais desenvolvidas de possuírem acesso à educação. Este problema vinha desde a alfabetização até as universidades. Com a criação de diversas instituições de ensino de diversos níveis, o alcance da educação perante o povo coreano tornava-se maior, favorecendo assim, a difusão do sistema educacional sul-coreano, bem como a mentalidade de educação que o governo almejava instaurar no país. Senão vejamos os dados propostos na tabela abaixo para elucidarmos o exposto:

Tabela 2: A Evolução da infraestrutura educacional coreana

Expansão das Escolas Elementares de Alfabetização (1945-1990)					
	1945	1960	1970	1980	1990
Número de instituições	2.834	4.496	5.961	6.487	6.335
Número de professores	19.792	61.605	101.095	119.064	136.800
Expansão das Escolas Elementares do Ensino Fundamental (1945-1990)					
	1945	1960	1970	1980	1990
Número de instituições	166	1.053	1.608	2.121	2.470

Número de professores	1.186	13.053	31.207	54.858	89.719
Expansão das Escolas Elementares do Ensino Médio (1945-1990)					
	1945	1960	1970	1980	1990
Número de instituições	307	640	889	1.353	1.683
Número de professores	1.720	9.627	19.854	50.948	92.683
Expansão da Educação Superior (1945-1990)					
	1945	1960	1970	1980	1990
Número de instituições	19	85	232	357	556
Número de professores	1.490	3.808	10.435	20.900	41.920
Fonte: <i>Education in Korea: 2005-2006</i> . Ministry of Education & Human Resources Development, Republic of Korea, p. 16.					

As taxas de analfabetismo serem praticamente erradicadas até o início dos anos 1990 também foram alavancadas por conta dos idosos e pessoas fora da idade escolar que procuraram aprender a ler e escrever. Esta geração que estava fora da faixa etária de ensino escolar por decorrência de terem sido prejudicadas com o domínio japonês na península (1910-1945), a Segunda Guerra (1940-1945) e, logo após, a Guerra da Coreia (1950-1953), posteriormente aos conflitos e, quando puderam, procuraram se instruir e voltar aos estudos, o que auxiliou muito no desenvolvimento social da Coreia do Sul. O investimento massivo em educação também fez com que fosse estimulada esta volta aos estudos da população, além, claro da inserção no novo mercado de trabalho que estava surgindo na Coreia do Sul por conta da industrialização, mesmo que tardia, em relação à outros países do mundo. Em uma análise de números de analfabetismo de qualquer país, temos incluídas as pessoas idosas que, por diferentes motivos, não conseguiram ou não quiseram se alfabetizar, o que acaba inchando a porcentagem de analfabetos no país em questão, inflando os números. Todavia na Coreia do Sul, pessoas procuraram se alfabetizar mesmo após a velhice, dada a facilidade de se obter uma educação formal,

ampliando a abrangência das escolas tanto no número de instituições quanto na logística nela investida, que proporcionaram a possibilidade de um ensino à distância, além do presencial ser próximo de quase todas as pessoas. Estas medidas incentivaram e facilitaram os idosos a procurarem os estudos e se alfabetizarem, que derrubaram as taxas de analfabetismo no país. A mudança do paradigma agrário para o industrial tal e qual a transformação do país aos poucos guinando para ser uma economia exportadora, fizeram com que os habitantes da Coreia do Sul buscassem a educação no pós-guerra, para se inserirem no mercado de trabalho. Esta medida fez com que a massiva mão de obra capacitada, outrora agrária, que se encontrava muitas vezes ociosa no país, se tornasse uma vantagem comparativa não só para as indústrias sul-coreanas que estavam emergindo aos poucos, mas também para as indústrias estrangeiras, pois a Coreia do Sul tornava-se aos poucos um país onde se tinha mão de obra barata, abundante e capacitada.

Ainda sobre a mudança na dinâmica industrial, o passo coreano dado em direção à industrialização, principalmente a pesada, foi um avanço convergente rumo às economias avançadas (CANUTO, 2004, p. 172), visto que os países que seguiram esta mesma orientação, via de regra, obtiveram aumento do Produto Nacional Bruto (PNB) por habitante, além de se libertarem da dependência da agricultura, sofrendo múltiplos processos de urbanização em diversas áreas do país, mesmo as rurais.

A valorização da educação também auxiliou esta mudança de paradigma, visto que bons professores formam bons profissionais para o mercado de trabalho. Saindo da era de governo de Park Chung Hee (1962-1979) e do Choy Kyu-hah (1979-1980) que foi seu breve sucessor, onde muitos, eu incluso, ainda colocam seu governo como parte da era Park, até por ter sido primeiro-ministro entre 1976 e 1979, chegamos na década de 80 com turbulências políticas na Coreia do Sul, porém, o plano de investimento educacional continuava firme e forte. A valorização salarial do professor era tamanha que, mesmo após a era de Park Chung Hee, que tinha claro viés militar, um professor de uma escola primária tinha como salário base, em 1983, o mesmo salário que um capitão do exército, e, no mesmo ano, para período de comparação, um professor de

faculdade ou de universidade ganhava, em média, como salário base, mais do que um major do exército (AMSDEN, 1989, pág. 219). A profissão de professor foi valorizada na Coreia do Sul tanto em relação a salários quanto a condições de trabalho. Por conta de os investimentos em educação continuarem massivos, a Coreia do Sul dispunha cada vez mais de infraestrutura para educar seus alunos, formando gradativamente profissionais mais qualificados para o mercado de trabalho. O sucesso da política educacional sul-coreana já estava surtindo efeito. A Coreia do Sul começou mais efusivamente a exportar mão de obra qualificada, visto que cada ano que se passava, a quantidade de graduados em nível superior no país aumentava.

Sendo assim, temos um país que outrora havia abundância de mão de obra desqualificada, onde os empregos gerados no país eram majoritariamente braçais e ainda sim sofria com desemprego. Com o aumento dos graduados em níveis superiores e o acesso à educação ampliado, a característica de mão de obra abundante continuava, porém, era sinalizada para o mercado internacional também como mão de obra qualificada, o que é importante, pois atrai investimentos estrangeiros de diversos segmentos para aproveitar esta mão de obra qualificada que estava emergindo na Coreia do Sul, principalmente para maximizar seus lucros, o que gera empregos também qualificados, colocando demanda por capacitações, incentivando o mercado a terem escolas e faculdade específicas para as características que estavam ascendendo neste novo momento do país.

2.3 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA NAÇÃO

2.3.1: A relevância do capital humano no desenvolvimento de um país

Dado este investimento massivo em educação por parte do governo sul-coreano relatado no capítulo anterior, temos como premissa de que a Coreia do Sul está ampliando o acesso à educação para fins de crescimento econômico, visto que o futuro do país recém independente preocupa, e o plano econômico

traçado por seus governantes atuam a curto, médio e longo prazo, atravessando gerações, que é o caso do investimento em educação.

Incentivar a educação de fato muda o paradigma de um país? Pode direcionar um país falido e majoritariamente agrário para um norte de prosperidade, mesmo que a longo prazo? Em países majoritariamente agrários cuja a tecnologia é defasada, ou seja, em um país atrasado - seja por motivos econômicos, que não consegue obter a tecnologia por conta de sua moeda fraca, poder de barganha baixo e etc. – o conhecimento dos fazendeiros, pecuaristas e afins é naturalmente predominantemente familiar, ou seja, o conhecimento não é adquirido de maneira formal em instituições de ensino, mas sim, passado através de gerações, ensinado desde a tenra idade para subsistência, muitas vezes até podendo prosperar diante de sua comunidade, obtendo notoriedade do comércio local e prosperando mais do que seus pares e, em outras situações, apenas subsistindo mesmo, com o mínimo de dignidade possível e dependendo além da colheita, mas de fatores externos à ele, como por exemplo a natureza, que pode proporcionar uma chuva, nevasca, pragas ou períodos de seca em larga escala e prejudicar o seu provento.

Já em países com mais tecnologias, cria-se o ‘fazendeiro moderno’, e este “precisa lidar com híbridos, métodos de criação, fertilizantes, equipamentos complicados e mercados competitivos para commodities” (BECKER, 1993, p. 25), e justamente esta experiência que acaba maximizando sua produção, empurrando para os fazendeiros não modernos a responsabilidade de desenvolver esta capacidade, seja formalmente ou através da experiência, justamente para conseguir subsistir em um mercado cuja a presença de fazendeiros modernos com suas produtividades e colheitas fartas só aumentam. Engana-se quem dá mais ou menos valor a apenas um tipo de método para obter a educação em detrimento de outro. O ensino de um conhecimento pode ser adquirido com eficácia dentro e fora de instituições formais e o valor deste conhecimento pode ser imensurável não importando onde ele fora adquirido. O que é posto em debate é justamente a padronização e disseminação de alguns conhecimentos como facilitadora do progresso, visto que mesclaria todos os conhecimentos, tanto o informal quanto a introdução do formal, extraíndo, desta

forma, o melhor resultado possível. Senão vejamos, já há formas mais baratas e menos trabalhosas de se lidar com revezes até climáticos, por exemplo. Não diminuindo o conhecimento do agricultor que apenas olha para o céu e, por experiência, sabe que irá chover, porém existem tecnologias que conseguem calcular com mais exatidão inclusive quantos milímetros de chuva é esperado e até a hora do dia que possivelmente irá cair a chuva em tempo real. Estes dois tipos de informações podem se mesclar e produzir um resultado ainda mais eficiente na produção, antevendo até os passos da natureza, que outrora seriam revezes inesperados, em prol de maximizar seus lucros.

A acessibilidade a tecnologias provenientes do estudo formal há de serem encaradas não como substituição, mas sim como um complemento às sabedorias adquiridas pela informalidade. A primeira coisa que deveremos encarar como realidade é a adaptação do mercado a tudo e a todos. Mesmo que seja possível padronizar o modo de produção através de um jeito formal, se houver uma demanda por produtos manufaturados, ou sem agrotóxicos, será rentável produzi-los, mesmo que em menor escala comparado a uma produção mecanizada, pois, o público consumidor procurará tais produtos – se possível - mesmo que os mesmos tenham o preço mais elevado, para cobrir os gastos de produção artesanais.

A maleabilidade do mercado mesmo contra os anseios de um governo nos diz que regular o mercado em sua totalidade é impossível. Mesmo que se tenha: punições severas em caso de descumprimento de ordens; o não incentivo estatal para produzir algo juntamente com o incentivo para se produzir o oposto; o desestímulo do consumo de um produto; a proibição de fabricação, importação e/ou exportação de tal produto; o não fornecimento de tal serviço e etc. Havendo a demanda para tal situação, o produto ou serviço ocorrerá, mesmo que ilegalmente e, muitas vezes, em menor escala, justamente por conta de estar sendo suprimido, mas ocorrerá. Há, corroborando esta fala, a existência de mercados negros em todos os sistemas políticos já inventados na humanidade. Produtos sendo negociados à margem da lei, mesmo que, muitas vezes, sejam produtos ou serviços legalizados de fato, se os indivíduos entenderem que os lucros em vendê-los ou fornecê-los na ilegalidade transpassam os riscos das

punições, irá existir o mercado negro, que está abarcado diretamente ao mercado, influenciando, muitas vezes, em preços e custos de produção do produto, mesmo o comercializado fora do mercado negro.

Sendo assim, quanto mais a acessibilidade for amplificada aos métodos mais diversificados de meios de produção, em condições normais de uma sociedade, haverá um aumento da efetividade da produção perante uma sociedade em que os métodos de produções passem apenas de pais para filhos, visto que com a divulgação de tais métodos efetivos, criar-se-ia um mercado de prestação de serviço para replicá-los, além de incentivar os agricultores a buscarem novidades no mercado justamente para subsistirem, em decorrência da concorrência estar utilizando e produzindo, muitas vezes com mais eficácia. Se não for o caso, o agricultor em questão que será o espelho para todos os outros replicarem a eficiência de seus proventos.

Em cidades com economias modernas, normalmente também há mais acessibilidade à educação formal, bem como a informação de tecnologias e acesso às modernidades dos meios de produção, e por conta disto, não causa estranheza que neste cenário, agricultores possam ser tão bem-educados quanto trabalhadores industriais (BECKER, 1993, p. 25). E esta educação independe do diploma adquirido formalmente em quaisquer instituições, tampouco uma crítica a ausência dele, mas sim a exaltação de que em uma sociedade cuja economia é moderna, ou seja, se atualiza, a informação é difundida, se tornando mais acessível para todos, e mesmo as informações que se adquirem nas academias e nos laboratórios, podem ser passadas cotidianamente, não necessitando de um diploma para entendê-las. Temos então uma sociedade cuja a potencialidade está atrelada a difusão de conhecimento, portanto, como de fato pode-se afirmar que investindo na capacitação do capital humano o resultado seria extravasado para toda a sociedade e não só localizado no indivíduo?

Em consonância ao questionamento do parágrafo anterior, tem-se uma máxima da oferta e demanda. Os indivíduos, obtendo o conhecimento através dos métodos formais ou não, ou seja, mesmo obtendo hereditariamente, ou

através de experiências, irão replicá-los em ocasiões diversas, não só em seu ofício, mas também em seu cotidiano.

Senão vejamos, um indivíduo que fora capacitado por qualquer meio, irá replicar o conhecimento não necessariamente exclusivamente para o fim que lhe fora ofertado, mas sim em outros empregos, outras oportunidades e também utilizar o que lhe é passado em sua rotina, seja realizando afazeres cotidianos, ou até mesmo em uma conversa informal. Uma empresa que capacita uma mão de obra para realizar determinada tarefa, por exemplo, não atrela esta capacitação apenas a ela, aumentando a capacidade do indivíduo o ensinando ou aperfeiçoando um determinado ofício, porém, nada impede do capacitado em questão utilizar seu conhecimento adquirido em prol de outra empresa ou até de montar uma empresa e concorrer com seu patrão, o que é comum em uma sociedade cuja modernidade econômica é difundida e o conhecimento é acessível, pois geram indivíduos inovadores e com capacidade evolutiva tanto nos métodos de produção quanto no aperfeiçoamento do produto (BECKER, 1993, p. 33-34). E a oferta e demanda faz com que empresas, diversas vezes, já procurem indivíduos previamente capacitados e com experiência no ofício não importando se este conhecimento veio através de outra empresa justamente para obterem resultados mais imediatos, e a troca de firmas é fácil adaptação ocorre justamente por conta da padronização de certas áreas do meio de produção que faz com que fique mais adaptável um ambiente de trabalho e outro, diminuindo as diferenças dos ofícios realizados em dois lugares distintos.

Outrossim, empresas com racionalidade boa não investiriam em treinamentos que não pudessem ser pagos pelo funcionário maximizando seu próprio lucro. Em muitos casos, os indivíduos que recebem esta capacitação estariam dispostos a arcar com os custos das mesmas, e não as empresas, uma vez que este treinamento significaria um aumento de seus honorários futuros (BECKER, 1993, p. 34). E este treinamento pode ser conseguido através de uma educação formal, como uma escola e faculdade que o indivíduo arca com os custos diretamente e através de impostos, ou fornecido pelo próprio empregador, que economizará em diversas outras frentes, como custos de produção mais baratos ou serviços mais efetivos. Por conta disto,

“A escola pode ser definida como uma instituição especializada na produção de treinamento, com distinção de uma empresa, que oferece treinamento em conjunto com a produção de bens. Algumas escolas, como estas para barbeiros, especializam em uma habilidade, enquanto outras, como as universidades, oferecem um catálogo largo e diverso.” (BECKER, 1993, p. 51)

Paralelamente ao ensino formal, temos a utilização do Capital Humano no meio em que o indivíduo vive, e não apenas em seu ambiente de produção, o que fornece à sociedade a seu redor a possibilidade de ter ganhos com a escolarização do mesmo sem ao menos ter sido escolarizada. Com a difusão do acesso à informação, o Capital Humano se torna potencialmente mais capaz de empreender, evoluindo uma sociedade pelo simples fato de ter sido investido.

O investimento em educação, não importa sua fonte – quer ele tenha sido feito ou fornecido pelo Estado, empresas ou até mesmo buscado pelo indivíduo para crescimento pessoal -, beneficia diretamente a quem o rodeia através do trabalho exercido, bem como do produto ou serviço gerado.

Existem diversas maneiras de se investir em Capital Humano para se ter retorno financeiro, e uma delas é justamente investir na saúde física e emocional do indivíduo. Diferentemente das máquinas, os seres humanos possuem diversos aspectos para seu melhor desempenho, não dependendo tão somente das suas condições físicas. Em sociedades mais modernas, os ganhos são muito mais garantidos por conhecimento do que por força física (BECKER, 1993, p. 54), e a palavra ‘ganhos’ remete tanto ao lucro do empresário, quanto do indivíduo educado, bem como do Estado que usufrui do trabalho qualificado.

Investir no bem-estar do indivíduo, físico e emocional, gera ganhos tanto para a sociedade quanto aos particulares investidores. A saúde, bem como o conhecimento podem ser melhorados de diversas maneiras, sendo todas elas possuírem algo em comum. Mesmo fora da área de trabalho, o indivíduo investir em sua própria saúde traz ganhos para uma empresa e sociedade, bem como um Estado investir em saúde trará ganhos em sua força de trabalho. Senão

vejamos, por exemplo, um investimento qualquer em bem-estar de certos indivíduos que declinaria as taxas de mortes em idades vitais de trabalho trará prospectivas de ganhos mutuamente para todos ao redor dos beneficiados diretamente (BECKER, 1993, p. 54), não importando a fonte do investimento, tampouco a motivação para tal.

O indivíduo que investe em conhecimento, naturalmente despende o tempo que poderia ser gasto como força de trabalho retornando lucros, visando honorários futuros maiores do que os que recebe agora sem conhecimento algum. O estudo formal é um aliado poderoso ao empirismo na busca por maiores ganhos pessoais, tornando a especialização um caminho utilizado corriqueiramente em sociedades desenvolvidas para o desenvolvimento pessoal e o aumento de ganhos futuros. E, o resultado desta busca por conhecimento aguça a sensibilidade dos indivíduos sem estudos formais, que conseguem perceber a efetividade da relação Estudos Formais x Honorários Futuros e começam a colocar seus filhos, e até a si próprios, no caminho da busca por conhecimento e especialização e, o tempo antes despendido para trazer ganhos pessoais e imediatos começa a ser investido para, em um futuro, retornar ganhos maiores do que se estava tendo e, principalmente, com menos desgaste físico para tal. Todavia, é sabido que há exceções à regra, e a existência destas é uma necessidade para a sociedade. Um esportista, cujo o trabalho físico pode gerar honorários maiores do que os mais capacitados formalmente, tem o salário pago através da vontade de uma maioria em vê-lo praticar o esporte, bem como sua capacidade individual e suas técnicas. A oferta e a demanda que paga o salário do esportista, através justamente do salário das pessoas que despendem o tempo delas para vê-lo, além do fato de que “a formação para as artes inventivas e para as profissões liberais é ainda mais cansativa e dispendiosa. Em consequência disso, a remuneração [...] deve ser muito superior, e realmente é” (SMITH, 1996, p. 150). Então, se para investir em algo parte-se da premissa de que haverá retorno para o investidor, investir em Capital Humano traz resultados não só para o investidor, mas sim para os que estão à volta do investido, mesmo que não se tenha qualquer relação direta com o investimento ou o investidor.

Em decorrência disto, temos então a educação e o treinamento como os mais importantes investimentos diretos no Capital Humano (BECKER, 1993, p. 17). E estes investimentos são perfeitamente rentáveis quando feitos na dosagem correta e com um objetivo em foco. O investimento em Capital Humano há de ser instigado para vir do próprio indivíduo, onde sua percepção da sociedade mostre que o tempo despendido se aperfeiçoando em um futuro ofício retorne em futuros honorários e que trarão melhor qualidade de vida. Porém, o Capital Humano não é homogêneo, ou seja, nem sempre fornecer o treinamento ou a faculdade para diversos indivíduos terão o mesmo resultado. Ao contrário das máquinas, que, por mais que as marcas e qualidades das mesmas infiram na capacidade produtiva, via de regra, se tem duas máquinas em iguais condições, da mesma marca, com a mesma programação e utilizando a mesma matéria prima, terão o mesmo desempenho. Já nas relações humanas, se tivermos dois indivíduos de mesma idade, mesma estatura, mesma forma física, criados no mesmo ambiente e fora-lhes dado os mesmos treinamentos nas mesmas instituições, é possível terem resultados diferentes. O ser humano tem o fator da racionalidade, este que não pode ser excluído de qualquer equação econômica. Não há garantias de que se tendo o melhor curso disponível e as melhores pessoas para ensiná-lo tornarão os melhores profissionais do ramo. Apesar da chance aumentar consideravelmente em relação ao não ensino, o Capital Humano é predisposto a ter vontades e também possui habilidades natas já possíveis de serem perceptíveis mesmo em tenra idade.

A vontade humana se difere das máquinas, e estimulá-la pode trazer resultados que aperfeiçoariam até as máquinas. Uma máquina por si só não evolui. A produção de qualquer utensílio não é aumentada infinitamente. De fato, temos o tempo jogando contra as máquinas, pois elas ficam obsoletas e necessitam de atualizações, bem como de novas descobertas para aumentar a sua capacidade produtiva. O ser humano nasce com capacidade evolutiva devido a racionalidade e seu desenvolvimento está ingênito ao desenvolvimento de sua capacidade produtiva. Esta diferença de racionalidade e capacidade produtiva de cada indivíduo perante seus pares é definida por Gary Becker como *Heterogeneidade do Capital Humano* (1993, p. 136).

O retorno social do investimento em Capital Humano pode vir em diversas frentes de retorno. O pagamento de impostos, visto que em sociedades modernas, onde a população é majoritariamente educada, tende a ser maior por diversos motivos, desde o fato de que os honorários dos constituintes de tal sociedade tendem a serem maiores devido justamente ao investimento no Capital Humano, é apenas um deles. Não tratar os indivíduos como homogêneos, ou seja, como se não possuíssem vontades, aptidões e interesses, traz à uma sociedade a evolução de sua mão de obra, proporcionando diversificação dos produtos e serviços prestados na mesma. Além disto, ainda temos que analisar a cultura dos povos como um fator importante para o crescimento e resposta do investimento no Capital Humano. A Coreia do Sul, alvo deste estudo, tem um conceito cultural denominado *Han*, que em tradução livre significa “A força interior” (DE MENTE, 2017, p. 96). Esta cultura é muito importante para o crescimento coreano, visto que prega a ajuda entre seus pares, bem como auxilia a atravessar momentos difíceis, por mais que longos, sem se abater ou se submeter. Boyé Lafayette de Mente sustenta que, na história contemporânea da Coreia do Sul,

“Nada produziu mais **han** para os coreanos que a anexação do país pelo Japão em 1910 e a dor mental e física infligida nos coreanos pelos japoneses nos próximos trinta e cinco anos. Muitos coreanos dizem abertamente que este **han** é a força motriz por trás dos esforços para superar os japoneses economicamente e se tornarem membros de destaque na comunidade internacional” (DE MENTE, 2017, p. 98)

Esta cultura *Han* incentivou os coreanos a superarem suas dificuldades e deu como meta intrínseca superar o Japão no cenário internacional. Tendo este contexto aliado ao investimento em Capital Humano, temos um campo cultural fértil para o crescimento do retorno do mesmo. Sendo assim, temos como fator peremptório de que o investimento em Capital Humano traz consigo benefícios contundentes para a comunidade a seu redor, bem como ao investidor e ao investido. Aplicar pecúlio sob o Capital Humano, vislumbrando suas características intrínsecas e empíricas e não tratando os indivíduos com homogeneidade, traz retornos eficazes, que estão atrelados não apenas ao trabalho do ser, mas sim à sociedade em que está inserido, trazendo reflexos

positivos e incentivando outros a seguirem os passos da educação e capacitação visando proventos futuros em seus honorários.

2.3.2 Como o desenvolvimento das metrópoles auxiliou o progresso dos campos da Coreia do Sul?

Com o capitalismo cada vez mais em ascensão, colocando o modelo socialista proposto pela União Soviética em cheque no contexto global, o êxodo rural se fez presente na maioria dos países do mundo, e na Coreia do Sul não fora diferente. Milhares de sul-coreanos migravam dos campos para as cidades mais urbanizadas em busca de qualidade de vida e oportunidades melhores (vide gráfico na pág. 31). Normalmente, vemos o êxodo rural sob uma ótica ruim, visto que as superpopulações das cidades podem acarretar diversos problemas, desde desemprego e em massa até questões sanitárias graves. A população de Seul, por exemplo, em apenas dez anos, mais do que dobrou, entre 1950, onde a cidade possuía um milhão de pessoas até 1960, onde já possuía 2.4 milhões de habitantes. E em 1970, continuou o ritmo de crescimento e apresentava 5.4 milhões de pessoas na cidade (BELL et al., 2020, p. 96). Este aumento populacional vinha majoritariamente dos campos, onde as pessoas migravam em massa em busca de oportunidades nas cidades. Não só na capital Seul, mas todos os distritos tradicionalmente mais urbanizados registraram aumento na densidade populacional advindo dos campos neste período, o que traz reflexos a cidade, por conta da infraestrutura demandada para abarcar esta quantidade de pessoas.

A tendência de observarmos o êxodo rural apenas pelos fatores negativos é graças ao retrospecto que ocorreu no mundo, onde cidades ficaram superpopulosas antes que a infraestrutura comportasse tais números, processos migratórios aconteceram, doenças e sobrecarregamento de sistemas de saúde também foram percebidos em certos casos. O que não se salienta é justamente que poucos países conseguiram com efetividade minimizar os problemas do êxodo rural. Justamente no contexto da Guerra Fria que tivemos a Guerra da Coreia (1950-1953) como uma mudança de paradigma em relação ao problema de liquidez da economia mundial. Thomas McCormick define em seu livro

America's Half Century que o período mais contínuo e lucrativo de crescimento econômico na história do capitalismo mundial fora entre 1950 e 1973 (1989, p. 99). A causa deste problema era justamente a ausência de emergências mundiais que justificassem grandes emissões de capital. Mesmo com o sentimento anticomunista sendo fomentado por conta da Guerra Fria que estava em voga, este não era o suficiente para se conseguir tantos recursos quanto desejava o presidente americano. Possuindo um Congresso conservador, principalmente se tratando de matérias fiscais, a liberação de créditos para nações parceiras, bem como potenciais parceiras, eram dificultadas. O lastro para pagar o empréstimo era levado em conta pelo Congresso americano, o que fazia com que a União Soviética conseguisse, com menos burocracia angariar aliados no cenário internacional. (MCCORMICK, 1989, p. 98)

Sendo assim, os americanos precisavam de uma emergência nacional para aprovar tais créditos e doações para angariar e reforçar alianças contra o domínio ideológico soviético, e neste ponto, que entra a importância da Guerra da Coreia (1950-1953), já que os Estados Unidos estavam na iminência de perder a península sul-coreana como zona de influência para União Soviética.

O rearmamento maciço, durante e depois da Guerra da Coreia, resolveu de uma vez por todas os problemas de liquidez da economia mundial do pós-guerra. A ajuda militar a governos estrangeiros e os gastos militares diretos dos Estados Unidos no exterior – ambos os quais aumentaram constantemente entre 1950 e 1958, e novamente entre 1964 e 1973 – forneceram à economia mundial toda a liquidez de que ela precisava para se expandir. E, com o governo norte-americano agindo como um banco central mundial extremamente permissivo, o comércio e a produção mundiais se expandiram, de fato, numa velocidade sem precedentes. (ARRIGHI, 1996, p. 307)

De fato, com o Estados Unidos da América auxiliando mediante doações e, pouco depois, com créditos facilitados, a economia de diversos países reagiu bem a estes estímulos, bem como os americanos, que obtinham cada vez mais produtos exportados e contratos econômicos vantajosos. A Coreia do Sul, claro, fora beneficiada com diversas doações e créditos facilitados, tendo investido em

variados segmentos em busca da prosperidade, e um dos que mais se destacou, fora o investimento em educação. Pós-Guerra da Coreia (1950-1953), os sul-coreanos detinham mesmo em suas maiores cidades, pouca urbanização comparados com os maiores países do mundo. O fato da Coreia do Sul receber inicialmente ajuda financeira dos americanos após uma guerra não significava que o retorno seria rápido, justamente pelo país estar destruído e em situação de pós-guerra. Os Estados Unidos da América não doaram recursos à Coreia do Sul inicialmente visando lucro imediato, até porque economicamente seria inviável, mas sim por conta da localização estratégica sul-coreana, próximo de seus principais adversários ideológicos e comerciais, China e URSS, bem como alocar e justificar tropas americanas naquela localização geográfica. Fato posto que a Coreia do Sul iniciara uma guinada econômica tímida, urbanizando seus maiores centros metropolitanos, ampliando a diversidade de produtos produzidos no país e seus parceiros comerciais, voltando a se relacionar com o Japão, que também figurava na lista dos aliados americanos desde o final da Segunda Guerra Mundial (1940-1945), apesar de antigo desafeto por conta do domínio japonês que ocorreu oficialmente entre 1910 até 1945.

O modelo de urbanização americano, que paulatinamente se expandiu na Coreia do Sul, contribuiu muito para o êxodo rural. Havia mais oportunidades de empregos bem remuneradas nas cidades do que nos campos, mesmo para os que não possuíam estudos, visto que o processo de urbanização traz consigo uma demanda na construção civil para adaptar a cidade aos moldes internacionais, bem como, para comportar o número de pessoas que continuamente crescem. Diversas obras são demandadas por metrópoles em construção, como alargamento de ruas, construção de hospitais, praças, prédios e etc. E estas obras não geram apenas empregos a pessoas capacitadas, o que faz com que cidadãos continuamente migrem dos campos para as cidades em busca de uma remuneração melhor, além de qualidade de vida e oportunidade para ascender na carreira, estas dificilmente ofertadas em zonas rurais.

Bem verdade que a Coreia do Sul, como vimos no capítulo anterior, difundiu sua educação para as zonas rurais através de criações de escolas nos mais remotos municípios, além de facilitar o acesso à educação formal à

distância, economizando tempo de traslado do estudante, facilitando estudantes que trabalhavam à cursarem diversos níveis educacionais, porém, a falta de empregos qualificados nas zonas rurais da Coreia do Sul também foram um agravante para o êxodo rural. As políticas públicas sul-coreanas de acesso à educação não foram plenamente suficientes sozinhas para impedir o êxodo rural sul-coreano, mas certamente diminuíram o potencial do fluxo de pessoas, pois significaram uma melhoria na qualidade de vida do campo, além contribuírem para diminuir a demanda pelas escolas das áreas urbanas, o que difundiu a informação e diminuiu gradativamente a taxa de analfabetismo do país, até entre os mais velhos, que procuraram a educação formal mesmo fora da idade escolar. Com a transformação de cidades em grandes centros urbanos e retardando, ao menos um pouco, o êxodo rural através de políticas públicas principalmente educacionais, a Coreia do Sul conseguiu se estruturar para escoar a produção agrícola, o que significava que o potencial de investimento e retorno nas zonas rurais também cresceu e, pouco a pouco, foi-se gerando empregos e demandando mão de obra, até mesmo qualificada.

Quando se aumenta o mercado, tanto de cidades urbanas quanto de cidades campestres, o benefício não se localiza apenas nas mesmas. Também se estende à todas as cidades e vilas às quais estas cidades se relacionam economicamente, estimulando o trabalho e o progresso também em todas estas regiões, por diversos fatores, desde preços competitivos e melhores pagamentos aos agricultores por conta do transporte ser menos custoso visto a proximidade das cidades, bem como as pessoas destas áreas rurais teriam, pouco a pouco, acesso aos produtos manufaturados e a urbanização. (SMITH, 1996, p. 399)

O comércio e as manufaturas pouco a pouco foram desenvolvendo cidades polos mesmo nos interiores da Coreia do Sul, e estas, ao se desenvolverem, beneficiavam as regiões e vilas vizinhas, trazendo oportunidade de emprego e prosperidade aos poucos para os interiores. O desenvolvimento do comércio, bem como das manufaturas traz consigo ordem e boa administração das cidades, e estas qualificações provém segurança e liberdade para os cidadãos do campo, que geralmente ficavam a mercê de poucos patrões para subsistir, muitas vezes em estado de servidão, ou mesmo da própria sorte,

que era o caso de pequenos proprietários de terras, contando com a colheita de subsistência e em estado contínuo de conflito por terras dentre seus vizinhos. (SMITH, 1996, p. 399). Contudo, vale ressaltar que quando Adam Smith utiliza a palavra 'servidão' não é exatamente preciso quando visto pela ótica do contexto coreano, o que também não era seu objetivo. Na Coreia do Sul, o sistema de servidão/escravidão era denominado *Nobi*, e detinha diversas características peculiares como, por exemplo, o fato dos *Nobis* poderem ser públicos ou privados, podendo receber salários ou proventos, além de terem diferenciações entre os *Nobis* domésticos e externos. Ainda há um debate entre autores sobre o consenso desse sistema ter sido escravidão ou servidão. Este já havia entrado em declínio em meados de 1800, porém durou oficialmente nos registros governamentais até 1894 (CAMPBELL, 2005, p. 153-163). Nesta época final, o império japonês já interferia politicamente nos bastidores do que seria o último reinado coreano, fazendo com que o país ficasse em posição de subserviência completa ao Império Japonês pouco tempo depois. A Coreia possuía uma ótica de servidão e relações de patrão e empregado diferentes da visão ocidental de Smith, mas há possibilidades de flexão e adaptação do termo para o contexto histórico coreano.

Com a urbanização chegando ao campo, vieram consigo oportunidades diversas, ampliando as possibilidades dos moradores das áreas rurais, outrora dependendo das poucas e mal pagas fornecidas por poucos grandes agricultores que detinham a maior parte das terras. A mão de obra rural ganhou oportunidades de desenvoltura, pois, mesmo que tímidos ao começo, comércios, boutiques, pequenas lojas de roupas e acessórios, dentre outras, foram surgindo graças à demanda e crescimento da urbanização nas cidades dos interiores coreanos. Com o surgimento e fomentação do comércio mesmo em áreas rurais, a população do interior da Coreia do Sul começou a possuir empregos desatrelados da ótica da colheita e do cultivo, o que foi benéfico, visto que muitas das oportunidades que as cidades ofereciam também estavam ofertadas no campo, mesmo que em menor escala. Mesmo com os esforços do governo sul-coreano, o desenvolvimento das áreas urbanas estava bem mais acelerado do que o das áreas rurais, o que fez com que o êxodo rural gradativamente aumentasse através dos anos, principalmente entre os mais jovens, que

migravam para as cidades em busca de mais oportunidades e diversidades de carreiras. Entre o período de 1980 e 1982, a população de agricultores caiu cerca de 7,7% e no mesmo período tivemos cerca de 513 mil adolescentes que deixaram o campo e migraram para as cidades, o que indica que a faixa etária da população rural aumentou consideravelmente (HYDE, 1988, p. 27). O cenário tinha capacidade de ser mais danoso, porém a urbanização desenvolveu o campo e ofereceu oportunidades de trabalho além da colheita, o que fez com que diversos jovens optassem por ficar nas zonas rurais ao invés de migrar para as cidades. Todavia, a consequência de um número elevado de jovens deixando o interior e aumentando a faixa etária da população rural traz reflexos negativos em sua economia, já que a força de trabalho jovem estava escoando das zonas rurais e sobrando nas áreas urbanas, além do fato de que com os jovens fora da área rural, as taxas de natalidade nos interiores também diminuíram.

Em virtude do exposto, o governo sul-coreano visava cada vez mais desenvolver as áreas rurais para retardar e minimizar o êxodo rural o máximo possível, visando não somente a qualidade de vida nos campos, mas também nas cidades, mostrando preocupação com a densidade demográfica do país. Entre 1982 e 1986, tivemos o governo incentivando a criação de 900 fazendas modelo e 3600 vilas agrícolas modelo para incentivar os fazendeiros a cultivarem safras de produtos mais comerciais e rentáveis (HYDE, 1988, p. 27-28), o que auxiliaria e incrementaria na produtividade das fazendas, fazendo-as prosperar e incentivando o negócio e o investimento nas áreas rurais.

Além deste projeto, o governo sul-coreano despendeu esforços para intensificar a mecanização das áreas rurais para fazer frente à falta de mão de obra, principalmente jovem, que estava se fazendo presente. Por conta disto, em 1983, o Ministério da Agricultura e Pescaria forneceu 172.500 máquinas para as áreas rurais, dentre elas, 78 mil perfilhadores, 5 mil transplantadoras e 11 mil colheitadeiras. Além disto, em 1982, a manutenção de máquinas agrícolas foi introduzida, pela primeira vez, em uma competição nacional que cobria outras quarenta habilidades profissionais entre os jovens, e também os selecionava para concursos internacionais como o Concurso Internacional de Formação Profissional realizado na Áustria, em 1983 (HYDE, 1988, p. 28).

Temos então o governo proporcionando ao adolescente das áreas rurais oportunidades para se destacar nacionalmente e até internacionalmente em atividades relacionadas ao campo, diminuindo a necessidade de a mão de obra jovem escoar das zonas rurais para as cidades. Era de interesse inclusive dos governos provinciais da Coreia do Sul incentivar os jovens a se destacarem nestes concursos, visto que dava notoriedade às províncias vencedoras perante o governo sul-coreano, aumentando sua relevância nacionalmente, assim, atraindo mas recursos federais, bem como programas de capacitação, auxílios e etc. Com a economia sul-coreana voltada para a exportação, na década de 1980, diversos mercados se expandiram nas áreas rurais, como por exemplo o mercado dos enlatados. Era objetivo do governo fazer com que cada vez mais houvesse diversificação dos produtos exportados, pois depender apenas de um ou poucos produtos poderia acarretar em uma crise futura, em caso do preço destes mesmos despencarem. A diversificação dos produtos trouxe ao interior da Coreia do Sul um mercado que demandava de mão de obra nas áreas rurais, onde empregos foram surgindo, mesmo para os diplomados, pois o comércio expandindo necessitava de operadores de máquinas, gestores de negócios, agrônomos, dentre outros.

O aumento dos fundos agrícolas, bem como o aumento de crédito fornecido para as áreas rurais acabaram por intensificar programas educacionais específicos para a população do interior, aumentando o projeto de bem-estar social do governo (HYDE, 1988, p. 28). Sendo assim, temos a Coreia do Sul expandindo a capacidade de suas zonas rurais em prol do desenvolvimento e bem-estar social tanto da população campestre quanto da população urbana, visto que é importante para ambas o equilíbrio da densidade demográfica, bem como a relevância para a economia do país que ambas as áreas prosperem, e não apenas a urbana. O governo sul-coreano visou, principalmente na década de 1980 - mas também tivemos exemplos de preocupações acerca do tema já na década de 1970 -, o desenvolvimento e urbanização do campo para frear o êxodo rural e minimizar suas consequências.

2.3.3 Os benefícios da educação formal nos campos sul-coreanos (1970-1990)

Os esforços do governo sul-coreano em atrair mão de obra capacitada das cidades para os interiores também abarcavam o intuito de capacitar justamente a população rural. O mercado viu com bons olhos a capacidade de investimento e retorno nas zonas rurais sul-coreanas, visto que com a diversificação de produções, haviam diversos segmentos em voga com potencial de retribuição de lucro. Justamente por conta deste potencial financeiro, em 1970, o presidente Park Chung Hee iniciou um movimento conhecido como *Saemaul Undong* (Movimento Nova Comunidade), que, em suma, visava treinar lideranças comunitárias com o objetivo de trazer prosperidade as áreas rurais, estimulando também que os habitantes das mesmas se auxiliem em busca de um bem comum, como uma cooperativa. Este movimento era destinado à população rural que carecia de educação formal (HYDE, 1988, p. 35).

Graças ao Movimento Nova Comunidade, os campos, pouco a pouco, conseguiram equilibrar a qualidade da educação comparada à que era fornecida nas grandes metrópoles. Na década de 1980, porém, dez anos após o surgimento do movimento, que os frutos do investimento na educação rural ficaram mais notórios. Em 1982, o então presidente Chun Doo-hwan, fez um plano educacional para as crianças das escolas de áreas rurais facilitando a inclusão das mesmas nas faculdades através da isenção do teste obrigatório de qualificação que todo candidato deveria fazer para entrar no ensino superior. Além desta política pública de inclusão, também houve um incentivo financeiro governamental para as escolas rurais desenvolverem uma formação técnica que abarcasse às demandas regionais. (HYDE, 1988, p. 35)

O reflexo disto nos campos sul-coreanos foi extremamente positivo, pois os jovens camponeses estavam sendo capacitados para suprir demandas do mercado interno rural, sendo assim, diminuía-se a necessidade de procurar mão de obra capacitada nas grandes cidades para os problemas no campo. O fato da população local já ser habituada ao contexto rural também fora de extrema relevância para o desenvolvimento do campo, visto que por terem experiência

empírica, os jovens camponeses eram, muitas vezes, mais capacitados que os forasteiros para suprir tal demanda de mão de obra qualificada, além do fato de que, quem vem de fora para trabalhar no campo, com o passar dos anos, tem menos propensão à ficar e fazer residência, ao contrário de quem é local, pois já é estabelecido, tem círculo social e vínculo com o campo, o que auxiliou no retardamento e controle do êxodo rural no período entre as décadas de 1970 e 1990. A qualificação da mão de obra rural foi um processo paulatino onde seus reflexos foram observados através do tempo. Aliado a políticas públicas eficientes, o investimento em educação no campo diminuiu o êxodo rural nas cidades além de desenvolver o interior da Coreia do Sul e o progresso urbano chegando nas áreas rurais forneceu as estas localidades os benefícios que outrora estava longínquo, como a abertura e melhoria de estradas e acesso ao campo, bem como a melhoria e diversificação dos transportes públicos. Tem-se sempre o campo como um lugar distante por conta da dificuldade de se chegar até ele, pois despense-se horas saindo das cidades para tal, porém, com a ampliação das estradas no campo, temos facilitado o acesso ao mesmo.

A inclusão da urbanização no campo traz consigo diversos benefícios, dentre eles, proporciona a facilitação do escoamento da produção, onde fica menos custoso e despense de menos tempo para o produtor rural distribuir sua mercadoria, esta, que consegue chegar a mais lugares a preços mais competitivos, incentivando tanto o aumento da produção por parte do trabalhador rural quanto o investimento nas áreas interioranas, dado o retorno aparecendo ao mesmo. Com o aumento da produção rural, tem-se empregos gerados no campo que utilizam tanto de mão de obra simples quanto de qualificada. O mercado rural, que outrora seu conhecimento fora de pai para filho, em fazendas hereditárias, adapta-se com a urbanidade virando um norte para investimento de capital, demandando indivíduos técnicos formados em diversas áreas para potencializar a produção, o que incentiva o interesse de jovens, principalmente locais, a se formarem nas áreas demandadas nas localidades.

Apesar da troca de poder e do ambiente político, um fato que ajudou muito o desenvolvimento da Coreia do Sul foi a continuidade de projetos. Os presidentes sul-coreanos, via de regra, davam segmento aos planos traçados de

seus antecessores independente de ideologias políticas contrastantes, o que proporcionou a Coreia do Sul uma continuidade de desenvolvimento ao longo das décadas. Claro que temos mudanças e características individuais de cada governante, bem como, de cada estilo de governo, porém o sentimento de continuidade em projetos de antecessores que proviam resultados, bem como ampliações e melhorias aos mesmos, foram de extrema importância para o desenvolvimento sul-coreano. O Movimento Nova Comunidade, bem como seus propósitos, estava progredindo entre a população rural. Iniciado pelo presidente Park Chung Hee, o movimento teve continuidade com seus sucessores, com destaque a Chun Doo-hwan, que em seu mandato (1980-1988) ampliou a abrangência do programa governamental, transformando-o em um dos protagonistas do desenvolvimento da nação sul-coreana. Os líderes regionais formados pelo programa ao longo dos anos começaram a se organizar, graças a estrutura presente nos campos que fora incrementada ao longo dos anos, e realizar conferências em prol de buscar cooperação entre as regiões campestres. (HYDE, 1988, p.37). O Movimento Nova Comunidade visava entre seus objetivos incentivar a população rural a serem independentes e investidores, o que proporcionava ainda mais a ascensão de líderes comunitários nas áreas rurais. A troca de experiências dentre estas áreas também se sagrou um fator primordial para o desenvolvimento das mesmas, visto que por terem similaridades, conseguiam aprender e se desenvolver através das experiências de seus pares, tendo a cooperação entre regiões rurais, convenções entre líderes regionais e inserção de programas sociais como um fator benéfico para o progresso rural na Coreia do Sul.

O desenvolvimento sul-coreano nos campos era tamanho que outros países começaram a se interessar pelo método implantado na Coreia do Sul. Tendo isto em vista, o presidente Chun Doo-hwan, bem como seu Ministro do Interior, um de seus braços direitos no governo, Roh Tae-Woo, coordenaram esforços para que estudantes em diversas áreas como arquitetura, engenharia civil, elétrica e mecânica, dentre outras, fizessem cursos fora do país, o que além de dar diferentes perspectivas e soluções para os estudantes acerca dos problemas enfrentados no interior, também proporcionou parcerias internacionais, onde líderes e representantes dos países que receberam os

estudantes sul-coreanos vieram às áreas rurais da Coreia do Sul para constatar o êxito do programa, bem como para aplicar em seus próprios países espelhando-se no sucesso coreano (HYDE, 1988, 37). O programa Movimento Nova Comunidade assume um protagonismo notável na política sul-coreana em termos de desenvolvimento do país. Graças ao Movimento Nova Comunidade

As pessoas agora têm o suficiente para comer, os trapos do passado foram descartados por roupas de trabalho mais resistentes, mais bois puxam os arados e, em alguns casos, os tratores substituem os bois. Em vez de uma única safra, os agricultores agora estão diversificando para a cevada de inverno, cultivando suínos, aves, gado leiteiro, arroz e safras comerciais. Antenas de televisão aparecem nos telhados. (HYDE, 1988, p.38)

Com esse desenvolvimento, a qualidade de vida no campo começa a atrair diversos segmentos da sociedade urbana, como professores universitários, engenheiros, arquitetos, funcionários do governo, jornalistas e dentre outros profissionais das mais variadas áreas de formação para seus interiores. No ano de 1984, houve o estabelecimento do Mercado Noturno *Saemaul*, um evento anual endereçado à venda de diversos produtos e exibindo comidas típicas e artesanatos advindos de várias províncias e regiões do país. A importância deste movimento era justamente inteirar e integrar a sociedade urbana das grandes metrópoles com a sociedade rural. O presidente Chun Doo-hwan e a primeira dama participaram do primeiro evento dando visibilidade e também demonstrando a importância do mesmo para a Coreia do Sul. O Mercado Noturno *Saemaul* também tinha como objetivo, além dos supracitados, arrecadar fundos para financiar bolsas de estudos para as crianças do Movimento Nova Comunidade, dando continuidade ao ciclo estudantil dos jovens do interior.

As políticas sul-coreanas de progresso dos interiores continuaram cada vez mais sendo apreciadas por países em desenvolvimento e o programa de governo Movimento Nova Comunidade sendo reconhecido como pilar do crescimento e encarado como uma lição para muitos outros países de como aumentar o padrão de vida das pessoas interioranas (HYDE, 1988, p. 38). Com

a Coreia do Sul ganhando notoriedade no cenário internacional na década de 1980, graças a seus programas sociais principalmente educacionais, temos uma mudança do paradigma coreano em direção, paulatinamente, de país em desenvolvimento para país desenvolvido. Os olhos do mercado internacional, que já observavam e pouco a pouco investiram na Coreia do Sul e em seu crescimento, já afirmavam o retorno do capital aplicado, pois a prosperidade da economia sul-coreana ao longo das décadas dava respaldo para tal. A comunidade internacional reconhecia a eficiência das políticas sul-coreanas para desenvolver o país, e principalmente os países subdesenvolvidos, começaram a tentar aprender e aplicar o exemplo sul-coreano em seus próprios territórios.

A importância do Movimento Nova Comunidade, bem como suas políticas públicas eram reconhecidas até mesmo nas áreas acadêmicas na Coreia do Sul. As universidades possuíam departamentos para analisar a efetividade, as consequências, a evolução e contribuição do Movimento Nova Comunidade (HYDE, 1988, p. 39-40), gerando familiaridade com as áreas rurais entre os universitários. Ser um tema de pesquisa dentre os acadêmicos sul-coreanos, facilitou a criação de inovações e técnicas de agricultura, bem como a modernização dos campos e atração de mão de obra qualificada, pois tanto os universitários advindos de zonas rurais se interessavam pelo tema e encontravam mercado de atuação profissional para labutar, quanto os universitários oriundos de metrópoles urbanas. Urbanizando e capacitando as zonas rurais, e até atraindo mão de obra oriunda das metrópoles para os campos, a Coreia do Sul conseguiu frear o êxodo rural – mesmo não tendo o revertido, mas sim diminuído o que potencialmente poderia ter sido -, propiciando com que os campos atraíssem investimentos de diversos segmentos mercadológicos, ampliando a gama de possibilidades das zonas rurais, assim, perfazendo com que as mesmas obtivessem uma maior participação no desempenho econômico sul-coreano.

Sendo assim, as zonas rurais mais urbanizadas tiveram um papel de extrema relevância no resultado sul-coreano e a capacitação da mão de obra, bem como o acesso à informação e educação da população rural foram decisivos para frear o êxodo rural, mudar o paradigma do interior do país e proporcionar

oportunidades de trabalho e investimentos que outrora só existiam nas grandes cidades, visto que a urbanização dos campos proporcionou a vinda de educação de qualidade aos mesmos.

3 CAPÍTULO IV: A DÉCADA DE 1980 E O RETROSPECTO DO INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO.

3.1 A Coreia do Sul no início dos anos 1980.

A década de 1980 na Coreia do Sul já se inicia conturbada, pois tivemos a Segunda Crise do Petróleo ocorrida em 1979, onde o Irã, após a Revolução Iraniana do mesmo ano, não conseguiu entregar a mesma efetividade na produção de petróleo. E logo no ano seguinte, em 1980, houve a Guerra Irã-Iraque (1980-1988), que também comprometeu o fornecimento de petróleo para o mundo (KARSH, 2002, p. 14).

Além do Segundo Choque do Petróleo, que colocou o mercado internacional em cheque, gerando especulações e aumentando a inflação, a Coreia do Sul também enfrentou um problema interno que trasbordou suas fronteiras, sinalizando insegurança para os investimentos diretos estrangeiros no país, que foi o assassinato de seu presidente Park Chung Hee, pelo diretor da KCIA, agência de inteligência sul-coreana, em 1979. Com esse cenário, a Coreia do Sul chega ao ano de 1980 com alarmantes 44 por cento de inflação, o que comprometia as exportações dos produtos sul-coreanos, visto o aumento de custo da produção impactando no preço final dos produtos, além da incerteza do mercado internacional de como seria o governo pós Park Chung Hee (SETH, 2011, p. 394).

Com a morte de Park Chung Hee, seu sucessor, Choi Kyu-hah, ficou apenas aproximadamente um ano no cargo, sendo alvo de um golpe militar no início dos anos 1980, orquestrado pelo General Chun Doo-hwan, onde foi trocada a cúpula de seu posto e, como consequência disto, o fez ficar praticamente neutralizado em seu Governo. Sob pressão, Choi Kyu-hah

renunciou, assumindo através de eleição indireta o próprio General Chun Doo-hwan, que permaneceu desde 1981 até o ano de 1988.

A ideia de Coreia do Sul que se construía desde o pós-Guerra da Coreia (1950-1953) era a de se aproximar cada vez mais do modelo econômico americano. Com severas diferenças, até por conta das diferenças sociais e culturais, o modelo americano não fora aplicado na íntegra como uma cópia na Coreia do Sul, e foi justamente suas adaptações ao cenário sul-coreano que fizeram com que um novo modelo de governo surgisse e prosperasse.

Por mais que a inspiração americana de liberdade pairasse na Coreia do Sul, tiveram vários pontos que destoavam do modo americano de governo, e o principal deles era a democracia. O caminho para a democracia na Coreia do Sul, tão almejado pelos estudantes universitários, não foi rápido, tendo diversas reviravoltas, golpes de estado, revoltas e manifestações que resultaram em óbitos de civis.

O recém presidente, o General Chun Doo-hwan iniciou seu governo em 1981 utilizando do mesmo *modus operandi* que Park Chung Hee fez uso, justamente reprimindo movimentos pró-democracia, majoritariamente compostos por estudantes e operários, além de incentivar a exportação e investir diretamente em países estrangeiros, principalmente os do Oriente Médio (YOON, 2010, p. 184).

A política de incentivo a diversificação de importação de Chun Doo-hwan fez com que a demanda interna fosse sanada, visto que mais empresas foram incentivadas a serem criadas para cobrir a demanda do mercado externo em diversos produtos, gerando ainda mais empregos e aumentando o salário médio do trabalhador, principalmente nas cidades. As revoltas de operários contra a forma de conduzir o governo, que já se fazia presente na época de Park Chung Hee e agora continuavam pressionando o atual presidente Chun Doo-hwan, era justamente por conta de o salário médio ter aumentado, mas não uniformemente. Por conta da mão de obra abundante, os serviços que requeriam mais capacitação e experiência abarcavam os melhores salários, principalmente nas

indústrias pesadas, enquanto os empregos de manufatura leve, em sua maioria, pagavam salários um pouco acima do necessário para a subsistência (AMSDEN, 1989, p. 199).

Apesar de possuir características mais autoritárias, a valorização da educação continuou como um plano de governo para Chun Doo-hwan. Como dito no capítulo 2.2 deste trabalho, o salário dos professores das escolas primárias na Coreia do Sul em 1983, se equiparava à remuneração da patente de capitão nas forças armadas, e o salário base professores universitários ultrapassavam os vencimentos de major (AMSDEN, 1989, p. 219), o que denotava claramente que o governo sul-coreano reconhecia a importância e detinha respeito pela profissão de professor.

Este respeito não vinha de forma artificial imposta pelo governo, pelo contrário, estava intrínseco na população coreana. Existem ditados populares coreanos que exemplificam o respeito da sociedade coreana acerca de seus lecionadores, como por exemplo, “não se deve pisar nem mesmo na sombra de um professor” (DE MENTE, 2017, p. 311). Isto nos elucida que o respeito para com o mestre não se dava apenas entre seus alunos, mas de toda a sociedade, não importando o salário ou posição política ou social ocupada.

Por conseguinte, com a desigualdade social, bem como a disparidade de salários se ampliando na Coreia do Sul, as vagas nas universidades estavam cada vez mais competitivas, com provas de admissão progressivamente mais especializadas, fazendo com que alunos de famílias mais abastadas de capital tivessem vantagem em adquirir as requeridas vagas no ensino superior. Para compensar este problema, o presidente Chun proibiu os alunos de ensino médio de obterem aulas particulares (YOON, 2010, p. 185), pois entendia como um privilégio que promovia a desigualdade perante a população.

A eficácia desta medida é questionável, visto que na Coreia do Sul além de instituições preparatórias particulares, coexiste com viés de normalidade a cultura de tutores que atendem à domicílio, educando os jovens desde aulas de etiqueta até reforços escolares, o que dificulta a aplicabilidade da norma.

Porém, as intervenções diretas de Chun Doo-hwan acerca do tema educação não cessaram nesta medida. Sob o slogan “Inovação Educacional, Criação Cultural” e também graças às pressões internas advindas da população, o então presidente estabeleceu uma meta para abrir a sociedade para a democracia direta após suas reformas constitucionais, que, segundo ele, visavam uma sociedade “justa e voltada para o bem-estar” (YOON, 2010, p. 185).

Uma das emendas constitucionais acerca da educação mais marcantes que Chun Doo-hwan estabeleceu foi a promulgação da Lei da Educação Social, que provia o direito a cada cidadão coreano, independente de idade, a chance de receber educação por toda a vida, não apenas em idade escolar e tampouco somente para complementar a educação básica, mas também com o objetivo de melhorar e promover a educação cívica (YOON, 2010, p. 185).

A população coreana já demonstrou em outras ocasiões de sua história uma motivação educacional além idade escolar, como por exemplo no pós-Guerra da Coreia (1950-1953), onde os estudos de milhões de coreanos foram interrompidos, e, ao fim da guerra, quando a normalidade começou a imperar e as escolas reabriram, diversas pessoas fora de idade escolar procuraram o ensino formal para completar seus estudos (vide Tabela 1, página 43 deste trabalho).

A política de educação de Chun Doo-hwan, em conjunto com o momento de caminhada para a democratização da Coreia do Sul, fez com que na década de 1980 fosse ofertado no país uma variação das oportunidades da educação, bem como a democratização da pauta. Diversos modos mais conservadores foram dando espaço a maneiras mais liberais de se promoverem a educação, bem como direitos individuais foram, pouco a pouco, emergindo. A liberalização do famigerado ‘código de vestimenta e cabelo’ (YOON, 2010, p. 185), que regulamentava a apresentação dos alunos nas salas de aula, padronizando-os e sanando as diferenças é um bom exemplo do elucidado. Com a queda deste código, os estudantes tiveram mais liberdade para promoverem suas

personalidades e individualidades, justamente o oposto que pregava a educação militar.

A década de 1980 era a década de obter o retorno dos investimentos realizados pelos governos passados de Syngman Rhee e Park Chung Hee e o presidente Chun Doo-hwan sabia disto. Os índices sul-coreanos, tanto econômicos quanto sociais, estavam promissores e, em média, altos em comparação a qualquer país em desenvolvimento. Apesar da Segunda Crise do Petróleo, em comparação com o resto do mundo, a qualidade de vida coreana continuou estável e crescendo moderadamente. Por conta desta segurança, e dentre outros fatores, o Comitê Olímpico Internacional (COI), em 1981, escolheu Seul para sediar os Jogos Olímpicos de 1988. Chance perfeita para exibir o modelo coreano para o mundo, atraindo ainda mais investimentos.

A Coreia do Sul antes mesmo da realização dos Jogos Olímpicos, naturalmente, já iniciara a preparação para tal evento. Obras de infraestrutura foram feitas na cidade para acomodar as diversas delegações, chefes de Estado e turistas que viriam à Seul. Apesar da data dos jogos não serem no mandato de Chun Doo-hwan, os investimentos chegaram antes, na preparação para o evento, e a Coreia do Sul já estava no radar internacional se tornando uma grande potência em ascensão, não mais apenas um país em desenvolvimento. Os Jogos Olímpicos também foram uma pressão para a democratização do país, visto que seria vexatório organizar um evento de tal magnitude ocorrendo protesto de estudantes e operários nas ruas, ainda mais reprimidos com violência aos olhos do mundo inteiro.

A presença constante americana na Coreia do Sul, seja com tropas na fronteira com a Coreia do Norte ou em influências comportamentais, também foi importante para o modelo capitalista de mercado que se encontrava sendo cada vez mais implantado na Coreia do Sul. Com relações abertas, produtos de diversos países eram importados e utilizados pelos sul-coreanos em seus cotidianos, o que facilitou e acelerou sua globalização e internacionalização.

Do ponto de vista cultural, é de característica da maioria dos países asiáticos de serem mais reservados com a cultura ocidental, mantendo mais as tradições locais, e com a Coreia do Sul não era diferente. Os sul-coreanos possuem uma ligação forte com suas raízes culturais e com tradições ensinadas através da hereditariedade que ultrapassam gerações. Com o advento das guerras que sucederam, bem como dos trinta e cinco anos de domínio japonês (1910-1945), houve perdas culturais e costumes perdidos pela dificuldade de prática ou até mesmo, em alguns casos, da proibição da realização de determinado costume, principalmente em tempos de dominação japonesa.

Após a Segunda Guerra Mundial (1940-1945), e principalmente após a Guerra da Coreia (1950-1953), que demarcou o surgimento da Coreia do Sul, a presença americana, bem como as relações comerciais na região sul da península ficaram estreitas. Com estas, diversos costumes ocidentais começaram a se estabelecer na região, muitas vezes inalterados e muitas vezes fazendo um hibridismo entre hábitos.

Em uma cultura tão forte e presente como a coreana, mesmo que alguns costumes acabaram forçados a se submeterem a outros, como por exemplo a escrita coreana, que não podia ser exercida enquanto o país estava sob domínio japonês, é natural que costumes consigam atravessar gerações e tempos de crises, muito graças à transmissão de conhecimento através da hereditariedade. Muito dos costumes americanos adquiridos através da bipolaridade mundial existente no contexto mundial da Guerra Fria (1947-1991) não eram praticados exatamente como no ocidente, pois sofreram um hibridismo cultural para se adaptar aos costumes e culturas da população sul-coreana. Peter Burke diz que nos artefatos híbridos que surgem em uma sociedade é possível perceber características de inovação, além de uma total recusa à imitações e/ou replicações dos costumes pura e simplesmente (2003, p. 27-28).

Com novos costumes surgindo através do hibridismo da cultura coreana com a ocidental, que possuía forte influência americana por conta do contexto da Guerra Fria (1947-1991), a Coreia do Sul se inseria cada vez mais na ótica do modelo capitalista de desenvolvimento, conflitando e contrastando com sua

vizinha fronteira, a Coreia do Norte, que era influenciada diretamente pelo modelo socialista. Joseph S. Nye em seu livro *Soft Power: The Means of Success In World Politics* argumenta que um país que tem inserido em sua cultura valores universais, bem como suas políticas promovendo valores e comum compartilhados por outros países aumenta a probabilidade de se obter resultados de parcerias justamente por conta da atração de suas semelhanças (2004, p. 11).

E justamente esta era a visão pós-guerra da Coreia do Sul, estreitar os laços com os Estados Unidos da América, que era seu maior fornecedor de auxílio financeiro no pós-guerra, depois se tornou seu maior credor de empréstimos, logo, também grande parceiro comercial.

Na década de 1980, a parceria entre Estados Unidos e Coreia do Sul vigorava mesmo através das crises que o capitalismo sofreu, como por exemplo as Crises do Petróleo (1973-1974 e 1979-1980). Com o modelo sul-coreano se destacando e atravessando as crises da década de 1970 com menos perdas comparado a seus parceiros, a Coreia do Sul inicia a década de 1980 com o objetivo de mostrar para o mundo sua força, se desvencilhando ainda mais da sombra do modelo americano, exibindo os resultados obtidos em seu país, e não há evento mais adequado e oportuno para tal do que as Olimpíadas de Seul de 1988.

3.2 A história do modelo de educação hakwon e sua proibição nos anos 1980

A educação na Coreia do Sul sempre foi um tema em voga, seja para evidenciá-la ou suprimi-la. É bem verdade que enquanto o domínio japonês governava a península coreana como um todo (1910-1945), visto que a Coreia ainda era unificada à época, as restrições impostas pelos nipônicos aos coreanos no quesito educação eram notórias. Como dito no segundo capítulo desta tese, os japoneses utilizavam do controle estatal para aumentar a presença na península coreana, e um de seus meios para conseguir manter a

população subserviente e evitar revoltas, motins e organizações de protestos, era controlar a educação, bem como os meios de comunicações da época.

O controle educacional por parte dos japoneses na península coreana era extremamente estratégico para manter o domínio nipônico na península longo tempo, por conseguinte, exerceram um alto controle no que era ensinado aos coreanos e se iria contra a política e os interesses japoneses. Como sabemos, os japoneses controlavam até a língua que era dita na península, forçando, dentre outras coisas, os coreanos a se comunicarem em japonês, pois o objetivo era justamente anexar a Coreia como território nato do Japão futuramente, legitimando ainda mais o domínio japonês na região. Também por conta da localização estratégica da península coreana e de fazer parte do continente, sendo uma vantagem estratégica e o início de uma futura expansão de seus domínios para além-mar, tendo como bônus a não limitação territorial das ilhas.

A cultura coreana, bem como diversas outras culturas asiáticas, têm como característica que em muitos locais, principalmente nos interiores, a existência de mentores que ensinavam diversas coisas na particularidade para seus alunos, também por conta da falta do acesso à educação. Estes mentores, muitas vezes, não eram ligados aos serviços formais de ensino, sendo procurados por pais abastados para a educação infanto-juvenil, mas também possuindo mentores mais acessíveis aos com situações financeiras inferiores, podendo ser da família ou mesmo um terceiro, que ainda não tinha notoriedade como mentor. O conceito de educação por tutoria privada na Coreia fora definido pelo Dr. Young Chun Kim como “Educação nas Sombras” (KIM, 2016, p. 7).

O termo “Educação Nas Sombras” fora utilizado justamente por conta de não se ter os dados precisos de quantos coreanos foram contemplados pela educação de professores particulares ao longo da história. O nome para o ato de ensino particular é denominado na Coreia como “*hakwon*”. A imprecisão dos dados se dá, pois, diversas vezes na história coreana o ensino particular foi controlado pelo Estado, regulado e até mesmo proibido. No domínio japonês (1910-1945), por exemplo, não era interessante para os governantes do Japão não deterem o controle da educação e estarem cientes do que era passado à

população coreana dentro de suas casas, então o ensino *hakwon* foi proibido. Apesar de ser quase impossível se fiscalizar com efetividade um ensino de professor particular, a Coreia sob domínio japonês mostrou que os nipônicos tiveram algum sucesso ao controlar a população no quesito educacional e reprimir o *hakwon*, visto que ao final da segunda guerra, estima-se que três quartos da população da península coreana era analfabeta. (KUZNETS, 1977, p. 47)

Com a Coreia liberta do domínio japonês, o modelo de educação coreano começou uma reformulação, também graças às influências ocidentais principalmente americanas, visto que foram um dos vitoriosos da Segunda Guerra Mundial (1940-1945) e responsável direto pela derrocada do Japão. Os aliados decidiram em reunião que a libertação da península coreana iria ser guiada por um breve período de governança americano-soviético na região, onde tropas de ambos os países se fizeram presentes na península por aproximadamente cinco anos. Os russos retiraram suas tropas da península coreana em 1948 e os americanos do sul da península em 1949. Aproveitando que a parte sul da península estava desguarnecida, a parte norte do país tentou conquista-la e domá-la, para unificar o governo com uma só direção, que seria regida pela ideologia soviética presente no lado norte desde o pós-Segunda Guerra Mundial, graças à presença russa.

Na década de 1950, com ênfase no pós-Guerra da Coreia (1950-1953), a Coreia do Sul, agora já separada de sua parte norte, iniciou a adoção do modelo americano de política, pouco a pouco implementando o modelo capitalista para vigorar em seu país. Esta aplicação de modelo, dentre outras coisas, também sugeria a absorção do modelo educacional norte americano, com ênfase em testes para admissões em universidades, e diversos cursos preparatórios para ambientar os alunos cada vez mais cedo para um direcionamento de carreira. Os sul-coreanos, pouco a pouco, viram nos estudos uma forma de melhorar de vida, tratando a educação como um investimento. Cada vez que o país progredia mais em direção à sua urbanização, saindo de seu estado agrário, mais era necessária mão de obra qualificada para dar segmento às mudanças propostas pelo mercado e pelo governo através de planos econômicos e investimentos

diversos em infraestrutura e urbanização dos interiores, por exemplo. Diversas oportunidades emergiram para a população rural, bem como a facilitação de sua educação, haja vista que além dos programas governamentais de auxílio e incentivo de estudos, também estavam, paulatinamente, emergindo cidades urbanizadas e estruturadas onde outrora havia uma pequena vila rural. Polos foram surgindo, desenvolvendo e urbanizando a região rural em diversos pontos do país.

Por conseguinte, temos uma década de 1950 com o retorno da utilização de *hakwons*, pois o presidente a época, Syngman Rhee, além dos desafios econômicos de levantar um verdadeiro Estado Falido, situação que se encontrava a Coreia do Sul pós-Guerra da Coreia (1950-1953), também possuía o desafio da escassez de comida, bem como do analfabetismo, herança maldita do Domínio Japonês até o ano de 1945. Portanto, as aulas privadas e monitorias se espalharam rapidamente pela Coreia do Sul, também por decorrência do Ensino Superior apresentar-se cada vez mais concorrido, o que levantava questionamentos sociais. Os alunos educados apenas nas escolas públicas estavam em desvantagem em comparação aos alunos que possuíam reforços particulares. Por conta disto, os *hakwons* voltaram à mira do governo para terem seu uso desestimulado. (KIM, 2016, p. 15)

Apesar do esforço do governo coreano para desestimular os *hakwons*, visando a igualdade de concorrência entre um aluno de escola pública e um que tivesse condições de pagar aulas extraclasse privadas, o número de professores e de alunos que utilizavam de aulas e monitorias particulares aumentou gradativamente, chegando a números incríveis na década de 90. Para termos noção, alunos que utilizavam de *hakwons* para entrar nas universidades em apenas um ano saiu de 6,23% do total dos aprovados em 1979 para 14,9% em 1980. E o crescimento da utilização da técnica continuou, visto que em 1997, temos 59,4% dos aprovados haviam utilizado de *hakwons*. (KIM, 2016, p. 15)

Os números são de uma precisão bem conservadora, visto que em diversos momentos a atuação dos *hakwons* foi dificultada pelo governo. Apesar disso, no pós-Guerra da Coreia (1950-1953), com a independência da Coreia do

Sul, diversos centros de aprendizado e *hakwons* emergiram, como classes de leituras e até laboratórios de pesquisas. Das mais variadas atuações, existiam *hakwons* sobre temas ocidentais, como o ensino da língua inglesa, empregando vários professores fluentes no idioma (KIM, 2016, p. 18). Com o final da guerra, e a assinatura do Armistício de Panmunjon, que determinou o cessar fogo entre a hoje conhecida como Coreia do Norte e a Coreia do Sul, diversas instituições *hakwons* retornaram para Seul, pois se abrigaram no interior por conta do conflito. Não só o retorno a capital ocorreu como o surgimento e incentivo de *hakwons* a respeito da cultura ocidental se tornaram mais comuns na Coreia do Sul, até por conta do resultado da guerra, que estreitou a relação do recém-criado território independente sul-coreano com os americanos. O *Jeil hakwon* para o ensino médio, *Jongro hakwon* para inglês e matemática e o Coreia-França *hakwon* de cultura são apenas alguns dos exemplos de *hakwons* com temáticas ocidentais que emergiram na época para reforçar e ensinar os alunos.

Vendo que não conseguiria evitar a aprendizagem privada e tendo cada vez mais a competição para a admissão nas escolas públicas, o governo sul-coreano na década de 1960, sob um regime militar à época, promulgou a Lei do Centro Privado de Aprendizagem, que legitimava a atuação dos *hakwons*. De fato, o governo sul-coreano possuía com esta legalização mais interesse em reforçar o controle a supervisão dos mesmos do que de fato, promover as instituições de *hakwon* (KIM, 2016, p. 19).

Porém, mesmo com a regulação do governo, a educação privada continuava a estimular a competição nas provas de admissões ao redor do país, trazendo resultados em aprovações para quem investisse em colocar seus filhos em *hakwons*. Por conta disto, o Ministro da Cultura e Educação, Kwon Oh-Byung, no ano de 1968, decretou o fim do exame de admissão para o ensino fundamental, com o intuito de padronizar as escolas e acabar com a preferência dos alunos pelas escolas melhores (KIM, 2016, p. 19). O que, de fato também enfraqueceu os *hakwons*, visto que um sistema onde os alunos não possuíam o direito de escolher onde estudar, mas sim de ser matriculados em uma escola que o governo o designasse, também ajudou a diminuir o êxodo rural para Seul,

destino cobiçado pela maioria dos alunos, pois era onde abrigavam as melhores escolas do país.

Contudo, com o fato da abolição de exames para o ensino fundamental, a concorrência para o exame do ensino médio se tornou extremamente competitiva, também por conta da demanda de estudantes que aumentou consideravelmente graças à medida. Em 1970, a maioria dos estudantes de *hakwons* eram alunos de ensino fundamental que almejavam entrar em uma boa escola do ensino médio, ocasionando novamente migrações em massa de estudantes para a capital Seul.

Cerca de 15 mil pessoas por ano se mudavam para Seul de outras províncias para frequentar as escolas ditas como boas e 90% dos alunos de ensino fundamental recebiam aulas particulares por quatro horas ao dia (KIM, 2016, p. 20)

Temos então o plano de padronização do ensino através do Estado do governo sul-coreano com sinais de fracasso. A iniciativa privada, bem como a demanda dos alunos por educação e vaga nas melhores escolas continuava crescendo apesar dos esforços governamentais para diminuí-la. Quem cursasse aulas particulares estava em clara vantagem contra a escola padronizada pelo governo nos testes de admissão, tornando assim a desigualdade de oportunidades educacionais sempre um problema latente na sociedade coreana. O governo tentou intervir em diversas frentes durante os anos seguintes, como por exemplo retirando a obrigatoriedade de estudantes de zonas rurais a fazerem alguns testes de admissão, colocando alunos de áreas rurais em escolas e universidades melhores que as presentes nos campos.

Com a demanda aumentada, as instituições de *hakwons* existentes não conseguiam comportar a demanda por uma concorrida vaga nas escolas, então os professores particulares entraram em ascensão. O governo sul-coreano, em outra frente, também expandiu o processo de construção de instituições de ensino por todo o país, logo a profissão de magistrado encontrava muita oportunidade de crescimento na década de 1960 e meados de 1970. Por conta

deste aumento e da procura exacerbada aos professores privados por parte dos estudantes, o governo sul-coreano em 1974 anunciou um plano de governo para “normalização da educação” (KIM, 2016, p. 21), o que o Estado sul-coreano considerava uma correção histórica para tentar igualar a concorrência pela tão almejada vaga nas boas escolas, além de uma tentativa de controlar e padronizar o ensino dos alunos, algo que é característico de governos autoritários e intervencionistas, características que explicam bem o regime sul-coreano à época. O número de *hakwons* foi limitado para um número que o governo conseguisse controlar, mas as aulas particulares não cessaram, mas sim, foram para a ilegalidade, onde experienciaram sucesso, pois é difícil fiscalizar se cada aluno obtivera classes particulares ilegais dentro de sua residência, bem como buscar materialidade do fato em caso de denúncia.

Com a tentativa de normatização do ensino e a retirada do direito de escolha dos alunos por optarem por uma escola, distribuindo-os aleatoriamente entre as instituições de ensino em caso de aprovação, a qualidade do ensino sul-coreano piorou. As instituições de ensino também foram limitadas ao escolher os alunos que as interessam pelas suas aptidões e de distribuir bolsas para fins que interessassem mais, prática mais comum nas universidades. Outro reflexo da padronização do ensino foi dificultar a instrução dos alunos mais notáveis, visto que todas as instituições de ensino não obtinham a autonomia necessária, muito menos a liberdade para distingui-los dos demais alunos, bem como lecioná-los de maneira diferenciada, o que diferia do ensino privado e da tutoria particular que, mesmo ilegal, proporcionava um ensino mais direcionado às necessidades e objetivos dos alunos. (LEE et al., 2010, p. 157-163)

Devido à esta situação de proibição, a busca por ensino privado estava em voga na Coreia do Sul em meados de 1980 e o governo cada vez mais tentando abolir a prática. Também tivemos diversas revoltas estudantis no país, incitações de greves e até incidentes dolorosos como o massacre de Gwangju (1980). A comunidade acadêmica detinha forte influência dos costumes americanos e as revoltas estudantis majoritariamente levantava a bandeira da democracia direta, o que demonstra que todos os esforços de padronização do ensino e supervisão do currículo escolar não foram efetivos para conter alguns

avanços pela liberdade de escolha no país. A abolição das aulas particulares em 1980 não fez com que a demanda por elas diminuísse. De fato, o número de publicações de livros, artigos e trabalhos dos professores sul-coreanos aumentou consideravelmente, justamente para reforçar o ensino caseiro e auxiliar os alunos a conseguirem materiais diferenciados que as instituições padronizadas forneciam. Também por conta disto, houve um aumento drástico no interesse em línguas estrangeiras por parte dos sul-coreanos, principalmente o inglês (KIM, 2016, p. 24). Este interesse estava diretamente ligado à facilitação ao acesso da compreensão de livros e artigos publicados fora da Coreia do Sul, não traduzidos, que continham conteúdos mais expansivos sobre diversos assuntos e não regulados à mão de ferro pelo governo.

Porém, a pressão interna por amplificação das liberdades individuais estava aumentando, e o Governo de Chun Doo Hwan (1980-1988), por mais que tenha tentando, não conseguiu manter a linha extremamente autoritária por muito tempo. Pressões externas da comunidade internacional, que não via com bons olhos o regime autoritário sul-coreano, bem como a supressão de protestos, também auxiliaram neste processo de abertura para a democracia. Outro fator importante foi a realização dos Jogos Olímpicos de Seul, em 1988, que reuniu delegações de diversos países na Coreia do Sul, que estava ameaçada de não acontecer se os conflitos internos no país continuassem, pois o Comitê Olímpico Internacional temia pela segurança dos atletas e turistas nos jogos devido aos protestos e repressões violentas que ocorreram no início dos anos 1980.

3.3 As Olimpíadas de Seul de 1988 e o Soft Power como política externa

3.3.1 O governo de Chun Doo-hwan (1980-1988), os protestos estudantis e o Soft Power

Uma das frentes da política externa americana, principalmente durante o período da Guerra Fria (1947-1991) era exercer e expandir o Soft Power para o mundo. A União Soviética também abusava deste método para angariar aliados, bem como, atrair países para os costumes russos e incentivá-los a fazer o

hibridismo cultural. A ótica bipolar da Guerra Fria forçava os países não protagonistas a escolherem lados nos modelos ideológicos propostos, capitalismo ou socialismo. Muitos teóricos descrevem a Guerra Fria como um conflito ideológico que tem esta terminologia de 'fria' em seu nome justamente por não eclodir um conflito armado direto entre os dois países protagonistas e rivais, Estados Unidos e União Soviética. É bem verdade que nos quarenta e quatro anos de Guerra Fria não houve um conflito direto entre as duas potências hegemônicas, porém, particularmente, sou adverso a ideia de que a Guerra Fria foi apenas uma guerra ideológica.

Dentre o período de duração do conflito diversas guerras eclodiram ao redor do mundo, tendo o apoio dos Estados Unidos de um lado e da União Soviética do lado oposto. Milhões de pessoas morreram em batalhas, se não ocasionadas, no mínimo, impulsionadas pela Guerra Fria. A lógica territorial muitas vezes fora modificada por decorrência do conflito. Países foram criados, como o caso da Coreia do Sul e da Coreia do Norte, que eram um território só e emergiram independentes pós-Guerra da Coreia (1950-1953).

Todavia, a Guerra Fria também não se limita apenas a estes conflitos regionais, visto que se estendia para as áreas ideológicas e culturais. O simples fato de gerações de uma sociedade institucionalizarem como normal utilizar produtos americanos como Coca-Cola, jeans ou fumar um cigarro da marca Hollywood, já expande a ideologia americana, fazendo com que cada vez mais o país em questão se aproxime do estilo de vida do país que o influencia. A União Soviética também utilizava do Soft Power para, de maneira branda, influenciar o estilo de vida de diversos países, através da ópera, das orquestras, do circo e da propaganda, por exemplo (NYE, 2004, p. 48).

A teoria do Soft Power define exercer o poder de influência não através das vias militares apenas, mas sim, elucida que existem outras formas de se afirmar soberano no cenário internacional. Joseph S. Nye define três pilares utilizados como recurso para exercer o Soft Power: A cultura, os valores políticos e a política externa (NYE, 2004, p. 11). Quando a cultura de um determinado país inclui valores universais, também promovendo interesses que outros

possam a vir compartilhar, aumenta a probabilidade de se criar relacionamentos francos de trocas não só nas áreas em comum, mas também em outras áreas, visto o bom relacionamento cultural entre os países.

O fato da Coreia do Sul estar alinhada com a política americana em um contexto de mundo bipolar, fez com que as relações entre os coreanos e os países capitalistas ficassem cada vez mais estreitas, justamente por compartilharem valores em diversos segmentos culturais. Para se ter uma ideia da força e capacidade do Soft Power, a Coreia do Sul, mesmo que relutante à ideia, com o tempo voltou a se relacionar com o Japão em prol do crescimento econômico, mesmo que ainda ressentida com o domínio japonês exercido na península coreana (1910-1945) e as atrocidades promovidas na região. O fato de no pós-Segunda Guerra (1940-1945) os japoneses, derrotados, se alinharem aos americanos, adotando o capitalismo como estilo de governo em detrimento do comunismo soviético, fez com que o Japão se tornasse um parceiro comercial atrativo com o tempo – mais precisamente entre final de 1950 e início de 1960 - por conta da proximidade geográfica e do estilo de governo capitalista, oposto ao comunista da Coreia do Norte, lado influenciado pela União Soviética e seus dogmas. Após a Guerra da Coreia (1950-1953), a península entrou no conflito ideológico que pairava sob a geopolítica global, tendo o capitalismo americano e o comunismo soviético como protagonistas antagônicos.

Os Estados Unidos, de fato, ofereciam de suas estruturas para acordos benéficos e vantajosos para ambos. Até mesmo em educação, por exemplo, os estudantes coreanos que ganhavam bolsa para estudar em terras americanas, tinham como missão implícita voltar para seu país natal e fazê-lo um lugar melhor, mas de acordo com o que aprendeu nos Estados Unidos, tanto dentro quanto fora das salas de aula. A convivência em solo americano tinha intenção de fazer os estudantes mudarem algumas de suas perspectivas e suas visões de mundo e, em muitos aspectos, adotando a visão americana, e isso não é nenhum segredo. Até os dias de hoje, temos os Estados Unidos adotando a mesma política externa. Os benefícios de fornecer educação para pessoas notáveis de diversos países do mundo são justamente colhidos à longo prazo, onde os conceitos americanos, pouco a pouco, se espalham ao redor do globo.

Contemporaneamente temos a frase do Secretário de Estado Collin Powell, que esteve em exercício nesta função de 2001 até 2005, onde ele salienta: “Eu não posso pensar em nenhum bem mais valioso do que a amizade de futuros líderes mundiais que foram educados aqui” (NYE, 2004, p. 44). Sendo assim, temos mesmo no século vinte e um a agenda política externa de Soft Power exercida pelos americanos também nos anos 1960 e 1970 ao redor do mundo.

Como vimos em capítulos anteriores, estudantes sul-coreanos estudaram fora do país, bem como dentro da Coreia do Sul através de supervisão direta de faculdades americanas. Os Estados Unidos utilizavam destes jovens de maneira indireta, pois ao voltarem para seu país, aplicavam o que lhes fora ensinado, na maneira americana, muitas vezes ascendendo líderes regionais ao redor do globo que estudaram em escolas estadunidenses, facilitando o diálogo entre as partes.

Com o passar dos anos, o desenvolvimento sul-coreano também foi capaz de produzir Soft Power para adquirir adeptos de suas práticas ao redor do globo. Produtos e marcas coreanas na década de 1980 começaram a eclodir no mercado, ganhando força e se fazendo presente cada vez mais no cotidiano de diversos países pelo mundo, como por exemplo os produtos das marcas Samsung, Hyundai e LG, todas sul-coreanas.

Com os produtos de empresas sul-coreanas já transpondo suas fronteiras, a Coreia do Sul estava, pouco a pouco, utilizando da mesma tática ideológica utilizada tanto pelos Estados Unidos quanto pela União Soviética, exportando não só seus produtos, mas a normalização de seu estilo de vida - hibridizado, vale ressaltar -, instituindo com que surgisse uma demanda por produtos sul-coreanos em mercados antes antagônicos.

A aceitação dos produtos coreanos no mercado, deve-se, em maioria, à sua qualidade e bom custo-benefício. Estas características foram conseguidas através dos anos, otimizando a mão de obra abundante e qualificando-a para competir com o mercado internacional, principalmente regional, que é

extremamente competitivo visto a proximidade geográfica com a China e o Japão que o país detém.

Porém, o golpe militar que colocou o presidente Chun Doo-hwan ao poder não auxiliou em sua legitimidade, logo, em seus primeiros anos de governo e gozando de impopularidade, o presidente Chun, em conjunto com sua equipe, conseguiram montar um projeto que agradou o Comitê Olímpico Internacional e obteve êxito perante as outras cidades concorrentes para sediar as olimpíadas, sagrando que as Olimpíadas de 1988 seriam realizadas na cidade de Seul. A Coreia do Sul estava colhendo os frutos do desenvolvimento educacional e econômico das décadas de 1960 e 1970, então a política externa da década de 1980 era continuar os projetos passados, exibir o resultado dos investimentos em educação e mostrar a Coreia do Sul para o mundo, afim de ganhar aliados e parceiros comerciais, pois era interessante para Chun Doo-hwan “tentar dar um verniz de liberalismo em seu governo” (SETH, 2011, p. 415).

O estilo de governo de Chun Doo-hwan era autoritário, principalmente porque seu mandato presidencial veio através de um golpe militar e a população insatisfeita pegou em armas e fez uma revolta na cidade de Gwangju contra o golpe militar de Chun e a favor da democracia. Esta revolta se tornou um massacre por parte do exército, onde os números dos mortos ainda estão incertos, podendo variar entre centenas e até duas mil pessoas (CHANG, 2015, p. 258). Esta revolta do dia 18 de maio de 1980 durou até o dia 27 do mesmo mês. Chun Doo-hwan sofria de impopularidade por conta da vontade popular crescente de ter uma democracia após anos de autoritarismo do governo Park Chung Hee, e Chun Doo-hwan se mostrou um déspota ainda mais rígido que seu antecessor, reprimindo severamente de diversas formas liberdades individuais. Para dificultar protestos e levantes democráticos, instaurou a lei marcial que, dentre outras regulações, proibia aglomerações nas ruas, uma tentativa desesperada de conter protestos, que falhou.

Este clamor popular pela democracia também vinha como consequência da exportação do Soft Power americano. Apesar dos Estados Unidos apoiar o regime de Chun Doo-hwan, considerando-o aliado de primeira ordem, o clamor

democrático vinha através da educação, que demandavam maior participação na política, tanto é que no massacre de Gwangju (1980) as vítimas eram majoritariamente estudantes.

Em meio a este caos interno, Chun Doo-hwan resolveu investir pesado em infraestrutura e conseguiu fazer com que Seul fosse escolhida como a sede das olimpíadas de 1988. Para adaptar a cidade às olimpíadas, eram feitas necessárias obras que elevariam o patamar da capital da Coreia do Sul para uma megalópole, que estruturalmente pouco diferiria das maiores e mais importantes cidades do planeta.

Para conseguir abarcar todas as culturas para as olimpíadas dentro da Coreia do Sul, o presidente Chun Doo-hwan teve que ser mais flexível e adotar normas menos autoritárias nos oito anos que precedem a realização dos Jogos Olímpicos de 1988. Pouco a pouco leis e normas autoritárias foram se adaptando aos moldes estrangeiros e liberais. Em 1982, por exemplo, encerrou-se a obrigação das crianças manterem os cabelos curtos e vestirem uniformes de padrões militares nas escolas. As pessoas nas ruas não precisavam ficar em estado de atenção quando o hino nacional tocava às 17 hrs, dentre outros relaxamentos de normas que o regime de Chun Doo-hwan fora adquirindo com o tempo, apesar de ser considerado um governo autoritário até o seu fim, que se deu em fevereiro de 1988 (SETH, 2011, p. 415).

Em 1984, Chun Doo-hwan também atendendo a pressão dos estudantes, liberou a polícia dos campus universitários, onde faziam vigias e coletavam informações para deter os movimentos estudantis de se organizarem, além de libertar mais de mil estudantes presos politicamente, restaurando seus direitos políticos e reinserindo-os na sociedade. Apesar do relaxamento do autoritarismo em alguns setores, o governo de Chun Doo-hwan ainda regulava a imprensa, prendia dissidentes e organizadores de movimentos populares, além de manter o judiciário subserviente de suas vontades (SETH, 2011, p. 415 e 416). No final de seu mandato e com a aproximação do início dos jogos olímpicos, que também pressionava o governo, visto que a comunidade internacional estava acompanhando a Coreia do Sul, Chun Doo-hwan iniciou a transição para a

democracia, pois mesmo com os esforços do presidente em conter e cedendo às diversas pressões e demandas populares para tentar acalmar os ânimos ao longo dos anos não foram suficientes. Ainda agravado com a decadência do comunismo soviético no final da década de 1980, Chun Doo-hwan e seu regime autoritário não obtinham justificativa de existir sem uma ameaça real que o justificasse. O presidente não teve opção senão caminhar para a democracia.

Em 1987, Chun Doo-hwan tentou fazer com que o próximo presidente da Coreia do Sul fosse escolhido por um conselho dentro do parlamento, onde ele teria voz forte. Basicamente uma eleição indireta onde ele poderia escolher seu sucessor. A medida não foi bem recebida pela população e reacenderam revoltas por todo o país. Por conta dos protestos sucessivos para a democracia, o Comitê Olímpico Internacional ameaçou de realocar os Jogos Olímpicos para outra cidade caso o problema não fosse contido rápido. Chun Doo-hwan não podia arriscar perder os Jogos Olímpicos, pois todo o investimento que fora feito na infraestrutura do país para abarcar os turistas de todo o mundo seria perdido. Os Jogos Olímpicos movimentam uma receita enorme para os cofres públicos, além de ser uma derrota política que sua carreira não suportaria, fora do fato de que, com o enfraquecimento do comunismo soviético, democracias ao redor do mundo estavam começando a serem a favor dos estudantes e trabalhadores pois a desculpa governamental de que lutava contra comunistas revoltados não se sustentava mais. Até mesmo os Estados Unidos foram pressionados e não poderiam sustentar mais o regime de Chun Doo-hwan por conta de não poderem ideologicamente serem contra movimentos democráticos, e a ideia de romper relações com os americanos quebraria o país. Então o presidente Chun Doo-hwan teve que ceder, por pressões nacionais e internacionais a fazer a transição para a democracia, mesmo que à contragosto.

O vencedor das eleições de 1988 foi o candidato apoiado pelo presidente Chun Doo-hwan. O General Roh Tae Woo, que foi ex-ministro de diversos assuntos no governo anterior, contou com o apoio em massa das zonas rurais e da classe média, que estava preocupada com a estabilidade do país (SETH, 2011, p. 418). Ganhou por 9 por cento de vantagem do segundo colocado, Kim

Young-Sam, que futuramente seria eleito seu sucessor e primeiro civil presidente da Coreia do Sul desde Syngman Rhee (1948-1960).

3.3.2 As Olimpíadas de Seul como fonte de Soft Power coreano para o mundo

As Olimpíadas de Seul foram um marco importante para a história coreana, visto que sacramentou o final de um período de recuperada econômica e construção de um país devastado por sucessivas guerras. O milagre econômico coreano que se iniciou em 1960 ainda perduraria até meados de 1997, porém, no final da década de 1980 os pilares para o desenvolvimento já estavam construídos e consolidados. Nesta época, o país já era considerado estável, mesmo com os problemas de ordem política e as transições que o país passava. Os reflexos de situações externas também eram controlados, o que demonstrava a estabilidade econômica interna sul-coreana desenvolvida no período de 1960 e 1970. Apesar de sempre oscilante, os índices inflacionários sul-coreanos despencaram principalmente após 1982, onde o país, por atitudes internas iniciou a perda da característica autoritária e tendeu ainda mais para o liberalismo, não só na área econômica, mas em todas as esferas de comportamento individuais dos cidadãos. Senão vejamos no gráfico a seguir o nível das taxas de inflação da Coreia do Sul no período entre 1975 até 1989.

Gráfico 2 – Taxas de inflação na Coreia do Sul (1975-1989)



Fonte: Trading Economics. Disponível em <<https://tradingeconomics.com/south-korea/inflation-cpi>>.

Acessado em 10 de dezembro de 2020.

A Coreia do Sul, por ser um país destruído por guerras, sempre apresentou índices de inflação instáveis após os anos 1960, com altos e baixos discrepantes. Por conta do assassinato do presidente Park Chung Hee, do golpe militar que colocou o presidente Chun Doo-hwan no poder, das frequentes revoltas populares e do massacre de Gwangju, entre 1979 e 1981, tivemos um pico de inflação no país ultrapassando trinta por cento. Mas como vemos no gráfico, logo após esta instabilidade, o nível inflacionário ao longo da década de 1980 diminuiu drasticamente, mantendo-se abaixo de cinco por cento até aproximadamente 1987, onde os protestos pró-democracia ganharam força, mas mesmo com a subida, a taxa inflacionária se manteve abaixo de dez por cento, o que é um cenário completamente diferente de uma taxa de inflacionária alta quando comparada ao longo da história da Coreia do Sul. Na década de 1970 mesmo, a taxa de inflação mais baixa naquele ano é maior que a mais alta registrada pós 1983.

Com a inflação controlada na década de 1980, os preços dos produtos se estabilizaram de vez, facilitando o comércio e melhorando a qualidade de vida dos sul-coreanos. Obras de infraestruturas foram feitas no período visando os jogos olímpicos, claro, mas também com o intuito de desenvolver o país, principalmente o setor de transportes, onde estradas foram construídas e melhoradas para facilitar o escoamento de produção e até de pessoas, visto que os jogos olímpicos atraíam turistas de diversas localidades do mundo.

O governo sul-coreano estava animado com a chegada das olimpíadas, pois além de fazer propaganda do país, tinha a oportunidade de mostrar seu sistema educacional. A maioria dos competidores eram estudantes que foram incentivados ao esporte nas universidades, além de militares, que também faziam presença forte no corpo dos atletas sul-coreanos. Já em 1960, no início do governo Park Chung Hee haviam bolsas escolares para estudantes que se destacassem nos esportes (CHO, 2009, p. 59). Os moldes de ensino implementados na Coreia do Sul eram semelhantes e inspirados nos americanos, que também atrelavam incentivos aos esportes nas áreas estudantis. De fato, os esportes tiveram um fator de Soft Power importantíssimo quando levamos em consideração o contexto histórico da Guerra Fria (1947-

1991), onde uma competição esportiva significava muito mais do que seu significado, mas sim a superioridade de um país perante o outro, de um sistema de governo sobre o outro e de uma ideologia sobre a outra. Ter um time olímpico forte demonstrava não apenas a aptidão de seus atletas, mas sim da eficácia do sistema educacional do país, e a Coreia do Sul, com toda a revolução que fez em seu ensino, almejava demonstrar para o mundo como saiu de um país onde o analfabetismo era um problema real para campeões olímpicos em apenas 38 anos.

Em 1962, temos o presidente Park promulgando diversos atos em prol do esporte e dos esportistas, como por exemplo a realização de uma semana esportiva ao menos todo o ano em cada localidade, promovendo o esporte em cada cidade, nas empresas, escolas, criando um departamento de competições esportivas nacional, patrocinando atletas de elite em diversas modalidades e garantindo impostos isentos, além de subsidiar regiões que organizem eventos esportivos (CHO, 2009, p. 60).

Em 1966 foi inaugurado um complexo de esportes denominado de Vila Atlética de Teanung, com o intuito de apoiar atletas sul-coreanos a ganharem medalhas em competições internacionais. O governo auxiliava financeiramente tanto o atleta quanto sua equipe de treinadores, acompanhando de perto o rendimento de seu investimento. Por estar em um contexto de guerra fria e por se tratar de um governo autoritário, o viés político de Park em aumentar o prestígio internacional da nação através dos esportes era notório. De fato, uma reportagem do jornal *The Korea Herald* em 1970, demonstrou esta ênfase que Park Chung Hee almejava utilizando os esportes como Soft Power para adquirir prestígio.

Nós precisamos perceber que uma boa forma física é muito importante para construir uma nação forte. E a boa forma física de nosso povo é o símbolo de uma nação forte. Todos nós devemos acumular uma grande reserva de energia [dentro de si] para construirmos força física e mentes sólidas durante os jogos nacionais. A melhoria equilibrada da aptidão física das pessoas contribuirá para fortalecer o poder da nação, bem como aumentar seu prestígio. (THE KOREA HERALD, 1970, p. 1)

Por se tratar de um governo autoritário, Park Chung Hee necessitava constantemente aumentar o prestígio da nação perante a comunidade internacional para legitimar e perpetuar-se no poder. Ao investir em esportes visando aumentar a qualidade dos atletas e das competições nacionais, também tem-se a ambição de ganhar as competições internacionais, reforçando o sentimento nacionalista que todo déspota deseja evocar em sua população. De fato, ainda havia um sentimento de revanchismo sul-coreano contra o Japão, país que o dominou como uma colônia até 1945, subjugando sua cultura e costumes perante os hábitos japoneses, tidos como superiores pelos nipônicos. Este sentimento também está presente nas olimpíadas de Seul (1988) enraizado em seus atletas, bem como nos torcedores sul-coreanos.

Além do sentimento de revanchismo para com os japoneses, também tínhamos o contexto da guerra fria, onde a Coreia do Norte constantemente exibiu seus resultados esportivos, o que mandava também uma mensagem política de superioridade em relação a Coreia do Sul (CHO, 2009, p. 62). O investimento massivo em esportes e em educação nas décadas de 1960 e 1970 também podem ser vistos como uma resposta massiva, aos moldes do Soft Power, aos ataques norte coreanos, que também utilizavam do poder brando para demonstrar implicitamente a sua superioridade ideológica, sendo isto verdade ou não.

Já nos anos 1980, o governo de Chun Doo-hwan, por conta dos protestos, necessitava fazer uma manutenção da imagem internacional e utilizou não só do anúncio logo no princípio de seu governo de que Seul iria sediar os Jogos Olímpicos de 1988, como também conseguiu atrair a realização dos Jogos Asiáticos, em 1986. Ainda investindo em esportes, o governo de Chun Doo-hwan também criou a primeira liga profissional de beisebol. Tais esforços colaboraram para melhorar a imagem do governo sul-coreano perante a comunidade internacional, bem como acalmar os ânimos da população revoltosa. Aliado a estas medidas, o governo ainda estatizou e controlou as mídias independentes, anexando-as em uma só empresa estatal e facilitando propagar as ideias do governo perante sua população interna. Por conta destes esforços, o governo de

Chun Doo-hwan, por muitos historiadores é conhecido como “A República dos Esportes” (CHO, 2009, p. 64), o que é um nome intrigante de se denominar um governo que autoritariamente não permitia o livre contraponto por parte da população às suas decisões majoritárias, tendo inclusive realizado um massacre à manifestantes pró-democracia em 1980.

Com a pressão interna aumentando, o governo de Chun Doo-hwan precisava manter a ordem no país para os jogos asiáticos e as olimpíadas acontecerem e para buscar apoio a seu governo. A utilização dos esportes e das olimpíadas como forma de incitar o patriotismo na população por parte do governo é antiga.

O esporte {sempre} exaltou elementos simbólicos da pátria, tais como bandeiras e hinos, que foram exibidos ostensivamente em cerimônias de abertura e de premiação nos Jogos Olímpicos. Percebendo o grande poder convocatório e nacionalista do Esporte, os governos passaram a investir na preparação das seleções nacionais em busca do prestígio obtido com as vitórias esportivas. (SIGOLI & ROSE JUNIOR, 2004, p. 115)

E este patriotismo em voga por conta dos Jogos Olímpicos era exatamente o que Chun Doo-hwan precisava para apaziguar um pouco os ânimos internos da população sul-coreana. Para fazer as adaptações para os jogos, o governo sul-coreano procurou as empresas nacionais de grande porte, a fim de procurar reduzir os gastos diretos nas obras. As companhias que ajudassem eram facilitadas em diversos outros âmbitos, como por exemplo na redução, às vezes até isenção, de impostos dentre outros benefícios políticos. Esta parceria público-privada das empresas coreanas acentuou ainda mais o oligopólio presente no país, visto que poucos grupos empresariais estavam a se beneficiar em detrimento dos outros. Apesar de dar resultados nas Olimpíadas, a relação do governo com os *Chaebols*, nome dado ao conglomerado de empresas grandes sul-coreanas também conhecidos como ‘campeões nacionais’, gerou muita corrupção. (CHO, 2009, p. 115)

O crescimento impressionante da Coreia do Sul em 25 anos foi o carro-chefe da escolha para escolher o país como sede. A americanização, a aceitação

de dólar, o relacionamento com países soviéticos, onde mesmo que a Guerra Fria já caminhasse para seu final, ainda persistia sua ótica bipolar conflitante. A proximidade com Japão, China, bem com o comércio entre os países com distintas ideologias, além da infraestrutura para comportar turistas, a existência de variedade de hotéis de diferentes classes sociais (CHO, 2009, p. 103-105), além da vontade política de trazer as Olimpíadas auxiliaram a Coreia do Sul a ter destaque no pleito, “assim, os Jogos, que surgiram como um evento cultural internacional, oferecem uma forma de o país anfitrião divulgar a sua imagem” (YAO, 2010, p. 16).

E justamente o ato de divulgar a imagem, bem como atrair as Olimpíadas para a Coreia do Sul pode ser visto como uma prática de *Soft Power*, ou poder brando. Podemos definir bem este poder como a capacidade de uma nação de se obter os resultados desejados através da atração ao invés da coerção. Se um país conseguir convencer aos outros a seguir suas diretrizes ou definir interesses compatíveis, terá um subterfúgio para evitar de utilizar o custoso aparato militar para coerção (KEOHANE; NYE, 2012, p. 216). E a Coreia do Sul se encontrava em processo de legitimar sua influência no cenário internacional, principalmente no Governo Park Chung Hee (1961-1979), que não mediu esforços para alavancar a Coreia do Sul, buscando notoriedade internacional e atraindo parceiros comerciais diversificados, além de tornar o país um exímio exportador.

Porém, foi na década de 1980 que a Coreia do Sul atraiu mais os olhares da comunidade internacional com seus números impressionantes. Seu resultado econômico, de estado falido para um dos gigantes asiáticos em menos de trinta anos após a Guerra da Coreia (1950-1953) foi impressionante. Não obstante, o resultado educacional sul-coreano acompanhou o desenvolvimento econômico, de onde obteve recursos para investimentos massivos em educação, diversificando o emprego do capital desde o ensino básico até o nível universitário. Oportunidades foram criadas para letrados na Coreia do Sul, que além de sua população, também começava a atrair mão de obra especializada dos países vizinhos, devido ao seu crescimento exacerbado e oportunidades em diversos segmentos da sociedade.

O esporte já era utilizado como fonte para aumentar o prestígio da Coreia do Sul internacionalmente na década de 1960. Park Chung Hee, que governou de 1961 até 1979, também priorizou o investimento no esporte. Como o modelo americano vigorava nas universidades, o esporte também era um dos caminhos para se conseguir vantagens e vagas nas universidades sul-coreanas, então temos o esporte atrelado ao investimento em educação. O governo almejava ser reconhecido internacionalmente, pois no contexto da Guerra Fria e da bipolaridade entre EUA x URSS, os esportes também eram uma fonte de disputa, sendo utilizado até como comparativo para demonstrar através de Soft Power qual era a nação mais desenvolvida. A maioria dos atletas olímpicos eram também estudantes em diversas áreas, o que elucida o investimento massivo em educação, até mesmo por conta de os atletas ficarem reconhecidos e terem que dar entrevistas. A preocupação com a política externa em tempos de bipolaridade era em cada detalhe, e é claro, os outros países também queriam figurar na prateleira dos vitoriosos olímpicos, pois, indiretamente, um pódio olímpico também sinalizava o crescimento do país perante seus concorrentes e a medalha, que o investimento em educação estava surtindo efeito.

Apesar das universidades oferecerem programas esportivos diversificados, a Coreia do Sul em seu mandato não era estável o suficiente para figurar sempre entre os maiores, pois estava em um período de reconstrução. Os próprios sul-coreanos consideravam que “o esporte era utilizado para aumentar o prestígio da Coreia do Sul no mundo e o povo coreano prontamente assumiu que as proezas esportivas contribuíam para a reputação da nação” (CHO, 2009, p. 59). Esta mentalidade nacionalista e patriótica acabou sendo mais um incentivo facilitador para os coreanos ingressarem nas universidades, bem como para os pais dos estudantes darem suporte para os filhos que se destacavam em modalidades olímpicas continuarem seus estudos ao invés de irem para o mercado de trabalho, principalmente braçal.

Com a mentalidade sul-coreana mudando progressivamente sobre a importância de uma faculdade, combinado com a oportunidade cada vez mais expansiva e facilitadora de acesso à educação de terceiro grau, os sul-coreanos viam a educação como fonte de investimento no futuro, pois enxergavam no

diploma universitário, bem como nos diplomas anteriores, visto que o analfabetismo que vigorava antes de 1960 e progressivamente fora erradicado, uma forma de mudança de vida. Os empregos foram aparecendo, as oportunidades para diplomados, fábricas começaram a demandar mão de obra qualificada, aos poucos surgindo postos de trabalho para formados com melhores remunerações, além da oportunidade de cursos de capacitação em diversas áreas fornecidos e estimulados pelo governo, dependendo da região e de seus interesses.

Estimular a educação nas áreas rurais da Coreia do Sul sagrou-se um desafio muito grande para o governo de Park Chung Hee na década de 1960, visto que as melhores instituições de ensino ficavam em zonas já urbanizadas, com infraestrutura e mais tecnologia de acesso à escola, como ruas e transportes públicos. A promoção de bolsas esportivas nas universidades, fornecia a chance dos estudantes rurais de ingressarem com médias abaixo dos estudantes regulares devido ao seu desempenho esportivo, que futuramente seria importante para a política externa sul-coreana. O Esporte fora um mecanismo de ingresso ao ensino superior importantíssimo para auxiliar a promoção dos estudos nos interiores, bem como ingressar estudantes de áreas rurais no ambiente universitário. Até o ensino superior conseguir abranger com eficiência todas as regiões da Coreia do Sul levaram anos, e a demora pelo progresso gradual fora minimizada pelos investimentos em educação massivos, bem como o fornecimento de bolsas esportivas e a urbanização dos campos, de onde vilas e pequenas cidades, pouco a pouco se transformaram em metrópoles e cidades-polo para as outras vilas em volta.

A educação sendo continuamente estimulada, principalmente de ensino superior, trouxe consigo problemas para o governo sul-coreano. Por ser de viés militar, os dezoito anos em que Park Chung Hee foi presidente foram conturbados. Quanto mais informações e costumes chegavam de fora através da globalização, e porque não dizer do Soft Power americano, mais os estudantes almejavam a tão sonhada democracia. As participações populares nas decisões governamentais eram pontuais na Coreia do Sul, visto que se tratava de um regime de viés autoritário e nacionalista. Os estudantes, tendo

acesso à diversos livros de autores ocidentais, bem como de intercâmbios e professores diplomados muitas vezes fora do país, estimulou-os a reivindicarem cada vez mais uma participação mais direta no governo. E estas revoltas muitas vezes também eram seguidas de greves, pois os trabalhadores, pouco a pouco nestes dezoito anos de governo Park também estavam se tornando uma mão de obra alfabetizada e com conhecimento das causas ocidentais, cada vez mais presentes na península. O uso das Olimpíadas de Seul por Chun Doo-hwan para apaziguar os ânimos dos protestos, principalmente dos estudantes funcionou. A Coreia do Sul em matéria de protestos populares e estudantis vivia seu pior momento, visto o massacre de Gwangju (1980) que vitimou centenas de civis, a maioria estudantes.

O anúncio da realização dos Jogos Olímpicos de 1988 no início do governo de Chun Doo-hwan apaziguou um pouco os ânimos da população na Coreia do Sul, também por conta das obras para adaptar o país ao fluxo de turistas que viria, com o investimento em transportes públicos, infraestrutura das cidades, além de saúde e educação, pauta esta que continuava em voga, pois o objetivo do governo era justamente mostrar ao mundo os feitos educacionais sul-coreanos, e como o país mudou seu paradigma através do investimento massivo em educação. A política externa do país queria transmitir que a Coreia do Sul era uma oportunidade de investimento, o que realmente era verdade, e atrair empresas e capitais externos para continuar o progresso.

Todavia, vencer a concorrência das Olimpíadas e sediar os jogos de 1988 trouxe consigo reflexos que um governo autoritário e nacionalista não desejava. A globalização e os olhos do mundo se votaram cada dia mais para a Coreia do Sul, e com este espaço, os protestos estudantis e a demanda pela democracia e eleições livres começaram a aflorar novamente na população. Com a repercussão maior, visto que o mundo inteiro agora se inteirava e se interessava com o que acontecia na península, já que em poucos anos seus atletas estariam nos Jogos Olímpicos, os estudantes realizaram diversos protestos para pressionar o governo autoritário de Chun Doo-hwan a fazer a transição para a democracia. O presidente não poderia responder com extrema violência os protestos, como outrora fez, visto que a comunidade internacional estava

monitorando a situação sul-coreana. Ao passar dos anos e com a proximidade dos Jogos Olímpicos, os países democráticos não conseguiriam mais ignorar o pedido por democracia, pois também sofriam pressões internas em seus países para intervirem e apoiarem o fim do governo autoritário de Chun Doo-hwan. Apesar de ceder poder ao povo gradativamente durante seu mandato, não de bom grado, mas sim sob pressão popular, como por exemplo decretou o fim da obrigatoriedade de crianças utilizarem uniformes escolares estilo militares ou então de manter o cabelo baixo (SETH, 2011, p. 191). O presidente sul-coreano era radicalmente contra os ideais democráticos, porém, acabou cedendo fazer uma transição por pressão interna e auxílio externo, visto que o maior aliado do país e também um dos maiores parceiros comerciais, os Estados Unidos da América, não poderiam apoiar um regime autoritário e antidemocrático, que utiliza de censura à imprensa e não exerce a liberdade de expressão (SETH 2011, p. 193). Os americanos não poderiam ir contra sua própria política externa e se opor a um pedido de democratização vindo da população de um país aliado, que era também considerado sua zona de influência.

Por pressão, a transição ocorreu bem, sendo eleito Roh Tae Woo, general de reserva do exército e mantinha boas relações com o presidente anterior, Chun Doo-hwan. O presidente Roh governou de 1988 até 1993. Seu primeiro desafio foi justamente coordenar as olimpíadas de Seul, que aconteceram no mesmo ano de sua posse. Nos Jogos Olímpicos de Moscou 1980, o boicote de nações ocidentais ainda estava em voga, além do fato do boicote soviético aos Jogos Olímpicos de Los Angeles, em 1984. A Coreia do Sul foi considerada neutra por manter boas relações com países soviéticos e capitalistas, portanto, os Jogos Olímpicos de Seul 1988 tiveram a participação de praticamente todas as nações, independente de ideologia. Ressaltando que a Guerra Fria também já estava em descenso, com uma União Soviética extremamente enfraquecida, que um ano depois sofreria com a queda do Muro de Berlin (1989). A derrubada deste muro simbolizava um marco na vitória do capitalismo sobre a ideologia socialista, que anos depois teria a derrocada total se aproximando, em 1991. O Soft Power americano se sobressaiu sobre o soviético, influenciando países ao redor do globo, como a Coreia do Sul, através de seus ideais de liberdade, globalização e capitalismo, em detrimento de fazer

guerras, que seriam custosas tanto na análise quanto nos objetivos externos da nação. A Coreia do Sul, anos após as guerras que atravessaram em seu território, mais do que se reergue, sobe de patamar para um país desenvolvido, através do investimento massivo em educação, tanto na infraestrutura quanto no pessoal, entenda-se salários e qualidade de vida. Com estes aumentados, a população sul-coreana naturalmente percebe que a educação é um investimento frutífero a curto, médio e longo prazo, onde, num país cujo os trabalhos estão cada vez mais urbanizados e menos braçais, a educação formal é o caminho mais lógico para o crescimento profissional e pessoal.

4 CONCLUSÃO

O desenvolvimento coreano sofreu muito com as sucessíveis guerras que assolaram seu território. Uma de escala mundial, que foi a Segunda Guerra (1940-1945), e outra de escala local, denominada Guerra da Coreia (1950-1953), desta última, deu-se o surgimento da Coreia do Sul como território independente. O recém território independente possuía problemas de pobreza, analfabetismo, desnutrição, dentre outros reveses que uma guerra fornece, assim como 5 milhões de mortos em conflitos, como foi o caso da Guerra da Coreia.

O território de terra arrasada e a recém independência poderiam ser entraves para o neonato país, visto que a maioria de suas fábricas ficou na parte norte do território, adversária na guerra, que também estava independente. Todavia, a Coreia do Sul observou sua vantagem comparativa em relação aos seus vizinhos e percebeu que possuía um grande contingente populacional. Através desta constatação, resolveu investir em educação para atrair investimentos e melhorar a qualidade de vida de seus habitantes.

Apesar de iniciar um investimento forte em educação, a Coreia do Sul sofria por conta de seu passado, pois o domínio japonês e as sucessivas guerras ocasionaram com que o país ficasse com altos índices de desemprego e analfabetismo, o que corroborava para a população negligenciar a sua própria escolaridade, visto que necessitavam trabalhar para subsistência. Um trabalhador coreano não podia dispor da mão de obra de seus filhos, mesmo que

em idade escolar, já que o trabalho para a manutenção da família fazia-se necessário. A escola não era encarada como uma mudança de paradigma pelos coreanos, visto que a maioria dos empregos na Coreia do Sul pós-guerras vinham de trabalhos braçais, que não necessitavam de diplomados e altamente graduados para tal.

Após a separação e independência, a população sul-coreana era notadamente voluptuosa. O país era tido como superpopuloso para seu tamanho e pouco desenvolvido em diversas áreas, como indústrias pesadas. A maioria das poucas indústrias que existiam na antiga Coreia unificada, ficaram no território da Coreia do Norte, também recém independente. Impossibilitado de fornecer boa qualidade de vida à princípio, o governo de Syngman Rhee (1948-1960) propôs a reforma agrária, o que possibilitou diversos cidadãos a subsistirem de suas terras, aliviando um pouco o fardo do governo e a crise alimentar que assolava o país neonato.

Além dos programas governamentais, a maior fonte de renda da Coreia do Sul no governo Syngman Rhee em seus três mandatos consecutivos (1948-1960) era justamente a ajuda externa americana através de doações de diferentes naturezas. O capital americano doado que auxiliou a Coreia do Sul a lutar contra a fome de sua população, também vinha por conta do conflito ideológico que os Estados Unidos da América estavam travando com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Ao final da Guerra da Coreia (1950-1953), os Estados Unidos conseguiram a Coreia do Sul como zona de influência, e necessitava de mantê-la assim, visto que a URSS, seu rival ideológico, detinha a parte norte da península sob seu protetorado, então a parte sul, não poderia passar por muitas dificuldades a ponto de duvidar de que o sistema americano era o melhor para a população.

A cultura nata coreana auxiliou muito neste período de reestruturação do país. O conceito Han, intrínseco no comportamento coreano, é cultuado entre eles de diversas formas. Quanto mais a população sofre, maior é o espírito que os ajuda a levantar, e tanto o sofrimento quanto esta sabedoria são passados de geração para geração. Acredita-se na cultura popular coreana que o conceito

Han tem diversos segmentos. Existem o Han de sofrimento político, sexual, da pobreza, de tempos de guerras, dentre outros. (DE MENTE, 2017, p. 97)

Por conseguinte, as décadas de opressão da população coreana pelo domínio japonês (1910-1945), bem como a Segunda Guerra Mundial (1940-1945) e a Guerra da Coreia (1950-1953), não permitiram que a população coreana “desenvolvessem ao menos uma fração de seu potencial” (DE MENTE, 2017, p. 97), engrandeceram seu espírito, graças à cultura Han. O coreano trabalhando o espírito de não desistência internamente, ensinado de geração para geração, foi importantíssimo para os tempos de paz e reconstrução do país, pois mesmos em tempos difíceis, as aspirações do povo coreano não cessaram mesmo com a opressão que sofreram.

As consequências desta opressão que o povo coreano sofreu com subserviência ao governo japonês e suscetíveis guerras em seu território causando milhões de mortes, trouxeram à tona problemas sociais desafiadores. O governo de Syngman Rhee logo após a Guerra da Coreia (1950-1953) teve que lidar com o analfabetismo promovido pelos tempos de dominação japonesa (1910-1945). Os japoneses não permitiam a população coreana de se comunicar em sua língua nata, pois queriam ter controle do que era falado na península, evitando assim, insurgências contra o domínio dos nipônicos. Imprensa, agentes públicos, todos se comunicavam preferencialmente em japonês. O plano era futuramente anexar a península coreana como território do Japão, para isso, necessitava que o espírito coreano morresse e os costumes praticados, pouco a pouco, se tornassem os praticados pelos japoneses.

Por conseguinte, o idioma coreano quase se perdeu, visto que uma geração não sabia escrevê-lo e muitos sequer fala-lo, visto que não podia ser ensinado formalmente. Estima-se que, nos tempos de paz, mais de 80% da população coreana não utilizavam seu idioma, mas sim o japonês, retratando o panorama da Coreia do Sul pós-independência.

O governo de Syngman Rhee (1948-1960) teve como primeiro desafio lidar com a perda de identidade coreana que assolava o país. O resgate da

cultura identitária coreana fazia-se necessário para solucionar o problema educacional, também do analfabetismo, mas da quantidade de escolas e instituições de ensino presentes para uma demanda de quase todo o país com estudos atrasados.

As dificuldades de se buscar educação também foram um entrave para a população, pois apesar de serem de graça, as escolas estavam mais concentradas perto das capitais, o que impossibilitava os habitantes interioranos de frequentarem, também havia a dificuldade de transportes e o custo dos serviços, bem como livros e materiais didáticos. A população rural não conseguiria dispor de recursos, tempo e nem da mão de obra de seus filhos para manda-los ao estudo formal.

A ajuda americana teve um declínio no início da década de 1960, pois os Estados Unidos resolveram alterar o sistema de ajuda para um de empréstimos, que deixariam a Coreia do Sul em déficit caso adquirissem uma dívida impagável. Mesmo com as boas condições de empréstimo que os Estados Unidos estavam oferecendo, ainda sim, necessitavam de pagamento, já que não eram mais de caráter donativo.

O presidente Park Chung Hee (1962-1979) decidiu que os empréstimos teriam que ser investidos para gerarem meios de rendimento e não apenas para sanar problemas de passivos no país, e assim, com esta mentalidade, se dá início ao nomeado como Milagre do Rio Han (1961-1996), o milagre econômico sul-coreano que fez com que o país crescesse de um Estado Falido para uma das principais economias mundiais. Grande parte deste investimento que o presidente Park se referiu, fora aplicado em educação. Não limitado apenas a liberação de verbas, mas em planos ousados e precisos para o crescimento de uma educação sólida por todas as regiões do país.

No governo de Park Chung-Hee (1962-1979) foi promulgado que todos os distritos coreanos, por mais longínquos que sejam, teriam que ter uma faculdade, o que amplificou e facilitou mais alunos a obterem acesso ao ensino superior, antes concentrados em sua maioria na capital do país, Seul. Apesar desta

medida, a defasagem educacional da população ainda continuava gigantesca, pois os problemas de transporte e prioridades dos sul-coreanos para obterem acesso à educação continuavam. A necessidade de trabalhar para a subsistência ainda assombrava os habitantes da península, então o presidente Park Chung Hee resolveu facilitar o acesso à educação, fornecendo-o não somente a maneira presencial, mas também à distância, que tomaria menos tempo e economizaria em transportes à população, além de promover grades especiais de ensino aos estudantes que trabalhavam, permitindo assim a educação ser menos custosa e mais vantajosa para os trabalhadores, visto que não tomariam tanto de seu tempo em locomoção até os centros de ensino, além de utilizarem seu tempo livre para se capacitar e se dedicar, sem conflitar com seus horários de trabalho.

Em 1966, Park Chung Hee destinou 17% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação (MASIERO, 2000, p. 6), mostrando que a pauta educacional era um dos principais pilares de seu plano de governo para reerguer o país. O aumento drástico de investimento em educação começara a surtir efeitos práticos. O número de professores na Coreia do Sul aumentara, bem com o de alunos matriculados, que muitas vezes ultrapassavam os 100% dos alunos em idade escolar, visto que tinham adultos com estudos interrompidos procurando os programas educacionais para retomarem os estudos. A possibilidade de aumentar o quantitativo de professores também ocorreu por terem mais pessoas formadas, além da demanda da população, que em maioria não era letrada. A profissão de magistério também indicou uma valorização, visto que além de respeitada, começara a fornecer bons salários, sendo assim almejada por muitos sul-coreanos.

Já em meados dos anos 70, o êxodo rural começara a surgir na Coreia, pois empresas internacionais iniciaram a vir para o país e os empregos qualificados emergiram em larga escala. Para termos de exemplificação desta mudança de paradigma, em 1977, o campo deixou de ser o maior empregador do país, e este foi um grande passo para a industrialização tardia dos sul-coreanos. As zonas urbanizadas e seus empregos menos braçais mudaram o panorama da Coreia do Sul, onde os cidadãos iniciaram a migração para a

cidade em busca de oportunidades de empregos melhores remunerados e também de estudos, pois apesar da facilitação da Coreia do Sul em jovens dos interiores entrarem nas instituições de ensino em diversos programas de governo, ainda era mais fácil para os jovens das cidades terem acesso à educação, então muitos migravam das zonas rurais para as zonas urbanas em busca destas oportunidades.

Temendo o aumento do êxodo rural superpopulando as cidades, o que ocasionaria diversos problemas como saúde, educação, emprego e qualidade de vida, o governo sul-coreano tratou de investir e expandir o acesso à educação, e esta medida obteve reflexos positivos. Por conta do crescente número de instituições de ensino não concentradas em apenas uma região do país, mas diversificadas por todo o território, mesmo que em regiões rurais, o número de analfabetos na Coreia do Sul foi quase erradicado em 1990, o que demonstra que a democratização da educação para todos foi bem aproveitada.

Concomitantemente, com o aumento do número de instituições no país, tem-se a crescente da quantidade de profissionais de ensino. A valorização salarial de um professor sul-coreano entre o período de 1960 até 1990 foi exorbitante, onde um professor de faculdade ganhava mais em média do que a mais alta patente do exército. Esta comparação indica que os professores viviam bem, faziam um bom trabalho e inspiravam mais pessoas a seguirem a carreira.

O investimento de uma boa fatia do Produto Interno Bruto sul-coreano na educação foi essencial para a melhora dos índices do país, porém, o montante de dinheiro não bastou para mudar o panorama da Coreia do Sul, mas sim a responsabilidade de aplicar em locais corretos, tratando a educação do país como um investimento à longo prazo, cuidando de continuar o trabalho do governante anterior e melhorá-lo em seus defeitos, assim, trazer prosperidade aos habitantes que tanto sofriam após suscetíveis guerras em seu território. Com estas medidas, o êxodo rural foi freado, mas não extinto. Seul, bem como as regiões tradicionalmente metropolitanas continuaram a abrigar a população rural que migrava para tentar a vida nas cidades, porém, o potencial número que poderia ter ocorrido de êxodo foi detido, pois as oportunidades começaram a

aparecer nos campos. Devido ao aumento da educação da população rural, bem como a facilitação da locomoção e escoamento de produção, diversas empresas iniciaram a migração para os campos, que detinham terras mais baratas por metro quadrado e mão de obra capacitada que demandava salários mais baixos que nas zonas urbanas, mas mesmo assim acima do rendimento mensal da maioria dos trabalhos tipicamente rurais.

Com as empresas e as oportunidades caminhando para o campo, o progresso e a urbanização também foram aflorando nas regiões não metropolitanas, e consigo, da mesma forma, as oportunidades de emprego bem como a qualidade de vida foram tomando formas urbanas nas regiões rurais. O governo sul-coreano observou sua vantagem comparativa em relação aos países para investir em educação, visto que possuir uma população grande com mão de obra qualificada e barata, quando comparada com o nível de qualificação e preço do trabalhador em seu país, atrairia empresas internacionais para o território sul-coreano à fim de obterem lucro, gerando empregos e trazendo tecnologias para a nação. A industrialização da Coreia do Sul é considerada tardia quando comparada a outros países desenvolvidos, porém, quando empregada, foi de tal eficácia que a curva de crescimento superou quaisquer expectativas do mercado internacional, gerando lucro para todos os envolvidos, fazendo com que a Coreia do Sul aparecesse com destaque no cenário internacional como país atrativo à investimentos diretos estrangeiros.

Já no início dos anos 1980, a Coreia do Sul já possuía bons índices de crescimento, uma população, em sua maioria, com educação formal, diferente de outrora e uma boa qualidade de vida. Porém, vale ressaltar que a ausência de liberdade ainda se fazia presente, visto que o governo de Park Chung Hee (1962-1979) tinha viés autoritário, e seu sucessor Chun Doo-hwan (1981-1988) seguia a mesma linha. Protestos estudantis da população que fora formada clamavam por democracia e maior participação popular na Coreia do Sul. Decorreram muitas prisões políticas de estudantes e sindicalistas contra o autoritarismo de Park e de Chun, além da violência, que era comumente utilizada para dispersar manifestantes.

Com a Coreia do Sul cada vez mais em evidência no cenário internacional, a pressão para o governo de Chun não utilizar a violência aumentava mais, e quanto menos ele utilizava, mais protestos surgiam clamando por democracia. Os aliados de primeira hora da Coreia do Sul, bem como as organizações internacionais não poderiam aceitar por muito tempo o autoritarismo de um governante reprimindo ideais democráticos. Diversas medidas foram adotadas para tentar apaziguar a população e mostrar diálogo do governo com a liberdade, como por exemplo a flexibilização da exigência de uniformes militares aos estudantes, bem como solturas de presos políticos, leia-se manifestantes, aumento da liberdade de expressão gradativamente e maior participação popular nas decisões governamentais. Porém, nenhuma destas medidas foram o suficiente para embasar um governo autoritário que abrigava uma população querendo uma democracia, então, Chun Doo-hwan se viu obrigado a fazer a transição democrática do país, que elegeu Roo Tae Woo (1988-1993), primeiro presidente após as eleições diretas se estabelecerem no país.

Porém, ainda no início de seu mandato, em 1981, Chun Doo-hwan venceu a concorrência para a realização dos Jogos Olímpicos de 1988, onde Seul abrigaria o evento como cidade-sede. Este evento foi de extrema importância para a política externa e interna da Coreia do Sul. Externamente, a Coreia do Sul utilizou dos jogos para atrair investimentos estrangeiros e também mostrar para o mundo como sua política educacional e desenvolvimentista nos anos 1960 e 1970 surtiu efeitos e internamente, a adaptação da cidade para receber as delegações de todos os países do mundo também melhorou ainda mais a qualidade de vida da população coreana, bem como expandiu à passos largo a urbanização de seus interiores, onde verdadeiras metrópoles se destacaram mesmo que longe da capital Seul.

O Soft Power empregado pela Coreia do Sul nas Olimpíadas de Seul de 1988 demonstrou ao mundo que o país era desenvolvido, além de conseguir através deste poder brando, suas ambições, parcerias, contratos e alianças. O desenvolvimento educacional sul-coreano proporcionou ao país, em trinta anos, sair da situação de um dos países mais pobres existentes à um dos melhores países do mundo para se viver. Graças ao desenvolvimento educacional por

inteiro do país, e não centralizado apenas nas capitais e regiões metropolitanas, A Coreia do Sul conseguiu, dadas as devidas proporções, homogeneizar a qualidade do ensino, não sendo tão destoante nas capitais e interiores do país, o que fez com que diversas empresas procurassem os interiores para sua mão de obra capacitada e mais barata em relação as zonas metropolitanas. Com isso, os interiores prosperaram, tornando-se igualmente desenvolvidos.

Em síntese, o Milagre Econômico do Rio Han (1961-1996) teve como ideia central o investimento em ativos, ou seja, em setores que trariam retorno a curto, médio e longo prazo para o país, e não em passivos, que sanariam o problema momentaneamente, porém, o dinheiro aplicado não voltaria em forma de retorno. E estes ativos investidos como políticas governamentais foram educação, emprego, renda, locomoção para facilitar o escoamento da produção de toda região do país e qualidade de vida. O investimento em educação, que modestamente se iniciou no mandato de Syngman Rhee (1948-1960), com poucos recursos e principalmente com ênfase pós-Guerra da Coreia (1950-1953), teve um papel fundamental para a mudança de paradigma da Coreia do Sul.

Os investimentos ficaram mais nítidos a partir do governo de Park Chung Hee (1962-1979), onde 17% do PIB do país fora destinado a educação todo o ano (MASIERO, 2000, p. 6), dando reflexo a mais instituições de ensino de todos os níveis, bem como a mais professores e melhores condições de ensino. Além do investimento em educação, os investimentos em meios de transporte e estradas também auxiliaram ao desenvolvimento do interior, incentivando ainda mais o crescimento das cidades rurais, bem como facilitando aos estudantes que outrora não conseguiam se locomover até as instituições de ensino. O presidente Chun Doo-hwan (1981-1988) deu continuidade ao projeto de Park Chung Hee mantendo alto o nível de investimento em educação.

Passado mais de uma década do investimento massivo de Park, a Coreia do Sul começa a apresentar os resultados nos anos 1980, mostrando-se como potência educacional e sendo internacionalmente conhecida como referência em educação e crescimento econômico. Utilizou das olimpíadas de Seul (1988) para

exibir sua força economicamente, ficando em quarto no quadro geral de medalhas. Os objetivos das olimpíadas não eram somente esportivos.

O bom resultado também demonstrava que o incentivo educacional coreano em todos os níveis, mas principalmente das universidades, que, muitas vezes, subsidiavam atletas através de bolsas de estudos. De um Estado completamente falido para um dos maiores PIB's do mundo, a resposta coreana foi o investimento em educação e os resultados vieram em curto, médio e longo prazo.

4 Referências:

AMSDEN, Alice H. **Asia's Next Giants: South Korea and Late Industrialization**. Nova York: Oxford University Press, 1989.

AMSDEN, Alice H. **The Rise of "The Rest": Challenges to the West from Late-Industrializing Economies**. Nova York: Oxford University Press: 2001.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. São Paulo: Contraponto Editora, 1996.

BANCO MUNDIAL. World Development Indicators Database. **Total GNI per capita 1960-2019**. World Bank, July 2003. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GNP.PCAP.CD?end=1968&locations=KR&start=1962&view=chart>> Acesso em: 30 de jul. 2019.

BECKER, Gary S. **Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis, with Special Reference to Education**. Chicago: University of Chicago Press, 1993, 3 ed.

BELL, Martin *et al.* **Internal Migrations in the Countries of Asia: A Cross-national Comparison**. Cham: Springer, 2020.

BURKE, Peter. **Hibridismo Cultural**. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

CAMPBELL, GWYN. **The Structure of Slavery in Indian Ocean Africa and Asia**. Londres: Frank Cass, 2005.

CANUTO, Otaviano. **Brasil e Coréia do Sul: os (des)caminhos da industrialização tardia**. São Paulo: Nobel, 2004.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook 2021**. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/us.html>>. Últmo acesso em: 01 de junho de 2021>.

CHANG, Paul Y. **Protest Dialectics: State Repression and Sotuh Korea's Democracy Movement, 1970-1979**. Stanford: Stanford University Press, 2015.

CHO, Ji Hyun. **The Seul Olympic Games and Korean Society: causes, context and consequences**. Reino Unido: Loughborough University, 2009.

DE MENTE, Boyé Lafayette. **The Korean Mind: Understanding Contemporary Korean Culture**. Tóquio: Tuttle Publishing, 2017.

ECKERT, J. C. **The Colonial Origins of Korean Capitalism: The Koch'ang Kims and the Kyonsong Spinning and Weaving Company, 1876-1945**. Seattle: University of Washington, 1986.

EDUCATION IN KOREA: 2005~2006. Ministry of Education & Human Resources Development. Republic of Korea, 2006, p. 16. In SILVA, Rodrigo Luiz Medeiros. **O mito do desenvolvimento sul-coreano**. Campinas: UNICAMP, 2007. p. 18

FIELDS, David P. Syngman Rhee: Socialist. **The Cold War International History Project**, n. 82. Woodrow Wilson International Center for Scholars: Washington DC, 2017.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **World Economic Outlook Database**. Disponível em: <<https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2021/April>>. Último acesso em 01 de junho de 2021.

HISTORY. **Korean war**. Disponível em: <<http://www.history.com/topics/korean-war>>. Acesso em: 01 jan. 2020.

HYDE, Georgie D. M. **South Korea: Education, Culture and Economy**. Londres: The Macmillan Press, 1988.

ILYOUNG, J. Aid Development in Economy. In Lee D.; Jeong U. (Ed.) **The Capitalism of South Korea**. Seoul: Kachi-Publisher, 1984.

JACKSON, R. **Quasi-States: International Relations, Sovereignty and the Third World**. Cambridge: Cambridge University Press. 1990.

KARSH, Efraim. **The Iran-Iraq war 1980-1988**. Reino Unido: Osprey Publishing Ltd., 2002.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. **Power and Interdependence**. Estados Unidos da América: Longman, 2012, 4 ed.

KIM, Pan Suk; MYEONG, Seunghwan. Public Administration Education in South Korea: Developed but Still Evolving. **International Journal of Public Administration**. N. 37. Londres: Taylor & Francis Group, 2014, p. 676-684.

KIM, Young Chun. **Shadow Education and the Curriculum and Culture of Schooling in South Korea**. Nova York: Palgrave Mcmillan, 2016.

KUZNETZ, Paul W. **Economic Growth and Structure in the Republic of Korea**. New Haven: Yale University Press, 1977.

KWON, Yangyi. The developmental history of labor education in South Korea from a sociopolitical and economic perspective. **International Journal of Education Development**. N. 31. Seul: Korea University, 2011, p. 524-531.

LEE, J. J., et al. **Private Education: Phenomenon and solution**. Paju: Kyowookbook, 2010.

MASIERO, Gilmar. **A Economia Coreana: Características Estruturais**. Seminário sobre o Brasil e a Coreia do Sul. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 2000. p. 1-32

MCCORMICK, Thomas J. **America's Half Century: United States Foreign Policy in the Cold War**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1989.

NYE, Joseph S. **SOFT POWER: The Means to Success in World Politics**. Nova York: PublicAffairs, 2004.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **REVIEWS OF NATIONAL POLICIES FOR EDUCATION: Korea**. Paris: 1998.

PARK, Chanyong; KIM, Meesook. Current Poverty Issues and Counter Policies in Korea. Seul: KIHASA-UNDP, 1998. In SILVA, Rodrigo Luiz Medeiros. **O mito do desenvolvimento sul-coreano**. Campinas: UNICAMP, 2007. p. 13.

RICARDO, David. **On The Principles of Political Economy and Taxation**. Ontario: Batoche Books, 2001.

ROSENTHAL, A. M. OUTLOOK DREARY FOR SOUTH KOREA; Crowded Nation Has Few Resources - - Long Reliance on U.S. Held Inevitable. **The New York Times**. Nova York: 21 de março de 1961, p. 12. Disponível em: < <https://www.nytimes.com/1961/03/21/archives/outlook-dreary-for-south-korea-crowded-nation-has-few-resources.html> >, acessado em 09 de maio de 2020.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SAVADA, Andrea Matles; SHAW, William. **South Korea: A Country Study**. Pensilvânia: Diane Publishing Company, 2017.

SCHMITZ, H. **Industrialization strategies in less developed countries: some lessons of historical experience**. Journal of Development Studies 21, nº 1, 1984, p. 1-16.

SETH, Michael J. **A History of Korea: From antiquity to the present**. Reino Unido: Rowman & Littlefield, 2011.

SIGOLI, Mário André; ROSE JUNIOR, Dante de. A história do uso político do esporte. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 111-119, 24 de jun. de 2004. Disponível em:

<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/viewFile/566/590>. Último Acesso em 08 de jan. de 2021.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua Natureza e Suas Causas**. São Paulo: Nova Cultura, 1996, v. 1.

TRADING ECONOMICS. **PIB PER CAPTA – LISTA DE PAÍSES**. 2018. Disponível em < <https://pt.tradingeconomics.com/country-list/gdp-per-capita> >, acessado em 02 de ago. 2019.

TRADING ECONOMICS. **South Korea Rural Population**. 2020. Disponível em: < <https://tradingeconomics.com/south-korea/rural-population-percent-of-total-population-wb-data.html> >, acessado em 01 de jul. 2020.

THE KOREA HERALD, 06 de Outubro do ano de 1970, p. 1 In: CHO, Ji Hyun. **The Seul Olympic Games and Korean Society: causes, context and consequences**. Reino Unido: Loughborough University, 2009, p. 62.

YAO, Jiajun. **The effect of hosting the Olympics on national image: An analysis of US newspaper coverage of host countries with reputation problems**. Tese (Mestrado em Jornalismo e Comunicação em massa) – Universidade Estadual de Iowa. Iowa, 2010.

YOON, Kaeunghun. **Contradiction structure of globalization of the education opportunity in Korea and the domestic dismantling**: - An appearance of “goose-father” under the purpose called the expansion of the education opportunity and the collapse of family relationship. Ryugasaki: The Journal of Ryutsu Keizai University, 2010.

YOON, Kaeunghun. **The Change and Structure of Korean Education Policy in History**. Padova: Italian Journal of Sociology of Education, 2014.

YOON, Taek Dong. **Desenvolvimento econômico comparado: Coréia do Sul e Brasil**. Porto Alegre: Tese (Doutorado em Economia) CPGE/UFRGS, 1999.

YOON, Taek Dong; SOUZA, Nali de Jesus de. **Uma Análise Empírica Sobre os Fatores do Desenvolvimento Econômico da Coréia do Sul: 1961-1990.** **Estudos Econômicos**, São Paulo, p.322-367, jun. 2001.